

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

ALINE FAÉ STOCCO

**CUBA:
OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO
SOCIALISMO HOJE**

**VITÓRIA
2013**

ALINE FAE STOCCO

**CUBA:
OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO
SOCIALISMO HOJE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Carcanholo.

**VITÓRIA
2013**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S865c Stocco, Aline Faé, 1983-
Cuba : os desafios para a construção do socialismo hoje /
Aline Faé Stocco. – 2013.
164 f. : il.

Orientador: Reinaldo Antônio Carcanholo.
Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Socialismo – Cuba. 2. Planejamento econômico. 3.
Mudança social. 4. Cuba - Política social. I. Carcanholo, Reinaldo
A. (Reinaldo Antônio). II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

ALINE FAE STOCCO

**CUBA:
OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO HOJE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Aprovada em 29 de janeiro de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profº. Drº. Reinaldo Antônio Carcanholo
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Profº. Drº. Heleno Rotta
Universidade Federal do Espírito Santo

Profº. Drº. Maurício Sabadini
Universidade Federal do Espírito Santo

Profº. Drº. Paulo Nakatani
Universidade Federal do Espírito Santo

A Alessandro e Maria Luisa, pelo apoio e compreensão em todos os momentos.

A Reinaldo Antônio Carcanholo, minha referência acadêmica e inspiração.

AGRADECIMENTOS

Com certeza, a melhor parte de uma caminhada são as pessoas que encontramos pelo caminho e os laços de amizade e companheirismo que se estabelecem ao longo do percurso. A jornada foi difícil, dura e repleta de tropeços e acertos, mas foi extremamente prazerosa, isso porque pude gozar da amizade e solidariedade de muitas pessoas. Sendo assim, sinto-me no dever de reconhecer e agradecer-las por terem participado diretamente desse momento. Um delas é o meu querido esposo Alessandro, pois foi seu apoio incondicional em todos os momentos e decisões que tornou possível chegar até aqui. Agradeço também aos meus pais e irmãos que sempre estiveram de prontidão para viabilizar todas as loucuras e devaneios necessários à realização de uma pesquisa, inclusive suportando Alessandro, Maria Luisa e eu por dois meses em seu convívio para tornar possível a finalização desse trabalho.

Um reconhecimento e agradecimento especial também ao meu orientador Reinaldo Antônio Carcanholo que, desde 2001, tem atuação direta sobre minha formação acadêmica como professor, tutor, orientador e amigo. Obrigado por essa oportunidade de trabalhar mais uma vez ao seu lado.

Também quero agradecer a toda equipe do programa de Pós-graduação em Política Social, na qual incluo professores, funcionários e alunos, as conquistas alcançadas pelo programa são resultados da união e dedicação de todos e sinto-me honrada de fazer parte dessa família. Aproveito para fazer um agradecimento especial a minhas companheiras e amigas de sala de aula Célia, Mirella e Naara, a amizade de vocês foi essencial para concluir esse caminho.

Quero dizer muito obrigada também para Marcelis e Lucimar, minhas amigas de todo o tempo que sempre estiveram ao meu lado me ajudando e apoiando, especialmente nos momentos de desânimo e de maiores dificuldade.

Passo agora a registrar e agradecer a participação de pessoas que conheci muito pouco, mas que foram extremamente importantes para a realização desse trabalho, porque me proporcionaram os melhores momentos dessa caminhada, minha viagem a Cuba. Quando decidi pesquisar sobre o socialismo cubano decidi também que iria a Cuba, e desde então busquei informações e pessoas que pudessem me ajudar, pois não conhecia ninguém em Cuba. Depois de muitos e-mails não respondidos e de quase desistir, passou pelo meu

caminho a prof. Dr. Maria Auxiliadora, ou Dorita, que solicitou ao Sr. Ramón Orlando Venegas Couto, ou simplesmente Mongui, que me recebesse e me ajudasse durante minha estadia em Havana. Obrigada Dorita pela ajuda e por ter me proporcionado conhecer o Mongui, uma pessoa sensacional que ama o Brasil e os brasileiros sem nunca ter vindo a nossa querida “terrinha”. Quero agradecer a Andrea, Diogo e Gabriel, brasileiros que estavam em Cuba e que me proporcionaram momentos inesquecíveis. A Senhora Maria Helena e sua filha Maiatza pelo carinho e cuidado durante os dias que estive em vossa casa.

Preciso também agradecer à professora Olga que participou da minha qualificação, me recebeu em Cuba e me colocou em contato com as professoras Anícia e Betsy. Agradeço ainda a professora Thalia Fung e, ao radialista da Rádio Havana, Pedro Martinez Pires que me receberam prontamente e forneceram materiais para minha pesquisa.

Simplesmente, obrigada a todos que tornaram possível chegar até aqui!

RESUMO

Em abril de 2011, durante o VI Congresso do Partido Comunista Cubano, aprovou-se os “Lineamientos de la Política Económica e Social” da transição socialista cubana. Esse fato consolidou no país um novo momento de mudanças em seu modelo econômico e social e ao mesmo tempo produziu reações diversas entre estudiosos, militantes e revolucionários comprometidos com a revolução cubana e com a construção de uma sociedade oposta à lógica do capital. Diante disso, buscou-se analisar o modelo de transição socialista adotado em Cuba com o triunfo da revolução em 1959 até o momento atual objetivando, sobretudo identificar aspectos econômicos e sociais que permitam compreender as mudanças que atualmente estão em curso na ilha. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental acerca dos 53 anos da transição socialista cubana, do Partido Comunista Cubano e do Governo de Cuba, foi possível realizar uma caracterização do modelo econômico e social da transição socialista cubano, destacando as principais alterações realizadas no modelo, assim como os resultados alcançados e produzidos tanto no âmbito econômico como do ponto de vista social. Tendo como objetivo principal o alcance de uma sociedade comunista e para isso o surgimento de um novo homem, estruturou-se em Cuba um modelo de transição socialista caracterizado pela planificação econômica, pela propriedade estatal dos meios de produção, pela eliminação das relações monetária-mercantis, pela combinação de estímulos morais e materiais em retribuição ao trabalho, pela oferta de um conjunto de serviços sociais básicos gratuitos e universais e por uma educação político-ideológica buscando a formação de uma consciência socialista. Porém, ao longo dos anos, o modelo de transição foi sendo alterado, sendo que durante a década de 90, frente à mais grave crise econômica enfrentada pelo país, foram realizadas mudanças que inseriram elementos do sistema capitalista como o mercado, a propriedade privada e o capital externo, no modelo de transição socialista cubano. Produziu-se uma dolarização da economia que resultou em uma dualidade monetária e criaram-se mercados segmentados, caracterizados tanto pelo uso de moedas como pelas regras de comercialização. Apesar de ter permitido o país recuperar o crescimento econômico e superar a crise, essas mudanças produziram efeitos negativos sobre a sociedade cubana, dentre os quais se destacam o crescimento das desigualdades sociais, as distorções no mercado de trabalho e a corrupção. Esse novo momento de mudanças, além de enfrentar os efeitos produzidos pelas mudanças da década de 90, busca também superar desafios históricos da economia cubana como a alta dependência externa, a baixa produtividade do trabalho e a pequena produção de alimentos, dentre outros. Os “lineamientos” autorizam a ampliação da

utilização dos mecanismos de mercado no interior do modelo de transição socialista em Cuba, a expansão do papel da propriedade privada e a eliminação de alguns subsídios e gratuidades considerados políticas igualitárias, e por isso estão distante de serem considerados uma atualização do socialismo, muito menos podem ser qualificados como um aperfeiçoamento da transição socialista, mas a reforma aprovada constitui-se uma necessidade transitória e momentânea dada a configuração externa de hegemonia do capital e às condições econômicas e sociais internas.

Palavras-chave: Cuba. Planificação. Socialismo. Transição.

ABSTRACT

In April 2011, during the VI Congress of the Cuban Communist Party, was approved the "Lineamientos de la Política Económica e Social" the Cuban socialist transition. This fact has consolidated the country a new moment of change in its economic and social model and simultaneously produced mixed reactions among scholar, militants and revolutionaries committed to the Cuban revolution and the building of a society opposed to the logic of capital. Therefore, we sought to analyze the model adopted socialist transition in Cuba with the triumph of the revolution in 1959 until today aiming mainly to identify economic and social aspects for understanding the changes that are currently underway on the island. Using a vast literature on the 53 years of the Cuban socialist transition and document the Cuban Communist Party and the Government of Cuba, it was possible to perform a characterization of the economic and social transition of Cuban socialist, identifying the main changes made to the model as well as the results achieved and produced both in the economic and social point of view. Its main goal is the achievement of a communist society and to the emergence of a new man, was structured in Cuba a model of socialist transition characterized by economic planning, state ownership of the means of production, the elimination of the monetary-market relationships by the combination of moral and material incentives in return to work, by offering a set of basic social services and universal free education and a political-ideological seeking the formation of a socialist consciousness. But over the years the transition model was being changed, and during the 90s, compared to most serious economic crisis facing the country, changes were made that entered the Cuban model of socialist transition elements of the capitalist system as the market private property and foreign capital. Produced a dollarization of the economy that resulted in a dual currency and created targeted markets, both characterized by the use of coins as the rules of marketing. Although he allowed the country regain economic growth and overcome the crisis, these changes have produced negative effects on Cuban society, among which stand out the growing social inequalities, distortions in the labor market and corruption. This new moment of change, and cope with the effects produced by changes of the 90 also seeks to overcome historical challenges of the Cuban economy as high external dependence, low labor productivity, the small food production, among others. The "guidelines" adopted expand the use of market mechanisms within the model of socialist transition in Cuba regarded as the main route for overcoming the major economic problems of the country, expanding the role of private property favoring the creation of a class of owners and eliminate subsidies and gratuities considered egalitarian

policies and harmful to the country. Moreover, there was an absence of the political-ideological training for the primary objectives of a socialist transition.

Keywords: Cuba. Transition. Socialism. Planning.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Produto Interno Bruto (1990 a 1999)	82
Gráfico 2 – Comércio exterior de Cuba (1990 a 1999)	83
Gráfico 3 – Evolução da balança de serviços cubana (1990 a 1999)	84
Gráfico 4 – Evolução do Produto Interno Bruto (2000 a 2008)	106
Gráfico 5 – Composição do PIB por atividade econômica (%) – 2000 a 2008.....	107
Gráfico 6 – Evolução da balança comercial de Cuba (2002 a 2008)	108
Gráfico 7 – Participação dos bens e serviços nas exportações cubanas (2002 a 2008).....	108
Gráfico 8 – Composição das exportações de bens de Cuba (2000 a 2008).....	109
Gráfico 9 - Composição das importações cubanas: principais produtos (2000 a 2008)	110
Gráfico 10 – Evolução da taxa de desocupados (%)	111
Gráfico 11 – Comportamento da balança comercial e de serviços cubana (2007 a 2010).....	121
Gráfico 12 – Interrelação entre o crescimento das exportações, o crescimento do Produto Interno Bruto e crescimento na formação bruta de capital fixo em Cuba (2002 a 2010).....	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo das Medidas Econômicas e Sociais do Período 1989-1993	70
Quadro 2 – Cronologia do Processo de Reforma Econômica	74
Quadro 3 – Diversificação das Fontes de Rendimento das Famílias	92
Quadro 4 – Segmentação de Mercados: Moeda e Regulação	94
Quadro 5 – “Batalha de Ideias”: Síntese dos Objetivos e Principais Programas da Área da Educação.....	103
Quadro 6 - Resumo dos Principais Programas na “Batalha” da Saúde	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Situação da propriedade da terra em 1959	36
Tabela 2 - Investimentos norte-americanos em Cuba (1936 a 1958).....	36
Tabela 3 - Comércio exterior de Cuba (1932 a 1958).....	37
Tabela 4 - População e emprego em Cuba (1899 a 1957).....	38
Tabela 5 - Renda nacional de Cuba (1955 a 1958).....	39
Tabela 6 - Nível de habitabilidade das moradias em Cuba no ano de 1953.....	39
Tabela7 - Indicadores de saúde	40
Tabela 8 - Taxas de analfabetismo na população cubana maior de 10 anos	40
Tabela 9 - A deterioração da economia cubana (1989 a 1993)	69
Tabela10 - Evolução dos gastos sociais (1990 a 1993).....	70
Tabela 11 - Orçamento público e gastos sociais em Cuba (1990 a 1998).....	85
Tabela12 - Variações na estrutura do emprego em Cuba (1989 a 2000)	89
Tabela 13 - Evolução do desemprego na economia cubana.....	90
Tabela14 - Origem das importações cubanas: principais países fornecedores (2000 a 2008)110	
Tabela15 – Indicadores gerais do mercado de trabalho	111
Tabela16- Estimativas do salário real em cuba para o período de (2000 a 2008).....	112
Tabela17 – Atendimentos da assistência social (2000 a 2008)	113
Tabela18- Evolução das taxas de mortalidade infantil e materna (2000 a 2008).....	114
Tabela 19 – Indicadores gerais do sistema de ensino de Cuba (2000 a 2008)	115

Tabela 20 - Comportamento do gasto público (2000 a 2008)	116
Tabela 21 – Distribuição das terras e sua utilização em 2007	138
Tabela 22 – Evolução das transações comerciais de Cuba com os principais parceiros	139

LISTA DE SIGLAS

ANAP	Associação Nacional de Pequenos Agricultores
BANSESCU	Banco de Seguros Sociais de Cuba
CADECA. S.A.	Casas de Câmbio Sociedade Anônima
CAME	Conselho de Ajuda Mutua Econômica
CDR	Comitês de Defesa da Revolução
CEEC	Centro de Estudos em Economia Cubana
CTC	Central dos Trabalhadores de Cuba
CUC	Peso Conversível
CUP	Peso Nacional
ELAM	Escola Latinoamericana de Medicina
JUCEPLAN	Junta Central de Planificação
MFP	Ministério das Finanças e Preços
MTSS	Ministério do Trabalho e Seguridade Social
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONE	Oficina Nacional de Estadística
PIB	Produto Interno Bruto
SDPE	Sistema de Direção e Planificação da Economia
TRD	Tiendas de Recuperación de Divisas
UBPC	Unidades Básicas de Produção Cooperativa
UJC	União de Jovens Comunistas
ZF	Zonas Francas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 A TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA: DOS ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO À EXTINÇÃO DO BLOCO SOCIALISTA.....	34
2.1 RESGATE DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS ANTECEDENTES À REVOLUÇÃO CUBANA.....	34
2.2 O TRIUNFO DA REVOLUÇÃO E AS PRIMEIRAS MEDIDAS PROMOVIDAS PELO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO.....	41
2.2.1 O caráter popular-democrático e libertador-nacional da Revolução Cubana	44
2.3 A CONFIGURAÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: O INÍCIO DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA E A CONSOLIDAÇÃO DA DITADURA DO PROLETARIADO	47
2.3.1 O Sistema Orçamentário de Financiamento e o grande debate na economia cubana	52
2.3.2 Aspectos sociais da planificação em Cuba, no período de 1961 a 1975	56
2.4 DE 1975 A 1989: MUDANÇAS NO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL, AVANÇOS E RETROCESSOS.....	59
3 REFLEXOS DO AJUSTE ECONÔMICO E SOCIAL DA DÉCADA DE NOVENTA E A ESTRATEGIA DE DESENVOLVIMENTO DOS ANOS 2000.....	66
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE CUBA E O COLAPSO OCACIONADO PELA CRISE NO PERÍODO DE 1990 A 1993.....	68
3.2 AS MEDIDAS DE AJUSTE ECONÔMICO E AS MUDANÇAS NO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA.....	73
3.2.1 A abertura para o capital externo: principais aspectos da Lei nº 77 de 1995.....	77
3.2.2 O processo de dolarização da economia cubana em decorrência das medidas adotadas para enfrentamento da crise	78
3.3 OS REFLEXOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO PERÍODO DE AJUSTE ECONÔMICO.....	81
3.3.1 Mudanças na estrutura da transição socialista: novas formas de propriedade e o funcionamento dual da economia.....	86
3.3.2 A reestruturação do emprego e da renda decorrentes do ajuste econômico	88
3.3.3 A segmentação dos mercados e as mudanças no consumo como consequência da dualidade monetária e das novas formas de propriedade	93
3.3.4 O aparecimento das desigualdades sociais e o ressurgimento da pobreza.....	96
3.4 AS ESTRATÉGIAS DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA PARA ENFRENTAR OS EFEITOS DO AJUSTE ECONÔMICO E OS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS ALCANÇADOS NO PERÍODO DE 2000 A 2008	99
3.4.1 A estratégia no âmbito social: uma “Batalha de Ideias”	102
3.4.2 Evolução dos indicadores econômicos e sociais do período 2000 a 2008	106
4 O SOCIALISMO CUBANO NA ATUALIDADE: DESAFIOS, MUDANÇAS ESTRUTURAIS E CENÁRIOS FUTUROS.....	118
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DOS “ <i>LINEAMIENTOS DE LA POLÍTICA ECONÓMICA Y SOCIAL</i> ” DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA.....	119

4.2 ANÁLISE GERAL DOS “LINEAMIENTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL”: REFORMA DO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA.....	127
4.3 PRINCIPAIS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA A SEREM SUPERADOS.....	136
4.4 CONDICIONANTES PARA CENÁRIOS FUTUROS DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA EM CUBA.....	142
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
6 REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do sistema capitalista a partir da década de 1970 assumiu um padrão de acumulação baseado em três grandes pilares: a reestruturação produtiva, o domínio da lógica financeira do capital e a hegemonia das ideias neoliberais. A partir de 1982, o que se observou foi uma recuperação das taxas de lucro de alguns países capitalistas, crises cíclicas em várias economias e piora das condições de vida dos trabalhadores ao redor do mundo.

O resultado dessa combinação nos países da América Latina foi equiparado a um desastre social¹. A herança colonial de atraso econômico, dependência externa e déficit nos direitos sociais, combinados com as políticas de inserção externa dos países da América Latina ao mercado mundial, levaram ao aumento da exploração, da pobreza, acirramento de conflitos, aumento da violência e piora nos indicadores sociais da região.

Ao longo desse mesmo período, Cuba se destacou no contexto da América Latina ao manter-se no caminho de uma revolução e da construção do socialismo. Além de garantir uma série de conquistas sociais, Cuba resistiu ao bloqueio econômico dos Estados Unidos, à queda do Bloco Socialista do Leste, às mais diversas agressões e sabotagens contra revolucionárias e aos impactos das diversas crises internacionais que ocorreram nos últimos 50 anos.

Buscando manter-se no caminho de construção do socialismo, Cuba realizou mudanças importantes em seu modelo econômico e social de transição socialista ao longo dos 53 anos de revolução. Atualmente, o país tem sido pauta de muitos noticiários e discussões em virtude de mais uma alteração em seu modelo econômico e social. Medidas adotadas ainda em 2008, combinadas à aprovação do documento “*Lineamientos de la Política Económica y Social*”, ocorrida em abril de 2011 durante o VI Congresso do Partido Comunista Cubano, consolidam um novo momento de mudanças na ilha.

Reinventar estratégias que possibilitem um país de transição ao socialismo, enfrentar os efeitos da crise capitalista e, ao mesmo tempo, criar as condições objetivas de avançar rumo ao padrão de desenvolvimento comunista, não é apenas um desafio dos cubanos, mas de todos que compartilham do entendimento relativo à necessidade de discutir, pensar e construir um

¹ Como parte da coleção “*Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização*”, organizada por Emir Sader, Laura Tavares Soares publicou “*O Desastre Social*”, onde mostra como o ajuste fiscal promovido pelo Estado nos países da América Latina dentro da implantação do neoliberalismo resultou em um desastre social. (SOARES, L. T., 2003).

modelo alternativo de sociedade. É com base nesse compromisso e de forma muito respeitosa que estudiosos, militantes, revolucionários, partidos políticos, entre outros têm expressado preocupações em relação ao conteúdo da atual reforma em Cuba e de seus desdobramentos sobre o futuro da revolução cubana. É nesse contexto que se insere o presente estudo. A ampliação dos mecanismos de mercado no interior do modelo de transição socialista em Cuba tida como a via principal para superação dos principais problemas econômicos do país, a expansão da propriedade privada com a constituição de uma classe de proprietários e a eliminação de subsídios e gratuidades considerados políticas igualitárias e prejudiciais ao país, são algumas das mudanças que tem gerado inquietações e preocupações em relação ao socialismo na ilha. Além disso, verifica-se que a reforma aprovada não apresenta referências aos elementos de formação ideológica que são primordiais na construção do socialismo. Diante disso, a pergunta que se coloca é a seguinte: as mudanças no modelo econômico e social aprovadas e em implantação constituem-se ameaças para a continuidade do processo de transição socialista em Cuba?

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é identificar aspectos econômicos e sociais da transição socialista cubana que permitam compreender as mudanças que atualmente estão em curso na ilha, decorrentes da aprovação da reforma, tendo como “pano de fundo” uma caracterização do modelo econômico e social da transição socialista cubana. Nesse sentido, buscou-se identificar como foram constituídas as bases econômicas e sociais da nova sociedade e quais foram as estratégias de desenvolvimento adotadas pelo governo cubano ao longo da transição socialista, bem como os resultados alcançados pelas mesmas em cada momento.

A pertinência para a realização de um estudo sobre Cuba passa por um conjunto de argumentos considerados de grande relevância científica e política. De início, é importante ressaltar que Cuba se caracteriza por uma experiência singular em nosso tempo e em nosso continente, isso porque experimentou uma transformação social conquistada a partir de um movimento revolucionário, e implantou um modelo econômico-político-social, de transição ao socialismo, centrado em alcançar um padrão de desenvolvimento da sociedade conforme o indicado por Marx (2000, p. 26) no clássico texto *Crítica ao Programa de Gotha*: “[...] de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”.

Nesse sentido, as reformas sociais realizadas e o conjunto de políticas implantadas após a revolução permitiram criar e consolidar no país novas relações de produção e de convivência

humana, que resultaram em uma redução da pobreza extrema, do analfabetismo, da mortalidade infantil, do desemprego e, acabando com as relações de dependência e subordinação aos Estados Unidos. Os indicadores tradicionalmente utilizados para as análises sociais evidenciam resultados surpreendentes e exclusivos alcançados por Cuba em comparação com os países da América Latina, isso torna essa pequena ilha um modelo a ser estudado.

Além disso, Cuba inicia a década de 1990 sob o impacto da mais grave crise até então vivida pelo país. A ineficiência apresentada pelo seu modelo econômico-político-social, o esgotamento do bloco socialista e conseqüentemente do Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME²) e o recrudescimento do bloqueio econômico americano devastaram a economia cubana, o que terminou por deteriorar as condições de vida da população da ilha. Como resposta, foi implementada uma política de resistência³ buscando assegurar as conquistas sociais da revolução e garantir os direitos dos trabalhadores. Essa situação foi enfrentada através do fortalecimento e da adequação da ação estatal tendo como eixo central da política econômica o desenvolvimento social. Dessa forma, ao contrário da maioria dos países da América Latina, Cuba buscou solucionar seus graves problemas sem recorrer aos mecanismos difundidos pela ideologia neoliberal, e conseguiu, a partir de 2000, atingir alguns importantes resultados na área social.

Para prosseguir avançando na transição socialista e assegurar as conquistas sociais diante da grave crise citada, foi realizado no âmbito do modelo econômico-político-social um conjunto de alterações ao longo da década de 90, que, ao possibilitar uma recuperação econômica e um avanço em algumas áreas sociais, trouxe efeitos negativos acentuando algumas desigualdades existentes, assim como certas limitações de seu modelo. Diante dessas constatações, Cuba sofreu os impactos da crise capitalista iniciada em meados de 2007, dando início a mais um período de graves dificuldades econômicas. Apesar de Cuba não fazer parte do mercado internacional de capitais, o país é grande importador de alimentos e tem problemas para a geração própria de energia. Em contraposição, uma das características da crise mundial do capitalismo é o aumento nos preços internacionais dos alimentos. Além disso, sua capacidade

² Segundo Ferriol, Therborn e Castiñeiras (2004, p. 130, tradução nossa) o CAME foi “uma organização internacional fundada em 1949 e atuante segundo os princípios de plena equidade de seus participantes, tinha como função fundamental a coordenação do desenvolvimento econômico e social dos países socialistas”.

³ O período em que perduraram os efeitos da crise e a implantação da política de resistência também é chamado de “período especial em tempo de paz” (ECURED, 2010b, acesso em 20 de ago. 2012).

de conseguir divisas ficou reduzida devido à queda no preço do níquel – principal produto de exportação –, à diminuição do gasto de turistas na ilha e das remessas enviadas por cubanos que vivem no exterior aos parentes que permanecem em Cuba. Assim, a proposta de mudança no modelo econômico-social imerge em um cenário de crise mundial e de precarização das condições econômicas e sociais internas, tornando imperativo reinventar estratégias que possibilitem prosseguir na transição ao socialismo.

Por fim, a relevância desta investigação também está relacionada à oportunidade de produzir, em língua portuguesa, uma investigação sobre o modelo econômico-político-social de Cuba, abordando as mudanças que estão em vigor. Uma vez que é reduzido o número de teses e dissertações, no Brasil, que tenham Cuba como tema de pesquisa, em especial, na área econômica e social.

Porém, pesquisar, estudar e escrever sobre Cuba é uma tarefa bastante complexa e desafiadora, primeiramente por todas as singularidades presentes na história do país, marcada por uma luta pela independência da metrópole espanhola, por um processo de neocolonização americana, por uma violenta ditadura e por uma revolução que culmina em uma transição socialista; segundo, pela complexidade social e econômica que envolve a realidade cubana; e terceiro, pelo momento atual de mudanças no modelo econômico e social do país. Assim, é importante ressaltar que realizar um estudo aprofundado de algum aspecto da transição socialista cubana exige anos de dedicação e pesquisa, que dentro da limitação temporal de uma pesquisa de mestrado torna-se inviável.

Diante dessas limitações, mas entendendo a pertinência do tema, o caminho escolhido foi direcionar o estudo para uma caracterização do modelo econômico e social da transição socialista cubana, articulada às mudanças atuais que estão em curso no país com o objetivo de fornecer aos leitores interessados no tema um texto sintético, didático e informativo que, possibilite uma compreensão geral sobre as condições econômicas e sociais da ilha ao longo dos 53 anos da revolução cubana, quais as mudanças que estão ocorrendo na ilha em virtude da aprovação dos “*Lineamientos de la Política Económica y Social*”, ocorrida em abril de 2011.

Para isso, os 53 anos de revolução cubana serão apresentados dentro de grandes etapas que constituem o processo de transição socialista cubana tendo, como marco temporal para a delimitação dessas etapas os momentos de inflexão e alterações da estratégia de

desenvolvimento do modelo econômico e social adotado a partir da vitória revolucionária⁴. Dessa forma, a primeira etapa abrange os anos de 1959 a 1961, que tem início com a vitória do Movimento 26 de julho⁵, em janeiro de 1959, e compreende as primeiras reformas realizadas pelo governo revolucionário. O segundo período tem início em 1961, com a declaração do caráter socialista da revolução cubana frente à iminente invasão contrarrevolucionária de Playa Girón e se estende até 1975, ano em que ocorreu o Primeiro Congresso do Partido Comunista Cubano, quando foram deliberadas novas estratégias de desenvolvimento da transição socialista cubana. O terceiro período tem início em 1976, com a execução das resoluções aprovadas no Congresso, e se encerra em 1989, com o fim do Bloco Socialista. O quarto período, que é o de maior relevância para compreender a situação atual de Cuba, tem início em 1990, ano marcado pelo começo de uma grave crise econômica, decorrente da conjugação de uma série de fatores internos e externos e se estende até 2008. Por fim, o quinto período tem início em 2009, com os efeitos adversos da crise internacional sobre a economia cubana e a elaboração, discussão e aprovação de uma reforma profunda no modelo econômico e social cubano, expressa no documento “*Lineamientos de la Política Económica y Social*”.

O caminho delineado para a realização da investigação aqui proposta exige, antes de tudo, uma abordagem conceitual de aspectos concernentes à caracterização de uma organização social socialista e, ou, comunista, assim como dos meios e vias propostos para alcançá-la; para que partindo do campo das ideias, seja possível situar o modelo de transição socialista cubano. A compreensão de tais aspectos conceituais é necessária para a delimitação de parâmetros que serão utilizados na investigação, evidenciando o ponto de vista da análise, assim como suas limitações e avanços.

Para cumprir essa tarefa, toma-se como ponto de partida o pensamento exposto por Marx e Engels ao longo de suas obras sobre socialismo e comunismo, isso porque foram esses teóricos que, ao realizarem uma análise crítica do modo de produção capitalista, apontaram

⁴ É importante ressaltar que há diversas periodizações de análise da revolução cubana, porém, para os propósitos deste trabalho, que busca uma compreensão geral tanto dos aspectos econômicos como sociais da transição socialista cubana, optou-se pela periodização apresentada por Pérez Villanueva (2010) tendo em vista que a mesma está referenciada pelas mudanças na estratégia de desenvolvimento da transição socialista. Entretanto, neste trabalho foi realizada uma junção de duas etapas, formando uma única etapa que compreende o período de 1961 a 1975.

⁵ O Movimento 26 de julho foi a identificação destinada ao grupo que sob o comando de Fidel Castro Ruz invadiu o quartel de Moncada, em 1953, em uma ação frustrada pelo exército do ditador Fulgêncio Bastista, e que, depois do exílio no México, retorna a Cuba e inicia a luta revolucionária (ECURED, 2010a, acesso em 10 set. 2012).

para a necessidade histórica de uma nova socialização, sob determinadas condições objetivas e subjetivas gestadas no seio do próprio sistema capitalista, contestando os precursores do socialismo, chamados de socialistas utópicos⁶, que buscavam uma nova ordem social perfeita, como forma de solucionar os problemas sociais.

Ao buscar estabelecer os aspectos essenciais que diferenciam tais correntes de pensamento, Friedrich (1952), em sua obra “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, fala que no momento em que surgiram as primeiras ideias sobre um novo sistema social, a sociedade capitalista apresentava-se em um estágio incipiente de seu desenvolvimento e que os pensamentos dos socialistas utópicos, daí derivados tinham em seu corpo essa característica incipiente. Ou seja,

[...] as suas teorias incipientes não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente condição de classe. Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais, latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época. A sociedade não encerrava senão males, que a razão pensante era chamada a remediar (FRIEDRICH, 1952, p. 17).

Assim percebe-se que, os socialistas utópicos tinham como objetivo pensar e propor soluções para os problemas sociais que perturbavam a ordem social, problemas que estão associados muito mais às precárias condições econômicas do que às contradições presentes no sistema capitalista que ainda era incipiente. Para Engels (1952), os socialistas utópicos buscavam encontrar uma nova ordem social perfeita que viria do campo das ideias e seria reproduzida na sociedade por intermédio de propaganda de experiências bem sucedidas, o que para o autor, somente poderia permanecer no reino da utopia.

Em contraposição, Engels (1952) demonstra a necessidade história do socialismo, partindo da contradição elementar do sistema capitalista, produção social e apropriação privada, apontada por Marx, e o desdobramento dessa contradição ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista. Indica que a superação do capitalismo e a instauração de uma nova ordem social exigem tanto condições materiais historicamente determinadas, como um conhecimento objetivo de tais condições materiais conjugado à prática revolucionária de transformação da realidade social a ser superada. O caminho empreendido por Engels (1952) para tornar o socialismo utópico em socialismo científico foi situar o socialismo no terreno da realidade social.

⁶ São chamados socialistas utópicos: Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858).

A escolha desse caminho forneceu mais um traço diferencial na obra de Marx e Engels, relativo à nova ordem social. Ao ter como objeto a realidade social do sistema capitalista, os autores renunciam fazer descrições acerca do que deveria ser essa sociedade pós-capitalismo, e em poucas ocasiões, voltam-se para o futuro e estabelecem as linhas essenciais dessa nova sociedade. O problema em questão eram as próprias condições de funcionamento do sistema capitalista e de suas contradições, para Sánchez Vásquez (2010, p. 42), Marx, em sua obra, desenvolve uma teoria que é, “[...] antes de tudo, uma explicação e uma crítica das condições reais e não a antecipação de uma organização social futura”. Porém, ressalta que o autor não se furtou a estabelecer os traços essenciais dessa nova sociedade, assim como indicar as vias e meios para alcançá-la. Na verdade, desde suas obras da juventude, Marx faz referência a uma organização social do futuro, como em a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (MARX, 2008), nos *Manuscritos Econômicos-filosóficos* (MARX, 2004) e no *Manifesto do Partido Comunista* (MARX, 1997). Em *O capital* (MARX, 1999), o autor supõe uma sociedade em que a produção material torna-se obra de homens livres e associados, que a fazem de maneira controlada e planejada. Em resposta ao programa do Partido Operário Alemão escrito por Lassalle, em 1875 escreve a *Crítica ao Programa de Gotha* (MARX, 2000), onde estabelece importantes princípios para uma sociedade comunista. Dessas obras marxianas, duas se destacam no esboço das linhas essenciais dessa nova organização social futura, são elas: os *Manuscritos Econômicos-filosóficos*, de 1844, e a *Crítica ao Programa de Gotha*, de 1875 (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2010).

No primeiro trabalho, escrito ainda na juventude, Marx (2004) estudou o modo de vida do homem em sua relação com a natureza, buscando entender o trabalho humano na trajetória de desenvolvimento do ser social e mostrou como na sociedade capitalista o trabalho tornou-se uma ferramenta de aprisionamento do ser humano às necessidades de reprodução da apropriação privada do trabalho alheio, baseada na propriedade privada, na divisão social do trabalho e no intercâmbio capitalista.

Ainda nessa obra, Marx (2004) aponta os elos da corrente que rompidos podem libertar o trabalho humano das cadeias do capital, devolvendo ao homem sua emancipação e liberdade. É nesse sentido que o autor delineia alguns traços de uma nova organização social chamada comunismo, que tem como ponto de partida a abolição da propriedade privada. Em sua análise, Marx mostrou como que sob o modo de organização capitalista operam leis que determinam a polarização da riqueza e da miséria e a constituição da sociedade em duas

classes distintas: a classe dos proprietários e a classe dos trabalhadores sem propriedade. Porém, ele buscou explicar como essas leis têm origem na essência da propriedade privada, derivando esta última como uma consequência, um produto, um resultado do “*trabalho exteriorizado*”, quer dizer, da relação de estranhamento que o homem no modo de produção capitalista tem com o trabalho, com o produto do seu trabalho e com o próprio ser humano.

A superação dessa relação de estranhamento e de violação do próprio ser humano exige abolição da propriedade privada, e conseqüentemente, das leis que atuam no modo de organização capitalista. No comunismo apresentado por Marx (2004), essa abolição ocorreria em duas fases distintas: na primeira fase, chamada de “comunismo rude” ou “comunismo inferior”, a propriedade privada deixa de existir enquanto forma individualizada, ela se generaliza e aperfeiçoa assumindo um caráter universal, em que tudo é possuído por todos, e se tornam todos trabalhadores, mas a essência da propriedade privada de “*trabalho exteriorizado*” permanece.

O comunismo a) ainda de natureza política, democrática ou despótica; b) com supressão do Estado, mas simultaneamente ainda incompleto, sempre ainda com a essência afetada pela propriedade privada, ou seja, pelo estranhamento do ser humano [...] ele ainda continua embaraçado na mesma e por ela infectado [...]. (MARX, 2004, p. 105)

Isto é, é um comunismo político marcado pela posse física e imediata de tudo por todos, como uma finalidade exclusiva de satisfação das necessidades fisiológicas da vida humana. Ainda sobre essa primeira fase, Sánchez Vásquez (2010) complementa apontando que as sociedades de transição que surgiram historicamente com a abolição da propriedade privada dos meios de produção, não ultrapassaram o estágio de sociedades caracterizadas pela apropriação estatal dos meios de produção e onde os estímulos materiais predominam sobre os estímulos morais.

Na segunda fase, o comunismo assume a condição de superação positiva da propriedade privada, em que o trabalho volta a ser uma atividade livre de interação do homem com a natureza, uma característica singular do ser social em que o homem produz e reproduz a si mesmo e a natureza, e ao se defrontar com o produto de seu trabalho, se reconhece como ser social, como humano. Dito de outra forma,

o comunismo na condição de supra-sunção positiva da propriedade privada, enquanto estranhamento-de-si humano, e por isso enquanto apropriação efetiva da essência humana pelo e para o homem. Por isso trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda a riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem social, isto é, humano [...] (MARX, 2004, p. 105).

Essa seria a condição do comunismo pleno e autêntico, no qual o princípio que rege as relações não é mais o da posse imediata, e o trabalho não está relacionado apenas às necessidades fisiológicas do homem. A propriedade privada é substituída por uma apropriação social refletida na forma como o homem se relaciona com as coisas e com os outros homens, traço essencial dessa nova sociedade. O trabalho aparece como atividade fundamental de desenvolvimento do ser humano que encontra sua realização individual no produto de seu trabalho, e que reflete sua interação com a natureza e com os outros homens. Nesse sentido, Marx afirma que

A supra-sunção da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornados humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho se tornou humano, da mesma forma como o seu objeto se tornou um objeto social, humano, proveniente do homem para o homem [...] (MARX, 2004, p. 109).

Voltando-se agora para a segunda obra mencionada, a *Crítica ao Programa de Gotha*, escrita quase 30 anos após os *Manuscritos Econômicos-filosóficos*, Marx (2000) também fala de duas fases de uma sociedade comunista. A primeira é uma sociedade erguida sob os escombros da sociedade capitalista, e que por isso apresenta ainda o selo da antiga sociedade em seus aspectos econômicos, morais e intelectuais. Essa sociedade chamada coletivista possui como traço essencial a propriedade comum dos meios de produção e a distribuição dos bens conforme a contribuição de cada um no processo produtivo, como ninguém pode contribuir a não ser com trabalho, a contribuição de cada um, necessariamente será sua cota de trabalho. Ou melhor, nessa nova organização social

[...] o produtor individual obtém da sociedade – depois de feitas as devidas deduções precisamente aquilo que deu. O que o produtor deu à sociedade constitui sua cota individual de trabalho. [...] A sociedade entrega-lhe um bônus consignando que prestou tal ou qual quantidade de trabalho (depois de descontar o que trabalhou para o fundo comum), e com este bônus ele retira dos depósitos sociais de meios de consumo a parte equivalente à quantidade de trabalho que prestou. A mesma quantidade de trabalho que deu à sociedade sob uma forma, recebe-a desta sob uma outra forma diferente. [...] (MARX, 2000, p. 22-23).

Assim, Marx estabeleceu que a distribuição dos bens estará baseada em uma relação de equivalência sob o parâmetro do trabalho, porém, ressalta que a mesma conserva o princípio burguês do direito igual para todos, em que todos têm igual direito de receber da sociedade uma proporção de bens equivalente à contribuição realizada. Como a contribuição de cada um à sociedade será diferente considerando-se que cada um possui aptidões e características físicas distintas, Marx adverte que,

Este direito igual é um direito desigual para trabalho desigual. Não reconhece nenhuma distinção de classe, por aqui cada indivíduo não é mais do que um operário como os demais; mas reconhece, tacitamente, como outros tantos privilégios naturais, as desiguais aptidões dos indivíduos, por conseguinte, a desigual capacidade de rendimento [...] (MARX, 2000, p. 24).

Isso quer dizer que, todos de igual forma possuem o direito de receber da sociedade uma cesta de bens equivalente à sua cota de trabalho. Porém, como os indivíduos possuem capacidades diferentes, a cota de trabalho entregue a sociedade será diferente, sendo também diferente a cesta de bens a qual tem direito de receber, por isso, é um direito igual que aguarda em sua essência a desigualdade.

Outro elemento trabalhado pelo autor nesse manuscrito é o papel do Estado nessa primeira fase do comunismo, que obrigatoriamente deve assumir a forma de uma ditadura do proletariado, completamente subordinado à sociedade.

Assim, ao caracterizar essa primeira fase de uma sociedade comunista, Marx (2000), mostra que persiste a desigualdade, a divisão social do trabalho, o trabalho subordinado à sobrevivência física e princípios da velha sociedade, condições reais segundo as quais seria erguida a nova sociedade. Mas em relação à etapa seguinte, que o autor trata como uma fase superior da sociedade comunista, essa caracterização tornou-se muito limitada, pois as condições reais que levariam ao desenvolvimento dessa fase não são mais conhecidas. Dessa forma, o esboço traz apenas as condições necessárias e o princípio básico que regeria essa fase superior da nova sociedade, descritos da seguinte forma:

Em uma fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades. (MARX, 2000, p.25).

É importante destacar nestas reflexões que Marx admite em seus esboços da nova sociedade as persistências e influências da velha sociedade capitalista, mas ressalta a importância de reconhecê-las para diminuí-las e eliminá-las, rumo a uma fase superior do comunismo. Outra observação importante refere-se ao crescimento das forças produtivas como uma condição prévia para se alcançar o princípio comunista da fase superior. Em resumo, Sánchez Vásquez (2010), a partir da obra marxiana destaca os seguintes traços fundamentais da nova sociedade: fim da propriedade privada dos meios de produção e a instituição da propriedade social desses

meios; a crescente transferência das funções do Estado para a sociedade, até sua completa extinção; radicalização da democracia com controle absoluto da sociedade sobre a vida social; crescimento da autogestão em todos os níveis da sociedade.

Na obra *O Estado e a Revolução* Vladimir I. Lênin (2010) traz também contribuições importantes sobre o período de transição e a constituição de uma nova sociedade. Partindo da necessidade de demonstrar as formulações deturpadas da doutrina marxista sobre o Estado, tendo como principal oponente Karl Kautsky, Lênin (2010) resgata um conjunto de textos de Engels e Marx sobre o Estado. O autor inicia mostrando que na obra marxiana o Estado é tanto resultado como evidência do conflito inconciliável de classes, e que por isso é um instrumento de dominação e submissão de uma classe pela outra e não um órgão neutro acima da sociedade. Prosseguindo, o autor resgata as ideias de Engels sobre o definhamento do Estado, mostrando que, se o que se pretende é a construção de uma nova sociedade onde não existam mais classes sociais, o Estado perde a essência de sua existência e tende a desaparecer.

Mas quais são as condições desse definhamento? Para responder essa pergunta, Lênin (2010) resgata o texto *A Crítica ao Programa de Gotha* e identifica alguns traços delineados por Marx e Engels em relação à construção de uma nova sociedade. Segundo o autor, o primeiro ponto consolidado é a existência de um período de transição histórica entre o capitalismo e o comunismo, sendo, porém, uma transição política em que o Estado assume a forma de uma “ditadura revolucionária do proletariado”. Para Lênin (2010), essa forma de Estado é uma condição para a transição comunista, isso porque é necessário que o proletariado não apenas assuma o poder político, mas que institua instrumentos que acabe com a resistência dos capitalistas exploradores.

Nessa etapa de “ditadura revolucionária do proletariado”, a democracia passa por uma transformação, deixa de ser a democracia de uma minoria, ou a democracia dos ricos exploradores, e torna-se a democracia para a maioria, para o povo, ao mesmo tempo em que anula a atividade da minoria exploradora. Nesse sentido, o autor afirma que,

[...] Ao mesmo tempo em que produz uma considerável ampliação da democracia, que se torna pela primeira vez a democracia dos pobres, a do povo e não mais apenas a da gente rica, a ditadura do proletariado traz uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores dos capitalistas. Devemos reprimir-lhes a atividade para libertar a humanidade da escravidão assalariada, devemos quebrar a sua resistência pela força. (LÊNIN, 2010, p. 108).

Assim, na fase de transição para o comunismo, a democracia se amplia. Porém, não é ainda verdadeiramente uma democracia, porque subsistem restrições e distinções entre os membros da sociedade. Nessa fase, o Estado continua sendo um instrumento de opressão, agora da maioria sobre a minoria; e apesar de necessário para que o proletariado triunfe sobre seu adversário, ele é transitório, pois assim que não houver mais distinção de classe, a democracia tornar-se-á perfeita, e junto com o Estado tornar-se-á supérflua, pois a democracia está relacionada à igualdade formal de todos em determinadas formas de Estado. Mas no momento em que todos tornam-se realmente iguais, a democracia deixa de existir, e com ela a necessidade de um aparelho opressor e restritivo, assim a liberdade torna-se plena.

Tendo em vista esses apontamentos, Sánchez Vásquez (2010) exemplifica a experiência socialista cubana sob influência guevarista que, em conjunto com o empenho em alcançar o crescimento da base material, buscava construir um novo homem, suprimir as relações monetárias-mercantis e abolir os estímulos materiais.

Nesse sentido, uma importante obra de Ernesto Che Guevara permite não só entender essa preocupação, mas fazer uma reflexão a respeito dos traços essenciais dessa nova sociedade. Em *O Socialismo e o homem em Cuba*, o autor afirma que, para se construir o comunismo, é preciso que, simultaneamente com as bases materiais faça-se nascer um novo homem, isso porque a nova sociedade em formação convive em uma luta diária com a anterior, luta refletida tanto na consciência individual dos homens e orientada para o isolamento do indivíduo, como pela persistência das relações mercantis, isso porque, persistem categorias da antiga sociedade na nova organização social, e seus efeitos perduram, sobretudo, na consciência humana. Sabendo disso, Che Guevara (1988, p. 8, tradução nossa) afirma que “[...] a mercadoria é a célula econômica da sociedade capitalista; enquanto existir, seus efeitos se farão sentir na organização da produção e, por tanto, na consciência”.

Para alcançar o comunismo, Che Guevarra (1988) fala de um primeiro período da transição socialista, caracterizado por uma constante busca das seguintes condições: fim da mercadoria-homem e a instalação de um sistema que outorgue a cada um uma quota de trabalho no cumprimento do dever social; os meios de produção tornam-se propriedade da sociedade e a máquina aparece somente como uma trincheira onde se cumpre o dever social; o homem começa a libertar seu pensamento do fato penoso que implica a necessidade de satisfazer suas necessidades animais mediante o trabalho e, por conseguinte começa a ver-se retratado em sua obra e a compreender sua magnitude humana através do objeto criado, do trabalho

realizado; e, por fim, trabalhar já não implica deixar uma parte de seu ser em forma de força de trabalho vendida, que não lhe pertence mais, mas significa uma emancipação de si mesmo, um aporte à vida comum na qual ele se reconhece. Quer dizer, reafirma a necessidade de que o trabalho assuma uma nova condição em relação ao homem e à sociedade, como condição para a superação desse período de transição, onde o homem supere sua condição de mercadoria e, portanto, do *trabalho exteriorizado* e retorne a sua condição de ser humano. Nesse sentido, Che Guevara (1988, p.17, tradução nossa), aponta que quando o homem “[...] alcançar a completa recreação espiritual ante sua obra, sem a pressão direta do meio social, mas ligado a ele por novos hábitos” é que se atingirá o comunismo.

Outro ponto importante destacado pelo autor é que essas mudanças não são produzidas automaticamente, tão pouco seguem avançando na mesma direção e com a mesma velocidade. Pelo contrário, há momentos de aceleração, outros de pausa e até retrocessos, mas a sociedade transformada em um ambiente de educação, será o motor desse processo de mudanças utilizando para isso, principalmente instrumentos de estímulo moral combinados aos estímulos materiais (CHE GUEVARA, 1988). Assim, a direção e a velocidade das mudanças necessárias ao comunismo dependem, principalmente, da formação técnica e ideológica dos indivíduos, que de maneira consciente transformam e são transformados pela sociedade, assumindo novos valores e categorias até alcançar a emancipação plena de sua condição como ser humano social.

Nesse sentido, Sánchez Vásquez (2010) acrescenta afirmando a necessidade dos homens entenderem que o socialismo não é somente um produto historicamente necessário, mas é, sobretudo, uma fase do desenvolvimento social superior à anterior, e que por isso lutam por algo valioso, por um ideal que é superior ao que existia na fase anterior. Para identificar o valor do socialismo, e portanto sua superioridade em relação à velha sociedade, o autor o situa como a solução da contradição fundamental do sistema capitalista, tal qual apontada por Marx, isto é, o antagonismo cada vez maior entre a apropriação privada e a produção social.

O valor do socialismo, todavia, não consiste somente em funcionar melhor que o capitalismo no terreno da produção material. O valioso não reside propriamente em produzir mais, mas no significado social, humano, da produção. A superioridade do socialismo – e, em consequência, a consciência dessa superioridade – não está nos índices de produtividade, mas no fato de a sua produção estar a serviço das necessidades da sociedade como um todo; em ser não produção pela produção, mas produção para o homem. (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2010, p. 40)

Esse caráter social que a produção assume no socialismo é o que caracteriza a superioridade do socialismo em relação ao capitalismo, sendo esse aspecto fruto da emancipação plena do homem em relação ao *trabalho exteriorizado*, pois o homem resgata sua condição de senhor de seus produtos e da sua existência.

Dessa forma o socialismo, hoje, é uma necessidade vital para sobrevivência. E, mais que perceber que as condições objetivas foram dadas, que todos entendam sua superioridade em relação ao capitalismo e que seja uma necessidade vital, é preciso que ele se torne possível, realizável e que os homens possam dar os passos necessários nessa direção (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2010). Mas que instrumentos as forças revolucionárias possuem para torna possível o comunismo? Que elementos se articulam para organizar a nova ordem social? A revolução garante aos trabalhadores a conquista do poder político ao acabar com a hegemonia da classe burguesa no interior do Estado Burguês e, conseqüentemente, a destruição do aparato repressivo que garante a ordem social capitalista. Mas é a instituição da ditadura do proletariado, entendida como um processo mediante o qual se liquidam as relações sociais capitalistas, que permite a construção de novas relações sociais.

No entanto, somente a abolição da propriedade privada não garante as condições objetivas de liquidação das relações sociais capitalistas, muito menos o estabelecimento de novas formas de relações. Para isso, é preciso que o homem se encarregue de forma consciente da tarefa de organização social, ou melhor, que ele assuma a posição de arquiteto de seu destino, dominando as forças que antes impunham sua “sorte” (TABLADA PEREZ, 1987). Porém, como pode o homem assumir a direção dos processos sociais de maneira consciente? Por intermédio da planificação centralizada. Esta é a resposta dada por Che Guevara a essa questão. Para o autor, a planificação centralizada é a categoria principal que rege a produção e reprodução na ordem social socialista, nesse sentido define a planificação centralizada como “[...] o modo de ser da sociedade socialista, sua categoria fundamental e o ponto em que a consciência do homem consegue, por fim, sintetizar e dirigir a economia para sua meta, a plena liberação do ser humano no marco da sociedade comunista” (CHE GUEVARA, 2004, p. 292, tradução nossa). Dito de outra forma, a planificação é a categoria fundamental que permite ao homem alcançar sua emancipação plena como produtor de sua obra e da natureza, agindo de maneira consciente para recriá-la, ao mesmo tempo em que se reproduz enquanto ser social. Também é a forma como o homem pode conhecer e decidir sobre a realidade criando e moldando o presente e o futuro.

Como instrumento da planificação, o plano assume um papel de grande relevância no estabelecimento das novas relações de produção socialistas, pois é o elemento que permite harmonizar os recursos existentes, frente às necessidades humanas, de forma consciente e coletiva. Ou seja, o plano é o exercício humano racional e consciente de fixar e planejar a alocação de recursos presentes e futuros que a sociedade possui ou irá possuir (TABLADA PEREZ, 1987).

Assim, a planificação dentro do pensamento de Che Guevara, engloba dois aspectos importantes para o estabelecimento do comunismo apresentado por Marx e Engels: primeiro, cria as bases materiais para o desenvolvimento econômico da nova sociedade, assim como os seus mecanismos de regulação e controle; e segundo, transforma a consciência humana fazendo surgir um novo homem. De acordo com Tablada Perez (1987), no pensamento de Che Guevara, esses dois aspectos mereciam a mesma atenção e esforço por parte da sociedade, por isso a eficácia da planificação na transição socialista não poderia ser medida somente pelos resultados alcançados pela gestão econômica, seria necessário avaliar a mudança da consciência humana expressa em seus hábitos e valores, em outras palavras: a eficácia da planificação deve ser medida por

“[...] sua aptidão para conjugar a racionalidade social com a racionalidade econômica, na medida em que consiga fazer como que o aparato econômico crie a base técnico-material da nova sociedade e ao mesmo tempo promova a transformação dos hábitos e valores dos homens que participam no processo produtivo e ajude a criar e inculcar os novos valores comunistas.” (TABLADA PEREZ, 1987, p. 79, tradução nossa)

Outro aspecto da planificação tal qual pensada por Che Guevara, é sua capacidade de distorcer o funcionamento da lei do valor durante a transição socialista, levando à sua completa abolição com o estabelecimento da sociedade comunista.

Resgatando de maneira sucinta o pensamento de Marx acerca da teoria do valor, tem-se que no capitalismo as mercadorias possuem um duplo caráter, ao mesmo tempo são valor-de-uso e valor. Como valor o autor denomina a capacidade que as mercadorias adquirem dentro da sociedade mercantil de se intercambiar por outras, quer dizer, é uma propriedade das mercadorias que expressa as relações sociais mercantis sob as quais foram produzidas, e mostra que o mecanismo que imprime essa característica nas mercadorias é o trabalho humano abstrato, e mais ainda, que essa característica se expressa de maneira quantitativa sob a forma de quantidade de trabalho humano socialmente necessário para produzir a mercadoria, e a isso denomina magnitude, ou grandeza do valor. Portanto, o que parece ser

apenas relação entre coisas é, na verdade, relações sociais entre os homens que as produziram. Na sociedade capitalista, essa propriedade inerente nas mercadorias transforma-se em um ser com vida própria e com a capacidade de se reproduzir, que pode ou não ter uma materialidade. A essa forma Marx chamou capital. Partindo dessa análise, Marx mostrou que o que rege a sociedade capitalista é um fantasma, ou uma ideia que adquire validade social, “[...] a realidade do valor das mercadorias só pode ser expressa pela totalidade de suas relações sociais, pois essa realidade nada mais é que a ‘existência social’ delas, tendo a forma valor, portanto, de possuir validade social reconhecida” (MARX, 1999, p. 88).

Porém, mediante a abolição da propriedade privada dos meios de produção, da instituição da ditadura do proletariado e da planificação centralizada à lei do valor, vai deixando de ser o mecanismo de regulação das relações de produção; e, a autogestão humana, expressa no plano, vai assumindo a direção da sociedade. A centralização econômica mediante um plano cria condições para operar uma gestão da base material que conjuga o projeto político da classe trabalhadora e as condições concretas do país em termos de disponibilidades, necessidades humanas e objetivos de desenvolvimento, e, portanto, inviabiliza a lei do valor como instrumento de alocação econômica entre oferta e demanda. Nesse sentido, destacam-se as ações do Estado Revolucionário cubano no plano social que colaboraram para distorcer o funcionamento da lei do valor, tornando impossível que ela continue regendo as relações sociais de produção (TABLADA PEREZ, 1987).

Assim, esta investigação buscou identificar os traços essenciais que caracterizam a transição socialista cubana a partir de seu modelo econômico e social, analisando primeiramente as medidas adotadas após a vitória da revolução, e que permitiram estabelecer as bases de uma nova sociedade. Em seguida, tratou de analisar as estratégias de desenvolvimento adotadas para a consolidação do socialismo e a construção do novo homem, e por fim, que passos estão sendo executando para tornar o projeto socialista possível e realizável. Em cada uma dessas etapas foram delineados os elementos que caracterizam o estabelecimento de uma nova ordem social, levando em consideração: a coexistência de formas de propriedades, o papel do mercado e do plano no âmbito das relações de produção, a permanência ou não de produção mercantil e a essência dos incentivos empregados.

Para isso, o trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo conterà um resgate histórico da transição socialista cubana nos três períodos iniciais demarcados acima, que abrangem os anos de 1959 a 1989. O capítulo iniciará estabelecendo os antecedentes da

revolução, a partir de um breve resumo das condições socioeconômicas da ilha antes da revolução cubana, e em seguida será apresentado o conjunto de medidas adotadas pelo governo revolucionário ao tomar o poder. Ainda dentro desse capítulo, será analisado o modelo econômico e social da transição socialista durante esses anos, buscando identificar as ações e estratégias econômicas e sociais adotadas para a consolidação do socialismo e a construção do novo homem em Cuba.

O segundo capítulo terá como foco de análise o quarto período delimitado, que compreende os anos de 1990 a 2008, e será aberto com uma descrição das condições socioeconômicas de Cuba durante os primeiros anos da década de 90, frente à grave crise que abateu o país. Prosseguindo, serão apresentadas as medidas e estratégias adotadas no país para manter as conquistas sociais alcançadas com a revolução e prosseguir avançando na transição socialista mesmo perante as dificuldades engendradas pelo momento de crise e pelas agressões externas que se intensificaram nesse período. Isso será feito sem perder de vista o reflexo dessas ações no modelo econômico e social, assim como serão observadas as consequências em relação à construção do socialismo.

O último capítulo tratará do momento atual da transição socialista cubana, e iniciará com uma contextualização geral das atuais condições econômicas e sociais da ilha. Logo após será realizada uma análise dos 313 pontos presentes no documento “*Lineamientos de la Política Económica y Social*”, aprovado no VI Congresso do Partido Comunista Cubano e no Parlamento, buscando identificar quais aspectos do modelo econômico e social da transição socialista cubana estão sendo alterados. E por fim, serão apresentados desafios econômicos e sociais identificados ao longo do estudo que precisam ser superados para que Cuba avance na transição socialista cubana e alguns aspectos que podem condicionar o futuro da transição socialista, o direcionamento das mudanças em curso, assim como a velocidade e profundidade com que ocorrerão as alterações.

Na investigação foi utilizada uma vasta bibliografia composta por documentos da revolução cubana disponibilizados na rede mundial de computadores, discursos pronunciados por Fidel Castro e Raul Castro, atas de reuniões do Ministério da Indústria sob o comando de Ernesto Che Guevara, livros e artigos produzidos por pesquisadores e estudiosos cubanos. Além disso, também contou com uma viagem à ilha no período de 29 de novembro a 19 de dezembro para reconhecimento de campo, entrevistas, e coleta de material bibliográfico.

2 A TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA: DOS ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO À EXTINÇÃO DO BLOCO SOCIALISTA

A vitória revolucionária do movimento 26 de julho instaurou em Cuba um processo de mudanças estruturais que em abril de 1961 assume seu caráter socialista, consolidando no país um processo de transição socialista. Compreender esse processo histórico exige uma contextualização das condições econômicas e sociais que antecederam a revolução Cuba, e esse é um dos objetivos desse capítulo. Além disso, também buscou nessa parte da pesquisa analisar o processo de constituição das novas relações sociais em Cuba e os resultados alcançados nos primeiros 30 anos da revolução.

2.1 RESGATE DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS ANTECEDENTES À REVOLUÇÃO CUBANA

Cuba inicia o século XX tentando reconstruir o país destruído pelas três guerras de independência que ocorreram na segunda metade do século XIX. Porém, ao tornar-se independente, o país viu o domínio colonial espanhol ser substituído pelo domínio neocolonial dos Estados Unidos, expresso em tratados oficiais de ordem política e econômica⁷, que, entre outras coisas, autorizavam intervenções americanas no território cubano. As duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por um crescimento econômico do país, por um aumento permanente dos investimentos estrangeiros americanos e pela expansão da indústria açucareira. Esse período consolidou Cuba como um país monoprodutor e monoexportador de açúcar e reforçou os laços de dependência da economia cubana com países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos. O impacto da crise econômica iniciada em 1929 encerrou essa etapa de crescimento e levou o país a uma profunda depressão econômica, em que as condições de vida se deterioraram de forma drástica (LE RIVEREND, 1985).

No clássico discurso de Fidel Castro “La historia me absolverá”, também conhecido como o “Programa del Moncada”⁸, é possível encontrar uma descrição da “espantosa tragédia” que

⁷ O apêndice da Constituição Cubana de 1901 (CLEMENTE VIVANCO, 1902), também conhecido como Enmienda Platt e o Tratado de Reciprocidad Comercial (ECURED, 2010c, acesso em 20 de ago. 2012).

⁸ “Em sua alegação de autodefesa, depois do falido assalto ao Quartel de Moncada, ocorrido em 26 de julho de 1953, Fidel Castro resumiu os principais problemas do país, cuja solução seria encaminhada pelos esforços da

vivia o país na década de 50. Segundo o documento, oitenta e cinco por cento dos pequenos agricultores cubanos viviam em terras arrendadas e sob perene ameaça de despejo, duzentas mil famílias camponesas não tinham um pedaço de terra para plantar alimentos “para seus famintos filhos”, enquanto que as melhores terras estavam em mãos de estrangeiros e uma grande parte permanecia sem cultivo algum (CASTRO RUZ, 2007a, p. 38, tradução nossa).

Para José Luis Rodríguez e George Carriazo Moreno, no estudo “*Erradicacion de la pobreza em Cuba*”, publicado em 1987, o modelo neocolonial implantado em Cuba após a independência acentuou as características do subdesenvolvimento cubano e ampliou a deformação de sua estrutura econômica, contribuindo para o aumento da pobreza no país.

Ao analisar o período de 1902 a 1925, os autores mostram que o aumento da renda nacional e o crescimento econômico ocorreram como consequência de uma expansão do setor açucareiro de propriedade do capital internacional americano. Nesse período, Cuba tornou-se responsável por 52,2% da oferta de açúcar nos Estados Unidos. Além disso, os investimentos estrangeiros americanos em Cuba passaram de 160 milhões de dólares, em 1906, para 1,2 bilhão de dólares, em 1923. Com isso, em 1958, os americanos possuíam 36 centrais açucareiras que produziam 42% do açúcar, assegurando total domínio sobre esse setor da economia cubana (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987). O domínio americano também estava presente na estrutura da propriedade da terra, visto que, em 1958, 13 dos principais latifúndios açucareiros norte-americanos controlavam 47,2% da área total destinada à indústria do açúcar no país. Ao observar os dados da Tabela 1 é possível verificar que a propriedade da terra era marcada pela concentração de enormes áreas, pois 8,5% das propriedades ocupavam mais de 70% das terras em Cuba.

revolução, após a conquista do poder. A este se chamou ‘Programa de Moncada’ ”. (CHÁVEZ NEGRÍN, 2003, p. 10, tradução nossa)

TABELA 1 - SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA EM (1959)

Tamanho das propriedades em hectare	Nº de Propriedades rurais	% do total	Superfície em hectare	% do total
Até 67	28.735	68,3	632.388,6	7,8
De 67 a 134	4.929	11,7	487.544,4	6
de 134 a 268	3.274	7,8	645.331,1	6,3
de 268 a 402	1.549	3,7	522.398,7	6,5
Mais de 402	3.597	8,5	5.772.571,6	71,6
Total	42.084	-	8.060.234,4	-

Fonte: ACOSTA, J. (1972) apud Carriazo Moreno; Rodríguez, 1987, p. 156.

TABELA 2 - INVESTIMENTOS NORTE-AMERICANOS EM CUBA (1936 - 1958)

Setores	(Em milhões de pesos)			
	1936	1940	1950	1958
Agricultura	265	241	236	265*
Petróleo	6	10	20	90
Mineração	-	-	15	180
Manufaturas	27	-	54	80
Serviços Públicos	315	233	271	344**
Comércio	15	-	21	35
Outros	38	76	13	7
Total	666	560	657	1.001

Fonte: Departamento de Comércio dos Estados Unidos. In: CARRANZA VALDEZ, DÍAS VAZQUEZ, 2004, P. 40.

* A agricultura, inclusive a indústria açucareira, segundo o Panorama econômico Latino-americano (PEL), alcança 360 milhões de dólares. O Anuário Açucareiro de Cuba de 1959 estima em 330 milhões de dólares (Nota dos autores).

** De acordo com o PEL esses investimentos somam 383 milhões de dólares (Nota dos autores).

Soma-se ainda que a economia de Cuba era altamente dependente das relações comerciais com os Estados Unidos (Tabela 3). Durante o período de 1902 a 1958, este país era o destino de 72% das exportações e a origem de 71% das importações cubanas (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

TABELA 3 - COMÉRCIO EXTERIOR DE CUBA (1932 - 1958)

(Em mil pesos)				
Quinquênio	Exportação	Importação	Saldo	% das Exportações para os EUA
1932-1936	555.678	365.483	190.195	75%
1937-1942	815.221	579.191	236.030	80%
1942-1946	1.852.792	1.071.985	780.807	79%
1947-1951	3.442.960	2.654.021	788.938	59%
1952-1956	3.115.094	2.870.067	295.027	64%
1957-1958	1.541.199	1.549.948	-8.749*	62%

Fonte: Construída com dados do Anuário Açucareiro de Cuba 1959 e dados do Ministério da Fazenda. In: CARRANZA, VLADEZ; DÍAS VAZQUEZ, 2004, p. 39 e 40.
* Em 1958 o saldo foi deficitário em 43.575 milhões de pesos. Em 1957 apresentou um superávit de 34.826 milhões de pesos (Nota dos autores).

O Tratado Comercial de Reciprocidade assinado entre os Estados Unidos e Cuba, logo após a independência, engendrou um mecanismo de dependência e subordinação econômica da ilha, pois criou condições para os investidores americanos aplicarem seus capitais na produção de açúcar em Cuba, com a garantia de exportação do produto para os Estados Unidos sob condições de alta rentabilidade. Mas, por outro lado, garantia também o domínio total dos exportadores americanos sobre o mercado interno cubano. Dessa forma, tornou-se inviável qualquer tentativa de desenvolvimento e diversificação da indústria nacional e da agricultura (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Em Cuba, o mercado de trabalho era um importante instrumento para o funcionamento desse modelo neocolonial, pois tal mercado era responsável por manter à disposição da indústria açucareira uma imensa massa de trabalhadores dispostos a receber baixos salários. Para isso, era necessário manter um alto nível de desemprego na economia cubana, evitando, inclusive, a diversificação industrial que pudesse gerar concorrência no mercado de trabalho (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987). A Tabela 4 mostra que em 1957 o desemprego atingia mais de 50% da população em idade ativa.

TABELA 4 - POPULAÇÃO E EMPREGO EM CUBA (1899 - 1957)

Censo	Total	População em Idade Ativa	% do total	Empregada	% do total em idade ativa
1899	1.572.797	995.761	63,30%	622.330	62,50%
1907	2.048.980	1.300.787	63,50%	744.392	57,20%
1919	2.889.004	1.664.965	57,60%	914.565	54,90%
1931	3.962.344	2.550.415	64,40%	1.297.754	50,90%
1943	4.778.583	3.246.358	67,90%	1.520.851	46,80%
1953	5.829.000	3.828.864	65,60%	1.972.266	51,50%
1957	6.257.000	4.100.000	65,50%	1.843.000	45,00%

Fonte: Revista *Cuba Económica y financier a*, La Habana, marzo de 1960, p. 7; Carlos del Toro: Algunos aspectos económicos del movimiento obrero cubano (1933-1958), em *La república neocolonial*, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1973, t. 1, p. 221. In: Moreno; Rodríguez, 1987, p. 12

Como um desdobramento do baixo nível de emprego, o salário recebido pelos trabalhadores era muito baixo, não sendo suficiente para cobrir as necessidades básicas dos trabalhadores. Apesar da existência de um salário mínimo, Carriazo Moreno e Luis Rodríguez (1987) afirmam que o mesmo não cobria os custos de reprodução da força de trabalho – em 1955, as famílias que recebiam o salário mínimo de 85 pesos mensais gastavam a cada mês 89 pesos. Além disso, acrescentam que uma parte importante dos trabalhadores recebia salários inferiores ao mínimo estabelecido; estimam que, em 1943, 82,2% dos trabalhadores encontravam-se nessa situação. Por consequência, os autores destacam o alto grau de concentração da renda e de desigualdade na distribuição da renda. Apontam ainda que, em 1953, 5% da população recebiam 26,5% da renda, enquanto 50% da população recebiam somente 10,8% da renda total do país.

Como apresentado na Tabela 5 a crise econômica de 1929 repercutiu em Cuba, reduzindo a renda nacional, a produção de açúcar e o comércio exterior. Também aumentou o desemprego e o custo de vida. Como solução para enfrentar a crise e manter o domínio sobre a economia cubana, a burguesia internacional recorreu à ditadura de Fulgêncio Batista e a uma política de gasto público “compensatório”⁹. Tal opção aprofundou a crise econômica e refletiu a capacidade da burguesia cubana de resolver os problemas do país (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

⁹ A estratégia dessa política era estimular o crescimento do mercado interno por meio da expansão do gasto público em investimentos de infraestrutura buscando atrair investidores externos para outros setores da economia que não a produção de açúcar (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

TABELA 5 - RENDA NACIONAL DE CUBA (1955 - 1958)

(Em milhões de pesos)			
Ano	Renda Nacional	Ano	Renda Nacional
1903	193	1935	435
1905	264	1940	431
1910	347	1945	1.145
1915	519	1950	1.611
1920	1.191	1955	1.866
1925	708	1957	2.320
1930	517	1958 ^a	2.140

Fonte: Banco Nacional de Cuba. In: CEPAL, 2003, p. 9.
a/ Estimativa preliminar.

Esse modelo neocolonial refletido no subdesenvolvimento da ilha repercutia principalmente nas condições de vida da população cubana. Do ponto de vista da moradia, Castro Ruz (2007a, p. 39) afirma que “tão grave ou pior é a tragédia da habitação”; segundo ele havia em Cuba duzentas mil famílias vivendo em habitações precárias, quatrocentas mil amontoadas em barracões sem as mínimas condições de higiene e saúde, um milhão e duzentas mil pessoas pagavam aluguel que consumia entre um quinto a um terço de seus rendimentos, e um milhão e oitocentas mil pessoas não tinham acesso aos serviços de eletricidade (Tabela 6).

TABELA 6 - NÍVEL DE HABITABILIDADE DAS MORADIAS EM CUBA (1953)

(Em %)	
Tipo de Moradias	1953
Total de Moradias do país	
Ruim	47
Regular	40
Boas e aceitáveis	13
Moradias Urbanas	
Ruim	30
Regular	50
Boas e aceitáveis	20
Moradias Rurais	
Ruim	74
Regular	23
Boas e aceitáveis	3

Fonte: MICONS, Informe sobre a erradicação da miséria em Cuba, Havana, 1982, p.31. In: CARRIAZO MORENO, G.; LUIS RODRÍGUEZ, J. , 1987, p. 141.

No que se refere à saúde (Tabela 7), 90% das crianças da área rural estavam contaminadas por parasitas e muitas morriam por falta de recursos médicos (CASTRO RUZ, 2007a). Os dados indicam ainda que 14% dos trabalhadores rurais estavam contaminados com tuberculose, 13% padeciam de febre tifóide e 36% tinham algum tipo de parasitismo intestinal. Acrescenta-se a essa informação o fato de que a rede de saúde pública na área rural era extremamente precária e insuficiente, resultando em mortes por falta de atendimento. Os recursos materiais e humanos da área da saúde estavam concentrados na área urbana, mas ainda assim não eram suficientes para atender a toda população. Ainda observava-se uma proliferação de serviços de saúde de caráter privado dos quais a maioria dos trabalhadores estava excluído (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

TABELA7 - INDICADORES DE SAÚDE

Indicador	Índice
Esperança de vida ao nascer	62,3 anos (em meados de 1950)
Mortalidade Infantil	40 por mil nascidos vivos (1958)
Mortalidade Materna	118,2 por dez mil nascidos vivos (1960)
Taxa de Mortalidade por:	
Gastrenterite	41,2 por 100 mil habitantes (1958)
Tuberculose	15,9 por 100 mil habitantes (1958)
Fonte: Instituto de Desenvolvimento da Saúde. In: CARRIAZO MORENO, G.; LUIS RODRÍGUEZ, J. , 1987, p. 27.	

Como efeito social do subdesenvolvimento, Carriazo Moreno e Luis Rodríguez (1987) apontam o baixo nível educacional e cultural da população cubana nos anos anteriores à revolução. Os dados evidenciam que uma grande parte da população era analfabeta, principalmente na área rural (Tabela 8). Além disso, segundo estimativas existiam mais de 600 mil crianças em idade escolar fora da escola.

TABELA 8 - TAXAS DE ANALFABETISMO NA POPULAÇÃO CUBANA MAIOR DE 10 ANOS

Ano	Total da população	Analfabetos	Taxa de analfabetismo (%)		
			Total	Urbana	Rural
1943	3.575.431	1.024.584	22,1	-	-
1953	4.376.529	1.032.849	23,6	11,6	41,7
Fonte: Carlos del Toro: "Alguns aspectos econômicos do movimento operário cubano (1933-1958)", na <i>República Neocolonial</i> , Editora de Ciências Sociais, Havana, 1973, t. 1, p. 224. In: CARRIAZO MORENO, G.; LUIS RODRÍGUEZ, J. , 1987, p. 21.					

Dessa forma, é possível verificar que a sociedade cubana pré-revolucionária era formada por uma grande massa de trabalhadores, sobretudo rurais, que recebiam baixos salários, quando não estavam desempregados, em que mais da metade não tinha cobertura do regime de seguridade social, analfabetos, com acesso inadequado aos serviços de saúde e residiam em moradias precárias, sem as mínimas condições de higiene.

Diante disso, no “*Programa de Moncada*”, Fidel Castro Ruz defendeu um governo revolucionário que realizasse reformas e iniciativas políticas, econômicas e sociais no sentido de eliminar os mecanismos de reprodução de tais precariedades, como a reforma do Estado demitindo os funcionários corruptos e investindo na industrialização do país, a reforma agrária no campo redistribuindo as terras e incentivando o cultivo e a reforma urbana, redistribuindo as habitações existentes, incentivando a construção de novas moradias e reduzindo o preço do aluguel.

2.2 O TRIUNFO DA REVOLUÇÃO E AS PRIMEIRAS MEDIDAS PROMOVIDAS PELO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

O triunfo da revolução, em 1959, inaugurou um período de grandes transformações na realidade socioeconômica apresentada acima, pois permitiu ao governo revolucionário realizar as iniciativas planejadas no “Programa del Moncada”. As primeiras medidas populares foram executadas no mês de março de 1959 e começaram por uma intervenção na Cuban Telephone Company, em que, por meio da Lei nº 122/1959, Fidel Castro revogou o aumento das tarifas telefônicas, voltando aos preços cobrados em 1957 (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2006).

Em seguida, foi promulgada a Lei nº 135/1959, que instituiu uma redução nos preços dos aluguéis de habitação. Segundo essa lei, a diminuição seria de 50% nos aluguéis menores que 100 pesos mensais, de 40% nos aluguéis entre 100 e 200 pesos mensais e de 30% nos maiores de 200 pesos. Um dos objetivos dessa redução era liberar uma parte da renda mensal das famílias para os gastos correntes, no intuito de elevar as condições de vida dos trabalhadores e estimular a poupança, entendendo que dessa forma se alcançaria a capitalização necessária para impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Ainda no mês de março, o governo

reduziu o preço dos medicamentos, iniciou a construção de novas habitações e declarou públicas as praias do país (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2006).

A primeira grande transformação estrutural começou com a instituição da Lei de Reforma Agrária em maio de 1959. A Lei limitou a propriedade individual da terra a 402 hectares (podendo se estender até 1.340 hectares, em exceções) e estabeleceu que somente cidadãos cubanos e sociedades formadas por cubanos poderiam ter a posse de terras no país. Tratou, também, da distribuição de terras para mais de 200 mil famílias camponesas não proprietárias que, dessa forma, consolidaram a pequena propriedade agrícola em Cuba e acabaram com os arrendamentos. Além disso, a lei reconheceu o pagamento de indenizações aos latifundiários expropriados, incorporou à propriedade estatal as terras ociosas e as propriedades que funcionavam sob a forma de trabalho assalariado e criou o Instituto Nacional da Reforma Agrária para aplicar e executar a legislação (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2006).

Do ponto de vista econômico, a reforma agrária tinha dois objetivos principais: estimular a diversificação agrícola para prover a demanda da indústria nacional de matérias-primas para a produção de alimentos e de bens direcionados para a exportação, e melhorar o consumo da população mediante elevação das condições de vida dos trabalhadores rurais. Essa lei atacou as bases estruturais da economia neocolonial cubana - o latifúndio, o monopólio estrangeiro da produção de açúcar e o mercado de trabalho -, tornou o Estado revolucionário o proprietário de 40% das terras e atingiu diretamente os interesses imperialistas americanos (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

A Lei de Reforma Agrária deu origem um período de conflito entre o governo revolucionário e os representantes do império estadunidense. Estes últimos iniciaram uma série de ameaças e retaliações, como o corte no fornecimento de vários produtos de primeira necessidade, pressões econômicas e sabotagens. Em resposta, o governo revolucionário realizava intervenções econômicas buscando garantir o funcionamento da economia e o fornecimento dos bens de primeira necessidade à população. Porém, no dia 6 de agosto de 1960, Fidel Castro promulgou a primeira lei que nacionalizou 36 centrais açucareiras, as companhias elétricas e de telecomunicações e as refinarias de petróleo, em maioria de propriedade do capital externo (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005).

Segundo Carriazo Moreno e Luis Rodríguez (1987), a nacionalização se desenvolveu segundo duas estratégias. Uma foi o confisco dos bens dos funcionários públicos que se enriqueceram

se apropriando do erário público através da corrupção e em negociações ilegais, e a outra estratégia foi as nacionalizações realizadas em resposta à hostilidade da burguesia internacional que comandava o país.

É importante destacar que até esse momento as nacionalizações atendiam aos objetivos estabelecidos no *Programa de Moncada*, que direcionava a atuação do governo revolucionário, isto é, estavam relacionadas ao caráter popular-democrático e libertador-nacional da revolução que buscava romper a estrutura subdesenvolvida da economia cubana, criando condições para o desenvolvimento capitalista da nação e devolver ao Estado o patrimônio roubado por funcionários corruptos. Mas, diante das práticas de boicote empreendidas pelos proprietários e pelo governo americano, Cuba prosseguiu com as nacionalizações tentando garantir o fornecimento de bens e serviços à população.

Cabe destacar que, as nacionalizações realizadas até agosto de 1960 conferiram ao Estado cubano uma importância decisiva na economia, mas ainda não eram suficientes para alterar a natureza do regime social capitalista: “[...] as medidas adotadas até agosto de 1960 não faziam possíveis a continuação em Cuba de formas burguesas de propriedade [...]” (RAFAEL RODRIGUEZ, 1979, p. 129, tradução nossa).

Entretanto, o papel que a burguesia nacional desempenhou após a nacionalização das empresas estrangeiras foi determinante para adoção de novas medidas nacionalizantes, que levaram uma alteração substancial ao caráter desse processo de nacionalização. Diante da abolição do monopólio açucareiro e do latifúndio privado, a burguesia nacional açucareira viu eliminadas suas fontes de enriquecimento: a exploração dos agricultores da cana-de-açúcar e a garantia do mercado americano para seus produtos. Diante disso, adotou uma política de hostilidade, marcada pela sabotagem ao governo revolucionário. A burguesia não açucareira era pequena, frágil e tinha seus interesses vinculados ao setor monoexportador, e apesar das condições favoráveis que se apresentavam, eles optaram por empreender medidas de sabotagem e boicote ao movimento revolucionário, deixando de comercializar bens e serviços básicos necessários à população (RAFAEL RODRIGUEZ, 1979).

Como solução, o Governo instituiu, em outubro de 1960, a Lei nº 890 nacionalizando os bancos e 383 grandes empresas cubanas dentre as quais estavam 105 centrais açucareiras (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987). Segundo Rafael Rodriguez (1979), essa lei tornou propriedade estatal quase toda a indústria nacional com mais de 25

empregados. Foi essa legislação que estabeleceu as bases para a eliminação da propriedade privada sobre os meios de produção e para a construção de novas relações sociais de produção. Ou melhor, foi durante esse período que estavam sendo gestadas as condições que permitiriam à revolução cubana superar sua etapa popular-democrática e libertadora nacional para se tornar uma revolução socialista.

Continuando a análise das primeiras medidas populares adotadas pelo governo revolucionário, tem-se ainda a implementação de um conjunto de medidas direcionadas a elevar o rendimento dos trabalhadores, reduzir as desigualdades na distribuição da renda e expandir a oferta dos serviços sociais básicos. Na área da seguridade social foi criado o Banco de Seguros Sociais de Cuba (BANSESCU), que ao integrar as caixas de aposentadorias sob uma única direção, buscava evitar desvios e fraudes e iniciar um processo de reorganização na seguridade social. Em dezembro de 1959, o governo tornou obrigatório o seguro social para todos os empregados e elevou e fixou o valor mínimo a ser pago nas aposentadorias e pensões, através da Lei nº 677/1959. Essas legislações marcam o início da universalização no acesso a seguridade social, pilar importante do sistema de proteção social cubano (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2006).

Ainda em 1959, o governo revolucionário iniciou uma revolução cultural que abarcou a Campanha Nacional de Alfabetização, a criação do Instituto Cubano da Arte e Indústria Cinematográfica e a criação da Imprensa Nacional de Cuba. O principal objetivo dessas iniciativas era elevar o nível educacional e cultura da população, uma exigência para a superação da condição de país subdesenvolvido (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2006).

Na educação, ainda em 1959, foi instituída a Lei nº 680, que reformulou as bases e normas reguladoras do ensino em Cuba. Essa reforma não apenas reorganizou o sistema básico de ensino como tratou o ensino profissionalizante voltado para a indústria e a agricultura (BELL; LÓPEZ; CARAM, 2006).

2.2.1 O caráter popular-democrático e libertador-nacional da Revolução Cubana

Das condições objetivas e subjetivas estabelecidas por Marx e Engels para a superação do capitalismo e a construção de uma nova organização social, parte-se agora para entender o desenvolvimento desse processo em Cuba. Ao analisar o “*Programa de Moncada*”, fica

evidente que a revolução proposta pelo “Movimento 26 de Julho” – grupo que realizou o assalto ao Quartel de Moncada em 1953, e que dirigiu o movimento revolucionário cubano –, era uma revolução de caráter popular, que buscava acabar com a violenta ditadura de Fulgêncio Bastita, assim como libertar o país da dependência e subordinação política e econômica aos Estados Unidos e realizar reformas que permitissem melhorar as condições de vida da população. Nesse sentido, Sánchez Vásquez (2010, p. 173), confirma que “[...] decerto, não se estava diante de uma revolução socialista por seu conteúdo, nem proletária pelo seu sujeito. Era claro o seu caráter popular-democrático e libertador-nacional [...]”.

Porém, a realização de uma revolução com esse caráter, atacando diretamente interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos e a 90 milhas da maior potência capitalista mundial, implicou em represálias, retaliações e agressões que forneceram à revolução um caráter cada vez mais anti-imperialista e anticapitalista, que estava refletido nas primeiras medidas adotadas pelo governo revolucionário. Diante da intensificação de tais agressões e retaliações, não coube ao governo revolucionário cubano outra opção que a declaração do caráter socialista da revolução, dito de outra forma, a declaração de uma revolução que buscava estabelecer as bases para a construção de uma sociedade oposta à lógica do capital. Assim, a revolução cubana

[...] na medida em que se viu forçada a responder às agressões do império e a afetar os seus interesses econômicos, logo adquiriu um caráter anticapitalista, que se manifestou claramente na abolição da propriedade privada dos meios de produção e na sua estatização. A intensificação das agressões por parte dos Estados Unidos levou o governo cubano, dois anos após o triunfo da revolução, a proclamar, no enterro das vítimas de um bombardeio, seu caráter socialista [...]. (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2010, p. 175-176)

Ao analisar as regularidades e particularidades que marcaram o desenvolvimento da Revolução Cubana, Fung Riverón (1982) considera que a conjugação de um modelo neocolonial e o modo de produção capitalista em Cuba resultou em um complexo sistema de contradições internas, que constituíram as bases da revolução. A primeira contradição identificada é a contradição fundamental do sistema capitalista, baseado em uma produção cada vez mais social frente à apropriação privada que, em Cuba, se expressava na enorme força de trabalho formada, em 1958, por mais de 2 bilhões de habitantes, entre os quais somente 65,2% estavam empregados. Em contraposição estava a classe capitalista, formada pela burguesia nacional açucareira e não açucareira, pela burguesia comerciante importadora e pelos investidores que comandavam os monopólios estrangeiros. Essa contradição entre capital e trabalho se manifestava principalmente na indústria açucareira, controlada em

absoluto por monopólios americanos; para a autora, “em Cuba se cumpria rigorosamente a lei descoberta por Marx da pauperização progressiva do proletariado e o aumento das riquezas em mãos de uns poucos capitalistas” (FUNG RIVERÓN, 1982, p. 38, tradução nossa)

A segunda era a contradição entre os camponeses e os proprietários de terras em um país com grande produção agrícola. A estrutura de propriedade da terra evidenciava uma polarização, em que de um lado estavam os grandes latifundiários e pequenos e médios proprietários e em outro camponeses, semiproletários, arrendatários e parceiros. A opressão exercida pelo primeiro grupo sobre esse último se manifestava na privação das melhores terras, na imposição dos preços de mercado e na utilização dos integrantes como mão de obra barata (FUNG RIVERÓN, 1982).

A terceira contradição se deu entre o imperialismo estrangeiro norte-americano e o povo cubano, esta foi considerada a contradição principal, pois na luta pela independência uma mudança na estrutura econômica e social de Cuba afetaria os interesses dos dominadores estrangeiros, nesse caso interesses americanos. Portanto, a superação das duas primeiras contradições exigiria antes de tudo a superação da contradição entre o imperialismo norte-americano e o povo cubano, que estava refletido tanto na ditadura de Fulgêncio Batista como na relação de dependência e subordinação.

As contradições existentes entre o povo cubano e o imperialismo estrangeiro, entre os camponeses e os proprietários de terra e entre os trabalhadores e os capitalistas, constituíam o centro das contradições que travavam o desenvolvimento econômico, político e cultural de Cuba. Este nó de contradições exigia a solução, em primeiro lugar, da contradição de caráter externo entre o povo cubano e o imperialismo estrangeiro, única via para que pudessem alcançar as reivindicações dos camponeses e os objetivos dos trabalhadores (FUNG RIVERÓN, 1982, p. 38, tradução nossa).

Assim, a autora destaca que a luta contra a ditadura de Batista e pelos interesses expressos no *Programa de Moncada* foram os objetivos imediatos pelos quais lutaram juntos a classe operária, camponeses, estudantes e a pequena burguesia formando uma grande massa popular, e que forneceu à Revolução Cubana o seu caráter popular-democrático e libertador-nacional.

Porém, foi o sistema de contradições e a busca pela superação das mesmas que levou ao aprofundamento da luta e permitiu que mais tarde se transformasse em uma Revolução Socialista. Ao cumprir o estabelecido no *Programa de Moncada*, em torno do qual a massa popular se aglutinou e lutou, interesses estrangeiros foram atingidos, levando o imperialismo norte-americano a iniciar uma série de agressões contra Cuba: diplomáticas, econômicas,

militares e ideológicas. Apesar de ter sido somente diante do ataque militar contrarrevolucionário patrocinado pelo governo americano, em abril de 1961, que se declarou o caráter socialista da revolução, suas bases já estavam sendo gestadas desde as primeiras leis e medidas empreendidas pelo governo revolucionário em cumprimento ao *Programa de Moncada*, em que se afetou a essência do capital interno. Nessa etapa, o Estado assumiu a forma de uma ditadura democrático-revolucionária das massas populares, pois com a destruição do aparato militar do Estado Burguês e sobre as bases do Exército Rebelde ocorre uma mudança das classes no poder, em que a classe trabalhadora oriunda de uma aliança entre operários, camponeses, pequena burguesia e estudantes assumem o poder político (FUNG RIVERÓN, 1982).

A burguesia que já tinha perdido seu aparato coercitivo – poder militar e a direção do Estado Burguês –, quando triunfa a revolução, com a nacionalização das empresas transformadas em propriedade estatal, perdeu também seu poder econômico. Por outro lado, quem assumiu essas posições foi a classe trabalhadora, formada pelos operários, camponeses e demais trabalhadores, instaurando assim a ditadura do proletariado citada por Marx, Engels e Lenin. Dessa forma, estavam constituídas as condições necessárias para o surgimento do socialismo: “[...] o Estado que nacionaliza deixava de ser uma forma de domínio da burguesia para converte-se, por seu conteúdo, em um novo Estado, no qual os operários e os camponeses constituem as forças sociais dominantes e em que a ideologia revolucionária do proletariado é a que prevalece” (RAFAEL RODRIGUEZ, 1979, p. 140, tradução nossa).

2.3 A CONFIGURAÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: O INÍCIO DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA E A CONSOLIDAÇÃO DA DITADURA DO PROLETARIADO

No dia 15 de abril de 1961, o movimento contrarrevolucionário patrocinado pelo governo dos Estados Unidos empreendeu uma ofensiva militar contra Cuba. Aviões americanos camuflados como se pertencessem à Força Aérea Cubana promoveram ataques a diversos aeroportos cubanos, causando prejuízos materiais e a morte de várias pessoas. Esse episódio estava inserido em um conjunto de agressões realizadas desde os primeiros meses da revolução por parte do governo americano, entre as quais é possível citar a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), a suspensão de relações de vários países

com Cuba e a proibição a empresas americanas de estabelecer relações comerciais com a ilha. No dia seguinte, durante o enterro das vítimas do ataque, Fidel Castro declarou pela primeira vez o caráter socialista da Revolução Cubana. No dia 17 de abril de 1961, quando ocorre a invasão na *Playa Girón*, a massa popular que lutou na defesa da revolução o fez em nome de uma revolução socialista: “[...] Em Girón se lutou pela liberdade, pela autodeterminação dos povos, pela democracia e pelo socialismo” (FUNG RIVERÓN, 1982, p. 111, tradução nossa).

Foi esse fato histórico que marcou o início de um período em que se buscou criar as condições para o desenvolvimento de uma nova sociedade socialista, envolvendo não apenas o estabelecimento de novas relações de produção no campo econômico e social, mas também transformações essenciais nas relações ideológicas e culturais e o surgimento de novos atores políticos dirigentes, tudo organizado na forma de ditadura do proletariado.

Iniciando pelo surgimento dos novos atores políticos, foram os seguintes elementos que compuseram o sistema de ditadura do proletariado em Cuba, nessa primeira etapa da transição socialista que compreende o período de meados de 1961 a 1975: o Partido Comunista de Cuba, reconstruído em 26 de março de 1962 sob o nome de *Partido Unido de la Revolución Socialista de Cuba*; o Estado socialista dos operários, camponeses e demais trabalhadores; a organização política dos jovens, chamada União de Jovens Comunistas (UJC), fundada em 4 de abril de 1962; a Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP), criada em 17 de maio de 1961; os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), importantes fóruns de participação popular criados, a partir de 28 de setembro de 1960; a Federação das Mulheres Cubanas, órgão criado em agosto de 1960, que buscou incorporar as mulheres no processo de transformações econômicas e sociais em curso; a Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC) e seus sindicatos, que já existiam anteriormente à revolução e que tiveram importante papel na luta revolucionária, na radicalização do processo e demais organizações sociais.

A articulação desses elementos no centro do aparato estatal consolidou o poder popular não somente como dirigente da revolução, mas gestor do Estado, exercitando inclusive funções estatais. Che Guevarra (1988) mostrou essa atuação do poder popular ao falar da importância que a massa desempenhou na revolução cubana e na construção da nova sociedade.

A massa participou na reforma agrária e no difícil empenho da administração das empresas estatais, passou pela experiência heróica de *Playa Girón*; se incorporou nas lutas contra os distintos grupos armados organizados pela CIA; viveu uma das definições mais importantes dos tempos modernos na Crise de Outubro e segue hoje

trabalhando na construção do socialismo. (CHE GUEVARRA, 1988, p. 4, tradução nossa)

Além disso, o autor destaca a importância da massa como um instrumento de direção e controle das decisões do Estado quando o mesmo adota atitudes equivocadas. Segundo ele, diante dessas situações, a massa reduz o entusiasmo e a entrega até um ponto de paralisação do trabalho, sinalizando que é o momento de realizar correções. No entanto, somente o poder político não é suficiente para o alcance de uma sociedade comunista nos traços indicados por Marx, assim como também o fim da propriedade privada sobre os meios de produção não garante o surgimento dessa nova organização social. Como já foi apresentado, tanto Marx e Engels como Che Guevarra ressaltaram a necessidade de se construir o socialismo partindo das bases da velha sociedade capitalista e paulatinamente substituir as relações capitalistas de produção por novas relações sociais de produção com um caráter cada vez mais humano, substituindo inclusive as categorias e mecanismos de funcionamento da antiga ordem.

Nesse sentido, o ano de 1962 representa um marco no processo de construção de novas relações de produção socialista em Cuba, pois foi iniciada a etapa chamada de planificação. Para esse ano foi elaborado o primeiro plano que buscava organizar a estrutura produtiva do país sob o comando estatal e definir linhas de atuação para o desenvolvimento industrial, com o propósito de elevar o padrão de desenvolvimento do país. Che Guevara (1962, p. 1, tradução nossa), descreveu esse momento de organização como a “[...] preparação de todos os organismos, até em seus últimos parafusos administrativos, para poder realizar, efetivamente, a planificação”.

As nacionalizações e a reforma agrária realizadas ainda nos primeiros anos da revolução alteraram substancialmente a estrutura da propriedade dos meios de produção em Cuba. O Estado tornou-se proprietário de uma grande parte da estrutura produtiva do país; e com a segunda reforma agrária realizada em 1963, que nacionalizou as propriedades rurais privadas maiores de 67 hectares, consolidou a propriedade estatal dos meios de produção como a principal forma de propriedade. Estimativas indicam que nesse ano as empresas estatais eram responsáveis por 70% da produção industrial do país, e que 70% das terras estavam sob o controle do Estado (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987). Assim, o Estado assumiu a produção dos principais setores industriais e agropecuários e se tornou o grande responsável pela direção da economia.

Criado em fevereiro de 1961, o Ministério da Indústria, sob comando de Ernesto Che Guevara, ficou responsável pelas indústrias nacionalizadas e o Instituto Nacional de Reforma Agrária ficou responsável pelas empresas e unidades produtivas agrícolas. Essa subdivisão dos órgãos responsáveis pelas unidades produtivas também representou diferenças na forma de planificação adotada para a gestão da produção. Nas empresas sob a responsabilidade do Ministério da Indústria foi adotado o modelo de planificação pensado por Che Guevara, chamado “Sistema Orçamentário de Financiamento” e nas unidades produtivas ligadas ao Instituto Nacional de Reforma Agrária foi adotado o modelo de planificação chamado “Cálculo Econômico”. Essa diferenciação será objeto de uma análise sintética dos dois modelos de planificação mais à frente.

Mesmo com a planificação centralizada a partir de 1963, o peso da produção mercantil ainda era importante, pois o setor privado era responsável por 30% da produção agrícola e 25% do comércio varejista. Mas com a eliminação da pequena propriedade privada em 1968, tanto a produção mercantil como as relações monetárias foram reduzidas ao mínimo, e o plano se consolidou como o principal mecanismo de alocação dos recursos (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005).

As linhas de atuação definidas no primeiro plano buscavam a superação do subdesenvolvimento e da estrutura econômica deformada herdada do período neocolonial como uma política de industrialização baseada na substituição de importação e na diversificação da produção agropecuária. Essa política buscava fazer frente à forte dependência econômica da indústria açucareira. O financiamento dessa política estava baseado na entrada de capitais via exportações e na ajuda externa, principalmente do bloco socialista mundial (CHE GUEVARA, 1962). Porém, essa estratégia resultou em uma diminuição da formação de capital, da produção de cana-de-açúcar e em uma instabilidade do crescimento econômico nos anos de 1962 e 1963 (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005). O bloqueio econômico dos Estados Unidos, o alto grau de dependência externa, as condições climáticas desfavoráveis e a falta de recursos humanos foram alguns dos obstáculos que impediram resultados mais favoráveis e levou a uma revisão da proposta de desenvolvimento econômico no ano de 1964 (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

A estratégia de política econômica adotada a partir de 1964 estabeleceu como objetivo criar as condições necessárias para a transformação da estrutura econômica deformada e

subdesenvolvida do país. Para isso os investimentos seriam direcionados para a construção da infraestrutura indispensável à industrialização futura e a produção açucareira passou a ocupar a posição de indutor do desenvolvimento econômico do país, sendo o principal responsável pela entrada de divisas no país para realização dos investimentos necessários. Dentro dessa reformulação, também foi definida a meta de produzir 10 milhões de toneladas de açúcar em 1970. Segundo Carriazo Moreno e Luis Rodríguez (1987, p. 46, tradução nossa), dentro dessa nova proposta a estrutura de produção e exportação da cana-de-açúcar seria utilizada para criar as condições necessárias para o desenvolvimento da industrialização no país. Ou seja,

[...] se concebia a utilização da estrutura produtora e exportadora de cana-de-açúcar em função de criar a base técnico-material do socialismo, mediante o reequipamento técnico da produção agropecuária, com o objetivo de criar as premissas para alcançar posteriormente a industrialização acelerada do país.

Os resultados obtidos foram favoráveis, contudo nem todos os objetivos alcançados. A produção açucareira aumentou, foram incorporados fertilizantes na produção, aumento da mecanização na produção da cana e desenvolvimento de alguns setores industriais importantes para o país (PEREZ VILLANUEVA, 2010).

Acoplada a essa estratégia de política econômica foi realizada uma reestruturação na política salarial, buscando implantar um sistema de remunerações combatível com a construção de uma sociedade socialista. Nesse sentido, a interpretação de Che Guevara do período de transição socialista como um momento de construção das bases materiais e da consciência socialista influenciou diretamente essa reestruturação salarial. Na verdade, o sistema salarial foi pensado a partir de um sistema de incentivos que buscava combinar estímulos materiais e estímulos morais como mecanismos de desenvolvimento de uma consciência comunista. Assim, em 1962 técnicos do Ministério da Indústria e do Ministério do Trabalho deram início à elaboração de um sistema de organização e normatização do trabalho, que entre outras tarefas incluía: padronizar nomenclatura das ocupações e requisitos de qualificação, criar grupos ocupacionais de acordo com a complexidade e condições de trabalho e estabelecer faixas salariais, formas de pagamento e normas de trabalho (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Os salários foram organizados em 8 faixas salariais, que se diferenciavam pelo montante pago e pela qualificação exigida para cada faixa estabelecida. Além disso, foi estruturado um sistema para classificar cada trabalhador de acordo com as faixas salariais. Outras variantes importantes consideradas no cálculo dos salários eram as condições de trabalho, que geravam

um incremento ao montante recebido dentro das faixas, sendo que esse incremento não poderia ultrapassar o salário recebido pelo grupo da faixa salarial imediatamente superior. Esse sistema começou a ser implantado em 1963, em um conjunto de 36 estabelecimentos agrícolas e em 247 unidades da indústria e do comércio. A implantação desse sistema somente foi concluída em maio de 1965, quando os trabalhadores das áreas administrativas foram incluídos. Depois de 1965, esse sistema passou por uma série de alterações (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

De maneira geral, é importante ressaltar dois pontos centrais nessa reorganização do trabalho em Cuba. Primeiro a busca por transformar o homem e sua relação com o mundo do trabalho. Em um discurso, Che Guevara (2009, p. 103, tradução nossa) posiciona-se a respeito do assunto afirmando que:

Quando nós estabelecemos nossas normas de trabalho para definir os salários, a norma de trabalho mínima a que deve cumprir cada trabalhador, dia a dia, estamos estabelecendo seu dever social. Não é o que ele tem que fazer para receber um salário, mas é o que ele tem que cumprir como dever social ante a coletividade que lhe oferece mediante um salário, mediante os serviços sociais, que a cada dia serão mais abundantes, a oportunidade de viver, de vestir-se, de educar seus filhos, de adquirir cultura e de realizar-se cada vez mais como indivíduo humano [...].

É esta posição, de dever social para com a coletividade, que o trabalho precisava assumir para os trabalhadores, nessa etapa da transição socialista. Em troca pelo trabalho, a sociedade ofereceria aos trabalhadores os meios necessários para a satisfação de suas necessidades, mas ofereceria também a oportunidade de o homem se desenvolver cada vez mais como ser humano. A segunda observação é a importância da qualificação, que estava relacionada tanto à elevação do nível cultural dos trabalhadores como ao aumento da produtividade do trabalho e da produção.

2.3.1 O Sistema Orçamentário de Financiamento e o grande debate na economia cubana

O Sistema Orçamentário de Financiamento surgiu da necessidade de administrar as indústrias nacionalizadas durante os primeiros anos da revolução, buscando superar alguns problemas sociais como o desemprego e substituir as relações de produção capitalistas por novas relações sociais de produção. Para Che Guevara (2004), o desenvolvimento desse sistema poderia fundamentalmente: elevar a eficácia da gestão econômica do estado socialista,

construir e aprofundar a consciência socialista da massa popular e aumentar a coesão do sistema socialista mundial.

Nesse sentido, o sistema em estudo partiu de um conjunto de ideias e medidas práticas implantadas pelo Ministério da Indústria nas unidades produtivas que ficaram sob sua responsabilidade. Assim, segundo Tablada Pérez (1987, p. 68, tradução nossa) “o sistema orçamentário de financiamento foi o modo em que se organizou e funcionou a economia estatal cubana no setor industrial em uma fase bem inicial da Revolução socialista”. Quer dizer, esse sistema foi um modelo de direção centralizada da economia cubana, estruturado por Che Guevara como um instrumento da planificação na transição socialista de Cuba.

Nesse sistema de direção centralizada, a empresa, também chamada de empresa consolidada, era vista como um conglomerado de unidades produtivas industriais agrupadas por afinidades tecnológicas, geográficas e destino dos produtos. As empresas controladas a partir de órgãos centrais aos quais estavam vinculadas as suas respectivas direções administrativas e submetidas ao plano. Todo o faturamento da empresa era contabilizado dentro do orçamento nacional do Estado, e deste a empresa recebia fundos que usava para pagar os salários, realizar investimentos e pagar outros gastos conforme aprovado no plano. As empresas não possuíam fundos próprios e o dinheiro funcionava apenas como unidade de conta. O desempenho era avaliado a partir do cumprimento do plano em relação à quantidade e à qualidade da produção e da produtividade do trabalho. Também é importante ressaltar a utilização conjugada de estímulos materiais vinculados ao desempenho individual e coletivo dos trabalhadores com estímulos morais, estando os salários limitados às faixas correspondentes à qualificação exigida para cada ocupação. As normas de trabalho estavam diretamente relacionadas à construção da consciência socialista necessária ao estabelecimento da fase superior do comunismo, em que trabalho deveria perder seu caráter exclusivo de meio de sobrevivência física (CHE GUEVARA, 2004).

Aqui se destaca ainda a relação entre as empresas, onde as transações não se constituíam em compra e venda de mercadorias, mas em transferências de produtos de uma unidade para outra. Essas transações eram marcadas pela ausência de relações mercantis e o dinheiro funcionava apenas como unidade de conta. Segundo Carcanholo e Nakatani (2006, p. 14)

As transações entre elas (empresas) eram simples transferências entre as unidades, não eram mercadorias compradas e vendidas, pois não ocorria transferência de propriedade. Nessas transações o dinheiro era considerado apenas como unidade de

conta e os preços fixados segundo determinados critérios baseados nos custos de produção.

O preço dos produtos não era definido segundo as leis do mercado, mas obedeciam a critérios estabelecidos pelo ministério, que levava em consideração também a importância dos artigos produzidos para a satisfação das necessidades básicas da população.

Esse sistema funcionou em Cuba nas empresas comandadas pelo Ministério da Indústria, porém, ao mesmo tempo também funcionou na ilha o sistema chamado de Cálculo Econômico, ou autogestão financeira. Esse era o modelo de planificação utilizado na União Soviética e nos demais países do sistema socialista mundial, que foi implantado em Cuba para as unidades de produções agrícolas ligadas à Junta Central de Planificação (JUCEPLAN). Segundo análise de Che Guevara (2004), as principais diferenças entre os dois sistemas estavam na forma como as empresas eram organizadas, na utilização do dinheiro, nos critérios de avaliação de desempenho e na forma de organização do trabalho. Para o sistema Cálculo Econômico, cada unidade produtiva era uma empresa com personalidade jurídica própria e o dinheiro funcionava como meio de pagamento para compra de matérias-primas, pagamentos de salários, investimentos e demais despesas necessárias ao funcionamento da empresa, isto é, as empresas possuíam fundos próprios e poderiam recorrer aos bancos para a contratação de empréstimos, inclusive com o pagamento de juros. O desempenho das empresas era avaliado pela lucratividade alcançada e o pagamento de salários aos operários por hora ou produtividade. As empresas deveriam cumprir as metas estabelecidas nos planos, mas o relacionamento entre elas se dava no mercado através de compra e venda de produtos e serviços, e o preço dado pela oferta e demanda, ou melhor, conforme as leis do modo de produção capitalista. As empresas estavam submetidas ao controle financeiro de órgãos centrais.

O funcionamento desses dois sistemas em Cuba gerou debates intensos entre os intelectuais e políticos comunistas. E, ainda hoje, as questões não foram superadas entre os defensores dos diferentes sistemas. Ao resgatar esse debate Carcanholo e Nakatani (2006) falam das questões teóricas e práticas envolvidas nas discussões em relação aos dois modelos, ressaltando, porém, que a questão central do debate passa principalmente pelo entendimento que autores defensores dos dois modelos tinham em relação ao desenvolvimento das forças produtivas dentro de um processo de transição do modo de produção e sob a constituição de novas relações sociais.

Como questões de ordem teórica o debate girava em torno principalmente: do papel da lei do valor dentro do sistema de planificação, em que os defensores do Cálculo Econômico consideravam a lei do valor como necessária para regular a produção, e; a distribuição com base em critérios econômicos, entendendo que, dessa forma, seria possível garantir uma alocação ótima dos fatores de produção e impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas. Por outro lado, ao defender o Sistema Orçamentário de Financiamento, Che Guevara aceitava que por um período a lei do valor continuaria atuando nas economias de transição socialista, mas estaria restrita ao setor da economia operado pela propriedade privada, em geral pequenos negócios e nas relações com o exterior. Com o desenvolvimento das novas relações de produção e da consciência socialista, a lei do valor deixaria de atuar em economias de transição como a cubana.

[...] o Che não desconhece a permanência da forma valor nas sociedades de transição, mas não concorda com sua vigência quando as transferências de produto são realizadas dentro da 'grande empresa estatal', uma vez que não ocorreria transferência de propriedade intermediada pela troca, pelo valor, pelo dinheiro. Além disso, o aprofundamento do caráter socialista da revolução implicaria no aprofundamento do grau de coletivização da propriedade e, portanto, na diminuição da abrangência das categorias mercantis-capitalistas (valor, mercadoria, dinheiro, etc.). (CARCANHOLO, M.; NAKATANI, P., 2006, p. 18).

Nas questões de ordem prática, o debate passa pela diferença no conceito de empresas entre os defensores dos dois sistemas, a divergência na formação dos preços em que no sistema Cálculo Econômico os preços eram estabelecidos pelas condições de oferta e demanda e no sistema defendido por Che Guevara era baseado nos custos de produção. Carcanholo e Nakatani (2006) acrescentam ainda o debate sobre o papel dos bancos nos dois sistemas. Dentro do Sistema Orçamentário Financeiro, o banco era simplesmente uma caixa contábil que registrava a movimentação de recursos, cumprindo o estabelecido no orçamento nacional, enquanto que no outro sistema, o banco mantém suas funções capitalistas de comercializar dinheiro a juros.

A questão dos estímulos materiais também é apresentada pelos autores como parte das divergências entre os sistemas, pois os defensores do Cálculo Econômico apresentavam a recompensa econômica monetária como a melhor forma de estimular os trabalhadores e aumentar a produtividade, e por outro lado, Che Guevara reconhecia a importância dos estímulos materiais, mas não os considerava fundamentais, defendia que os estímulos materiais deveriam ser combinados a estímulos morais criando uma consciência socialista, em que os primeiros iriam diminuindo conforme a transformação da sociedade e a construção de

um novo homem. Em relação ao crescimento da produtividade, para Che Guevara ela deveria ocorrer com a inserção de inovações tecnológicas no processo produtivo e com a elevação da qualificação dos trabalhadores.

A convivência desses dois modelos em Cuba perdurou até o início da década de 70, quando, diante de uma reflexão sobre a situação econômica do país, o governo decidiu adotar o Cálculo Econômico como modelo de planificação econômica. Segundo Pérez Villanueva (2010) essa escolha foi determinada pelo crescente intercâmbio comercial de Cuba com os demais países socialistas, condição que também levou o país a se tornar membro do CAME - Conselho de Ajuda Econômica Mútua - em 1972. Do ponto de vista da estratégia econômica adotada, a produção de açúcar continuou sendo a principal fonte de financiamento externo, com destaque para os preços vantajosos do açúcar alcançados no intercâmbio com os países do CAME. Assim, a produção e exportação do açúcar assumiu a posição de “locomotora” da economia cubana, não apenas pela renda gerada, mas pelo papel consolidado de indutora do desenvolvimento (PÉREZ VILLANUEVA, 2010).

2.3.2 Aspectos sociais da planificação em Cuba, no período de 1961 a 1975

Como parte integrante da constituição de novas relações sociais de produção, o Estado revolucionário prosseguiu estruturando um conjunto de políticas no plano social que possibilitaram avanços importantes, não somente na redução da pobreza e das desigualdades, que resultou na melhoria das condições de vida do povo cubano, mas principalmente na formação de uma consciência socialista e na construção de um novo homem.

Os fundos sociais de consumo constituídos em Cuba durante essa etapa da planificação desempenharam um papel de distribuição de recursos sob a forma de renda, bens e serviços à população, direcionados para a satisfação das necessidades sociais básicas, independente de intercâmbio monetário ou de alguma qualidade ou quantidade de trabalho. Sob a forma de recursos financeiros administrados no orçamento estatal, esses fundos sociais de consumo se efetivavam através de políticas executadas pelo Estado (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Um exemplo disso foi a introdução da distribuição de alimentos e outros bens por meio da cartilha de racionamento chamada “a libreta”, em 1962. Essa medida praticamente eliminou a

atividade comercial privada e individual de bens de consumo e garantiu a todos uma distribuição equitativa de alimentos e outros bens de primeira necessidade. Com isso, o governo procurou enfrentar, principalmente dois problemas: primeiro, a necessidade de otimizar a alocação dos recursos existentes para criar as condições necessárias para a industrialização; e segundo, o crescimento da renda da população que, em virtude das primeiras medidas adotadas, gerou um acréscimo na demanda que o país não teria como atender (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Em relação aos serviços sociais básicos, em junho de 1961, a rede de ensino foi nacionalizada e tornou-se responsabilidade do Estado garantir ensino gratuito e universal a toda população de maneira a criar as condições necessárias para o desenvolvimento do país, dito de outra forma, além de reconhecer o direito de todos à educação, essa lei inseriu o sistema educacional cubano como parte do processo de construção de uma nova sociedade e de um novo homem. Ao analisar as características fundamentais do sistema nacional de educação estruturado a partir de 1961, é possível destacar: tem como base a educação básica que engloba da pré-escola ao pré-universitário, envolvendo um grande grupo populacional formado por crianças, adolescentes e jovens; é composto ainda por subsistemas específicos voltados para os adultos e pessoas com necessidades especiais, oferecendo educação técnica e profissional, educação superior e formação de docentes. Em todo o sistema educacional se aplicou o princípio da combinação do estudo com o trabalho como forma de desenvolver a condição humana de trabalhador nos indivíduos e a disciplina laboral (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Na saúde, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo depois de declarado o caráter socialista da revolução foi a instituição da Lei 959/1961, que criou o Ministério da Saúde Pública e definiu novas funções e objetivos para os diversos órgãos estatais relacionados à área da saúde. Foi a partir desse momento que os serviços médicos começaram a se tornar gratuitos em Cuba. Inicialmente a gratuidade ficou restrita às unidades da área rural, mas em 1963 quase todas as unidades já ofereciam assistência médica e medicamentos gratuitamente. Somente em 1969 desaparece o setor privado de serviços de saúde.

Um grande obstáculo no desenvolvimento da política de saúde nos primeiros anos da revolução foi a falta de recursos humanos, pois o êxodo de profissionais ligados à saúde foi muito grande, exigindo um esforço concentrado na formação desses profissionais. De maneira geral, as atividades da saúde atendiam aos seguintes princípios básicos: estatal, integralidade,

planejamento e participação popular. Esses princípios articulados garantiam os serviços de saúde, proteção e recuperação, ofertados pelo Estado a todos os cidadãos, sem qualquer discriminação, e em qualquer localização geográfica do país (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

A Lei nº 1.100 aprovada em 1963 instituiu o Sistema de Seguridade Social que, sob o regime de contribuição, passou a garantir a todos os trabalhadores proteção em caso de maternidade, acidente, enfermidade comum e profissional, invalidez, velhice e morte. O direito à aposentadoria foi garantido a todos os trabalhadores, sendo 60 anos a idade mínima para os homens e 55 para as mulheres (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987). Assim, essa legislação “garantiu amparo a todos os trabalhadores e seus familiares em situação de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, doença ocupacional, velhice e morte. A proteção integral à família considerou fundamentais: educação, saúde, alimentação e habitação” (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005, p. 51, tradução nossa).

Ao reconhecer a moradia como parte da proteção integral das famílias, o Estado cubano buscou materializar o direito à habitação reduzindo os gastos mensais familiares com moradia. Para isso, promoveu uma amortização nas dívidas com moradia das famílias cubanas que já possuíam uma habitação, entregou novas moradias às famílias mediante pagamentos mensais não superiores a 10% da renda familiar e proibiu o aluguel de imóveis. Segundo dados apresentados por Carriazo Moreno e Luíz Rodríguez (1987), de 1959 a 1963, foram construídas em Cuba mais de 85 mil novas moradias. Porém, nos anos seguintes da década de 60 o incremento de novas moradias foi pequeno (crescimento de 2,5% no total de moradias), em virtude dos esforços demandados na construção agrícola e industrial, em obras sociais e pelas limitações impostas pelo bloqueio econômico.

A partir da década de 70 é possível verificar um substancial incremento na construção de novas unidades habitacionais, em especial no período de 1972 a 1975, quando foram construídas aproximadamente 75 mil moradias. Além de reduzir o déficit de moradias, a política desenvolvida pelo Estado cubano buscou erradicar áreas urbanas insalubres e solucionar problemas relativos à saúde, trabalho e educação.

O rompimento do processo de reprodução de uma estrutura econômica e social deformada e subdesenvolvida e a consolidação de novas relações sociais de produção para o estabelecimento de uma sociedade comunista em Cuba passou por uma estratégia de

desenvolvimento que tinha como eixo central um plano econômico e social baseado: 1) em um conceito de desenvolvimento que ultrapassa o âmbito material e que une aspectos econômicos, sociais, culturais e ideológicos; 2) na centralização no âmbito da ação estatal; 3) no planejamento e execução com ampla participação popular; 4) e na orientação para o desenvolvimento da consciência comunista e de relações sociais humanas.

2.4 DE 1975 A 1989: MUDANÇAS NO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL, AVANÇOS E RETROCESSOS.

O ano de 1975 destaca-se como um marco de delimitação temporal importante na história revolucionária cubana, porque em dezembro ocorreu o Primeiro Congresso do Partido Comunista Cubano, momento em que foram consolidadas várias medidas adotadas no primeiro quinquênio da década de 70 e votadas novas deliberações que mudaram substancialmente a ordem institucional do país. Durante a realização do congresso foram aprovados os projetos para a nova Constituição da República e da nova Divisão Político-administrativa do país, implantados a partir de 1976.

Também ficaram estabelecidos os fundamentos gerais e as diretrizes de implantação do Sistema de Direção e Planificação da Economia (SDPE), sendo que as bases para essa institucionalização começou a ser construída ainda em 1972, com um novo sistema de registro econômico e com o processo de elaboração de novas normas para o trabalho, passando pela reintrodução do princípio da distribuição de acordo com o trabalho em 1973 e pela reestruturação da Junta Central de Planificação (JUCEPLAN) e demais ministérios, em 1974 (PÉREZ VILLANUEVA, 2010).

O Sistema de Direção e Planificação da Economia (SDPE) consistia em um conjunto de “princípios, subsistemas, métodos e procedimentos a partir e através dos quais se realiza a organização, planificação, gestão e controle das atividades econômicas” (CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1976, p. 189). Isso significa que, as decisões econômicas ficaram submetidas a um sistema centralizado cuja função principal era alcançar os “objetivos cardinais” de toda sociedade de transição socialista: satisfação das necessidades materiais e espirituais do ser humano mediante o desenvolvimento das forças produtivas e a construção de um novo homem baseado nos princípios comunistas. De maneira geral, a

implantação do SDPE significou a institucionalização do sistema Cálculo Econômico como o modelo de planificação da economia cubana e o estabelecimento de um conjunto de diretrizes gerais que iriam conduzir as atividades econômicas do país.

Ainda nesse processo de institucionalização, durante o Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, ficou estabelecida a implantação dos órgãos do Poder Popular em todo o país, seguindo as diretrizes definidas e expressas em uma das resoluções do congresso. Partindo da exitosa experiência do funcionamento desses órgãos na província de Matanzas durante os anos 1974 e 1975, o partido e o governo decidem expandir a experiência para o restante do país, instituindo tais instâncias como o principal fórum de participação popular das massas nas decisões do Estado Operário Cubano (CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1975).

Ao analisar o Estado na sua forma histórica de ditadura do proletariado dentro da transição socialista cubana, Fung Riveron (1982) localizou os órgãos do Poder Popular como o centro do aparato público e dos mecanismos de funcionamento estatal através dos quais os trabalhadores se incorporam na gestão do Estado, participando de forma real e efetiva nas tarefas estatais. A autora descreve os órgãos do Poder Popular como “[...] as instâncias representativas do Estado Socialista República de Cuba, estruturados em Assembleia Nacional, com seu Conselho de Estado, Assembleias Provinciais e Municipais, com seus respectivos Executivos [...]” (FUNG RIVERON, 1982, p. 167, tradução nossa), todos eleitos desde as bases e fundamentados em três princípios: centralismo democrático, prestação de contas periódica às massas e revogação de mandato a qualquer momento.

Dessa forma, o período seguinte ao Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba destacou-se pela implantação das resoluções aprovadas no congresso, consolidando uma nova ordem institucional do país. Porém, o Congresso também estabeleceu as diretrizes para o desenvolvimento econômico e social do quinquênio que compreende os anos de 1976 a 1980, em que foram estabelecidas as principais tarefas e metas para o período: realizar um programa de investimentos industriais, tendo em vista o desenvolvimento dos setores exportadores; tornar possível a substituição de importações; promover o crescimento da produção agropecuária e dos bens de consumo; consolidar e ampliar a infraestrutura econômica do país, e desenvolver e ampliar a produção de alimentos de maneira a garantir uma base alimentícia nacional. Além disso, ficou estabelecido um crescimento médio anual de 6% para o quinquênio (CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1976).

Tomando como ponto de partida as resoluções na área econômica do Primeiro Congresso do Partido Comunista e seus desdobramentos nos anos seguintes, percebe-se que a prioridade dos investimentos ficou ainda concentrada nos setores voltados à exportação, sendo que nesse período houve um reforço nos investimentos em novos setores, buscando criar novas capacidades industriais. A relação com os países membros do CAME ampliou o acesso aos recursos externos e permitiu ao país um contexto econômico mais favorável (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005).

As maiores mudanças econômicas ficaram por conta da implantação do SDPE e, conseqüentemente, pela adoção do sistema de planificação Cálculo Econômico. Com isso, as empresas passaram a funcionar com base na autogestão econômica, a planificação centralizada tornou-se um mecanismo de direção da economia, foram criados mercados livres para produtos agropecuários e artesanais, as relações monetárias mercantis se tornaram o mecanismo de regulação do mercado, na área do trabalho se consolidou o pagamento de salários conforme o resultado do trabalho, os estímulos materiais foram ampliados, houve redução do trabalho voluntário e ampliação do autoemprego (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005).

Conjugados aos investimentos produtivos, os gastos com a ampliação dos serviços de educação permitiram consolidar no país um sistema de educação que combinou o estudo com o trabalho. Mais que a formação humana e de ampliação das capacidades intelectuais, a educação em Cuba tinha como objetivo o desenvolvimento da disciplina laboral com a valorização do trabalho produtor de bens materiais e do homem que realiza esse trabalho, sendo essa uma condição fundamental para o alcance de uma sociedade comunista.

Na área da saúde além da ampliação da rede instalada para a prestação dos serviços, foram concentrados esforços na formação de recursos humanos para o atendimento da população com a construção de instalações docentes para formação de profissionais do sistema de saúde pública. Dessa forma, além de garantir o atendimento universal de saúde à população, aumentou-se a quantidade de especialistas, elevando a qualidade do serviço prestado.

Em 1979 foi aprovada a Lei 24, que alterou a Seguridade Social ampliando as garantias oferecidas à população, concedendo maiores benefícios aos trabalhadores. De maneira geral, essa lei elevou os limites máximos para pensões por invalidez em relação aos salários; estabeleceu um tratamento diferenciado aos trabalhadores no momento da aposentadoria,

levando em consideração os anos trabalhados; e ampliou o conceito de salário para o cálculo da aposentadoria, incluindo benefícios recebidos pelos trabalhadores. Também foi nessa lei que se estruturou a política de assistência social, estabelecendo os grupos que seriam protegidos pelos serviços assistenciais.

Assim, ao prosseguir em sua transição socialista, Cuba alcançou a década de 80 registrando melhorias significativas nos indicadores sociais e econômicos, com aumento significativo no volume de investimentos, em especial no setor industrial que durante o quinquênio foi de 35% do total investido (CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1980). Mas apesar disso, Pérez Villanueva (2010) ressalta que alguns objetivos e metas estabelecidas não foram alcançados, como a meta de crescimento econômico médio anual de 6%. Segundo o autor alguns fatores internos e externos foram determinantes para isso: queda nos preços das exportações para países capitalistas, secas e pragas que atingiram as lavouras e problemas institucionais relacionados à complexidade das mudanças envolvidas na implantação do SDPE.

Em dezembro de 1980 foi realizado o Segundo Congresso do Partido Comunista, momento em que foram avaliados os resultados alcançados no quinquênio anterior e estabelecidos novos objetivos e metas para o período de 1980 a 1985, entre os quais se destaca o objetivo de aumentar à satisfação das necessidades da população, superar os gargalos econômicos internos, a meta de crescimento médio anual de 5% e a prioridade na conclusão dos investimentos iniciados no período anterior. Para Pérez Villanueva (2010, p.11, tradução nossa), o principal objetivo planejado para a década de 80 foi a “culminação da construção da base técnico-material do socialismo mediante a industrialização e um grupo de fatores associados a esta”, como: a busca por uma racionalidade e elevação da eficiência na área econômica, maior especialização, cooperação e integração interna e externa e satisfação crescente das necessidades materiais e espirituais da população.

Os resultados evidenciam que, do ponto de vista dos indicadores, a primeira metade da década de 80 registrou os melhores resultados do período revolucionário decorrido até então, em que o país cresceu a taxas médias anuais de 7,3%, sendo que a produção industrial registrou um crescimento médio anual de 8,8%. A produtividade do trabalho também se elevou a uma taxa média de 5,2% anualmente, e houve uma ampliação no consumo das famílias com elevação no grau de satisfação das necessidades materiais da população (CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1986). Os resultados alcançados estão diretamente relacionados à

alta no preço do açúcar e ao incondicional financiamento externo, garantido ao país pela União Soviética (PÉREZ VILLANUEVA, 2010).

Durante o Terceiro Congresso do Partido Comunista, realizado em fevereiro de 1986, além de uma avaliação do desempenho econômico e social alcançado a partir da estratégia implementada na primeira metade da década de 80, também foram identificados problemas e questões na área econômica que poderiam conduzir o país a uma situação muito adversa, de sérias dificuldades. Além das condições externas adversas com uma grave crise nos países capitalistas, Cuba ainda buscava se recuperar das anormalidades climáticas de secas prolongadas e das tormentas tropicais que atingiram o país. Porém, o “Informe Central”, realizado durante o congresso e publicado junto com as teses e resoluções em uma avaliação crítica interna, identifica um conjunto de falhas e deficiências que naquele momento foram classificadas como travas que impediam o país de avançar com maior rapidez e agilidade rumo ao comunismo (CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1986).

A primeira questão que aparece está relacionada ao crescimento insuficiente da produção voltada para a exportação e ao setor de substituição de importações, setores estratégicos para a economia cubana. Vinculado a isso, o documento afirma que o crescimento da produção em muitos setores apresentava um desempenho não correspondente ao volume de recursos investidos, apontando para uma ineficiência na aplicação dos recursos materiais e humanos alocados na produção. Também destacou o não aproveitamento das capacidades industriais disponíveis, em virtude da falta de qualificação, deficiência nas técnicas de organização e gestão da produção. O documento fala ainda dos descumprimentos de contratos tanto de exportações como de fornecimento para o mercado interno, ocasionados pela falta de insumos, pela falta de reparos e manutenção das máquinas e ferramentas e, em outras ocasiões pela ausência de cultivo de áreas agrícolas (CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1986).

Um dos problemas centrais identificados foi a falta de integralidade e direção centralizada da planificação, em especial nas decisões relacionadas aos investimentos, que levaram à instalação de indústrias em áreas despovoadas e sem infraestrutura necessária para o funcionamento das atividades, assim como o desenvolvimento desigual do território com os investimentos concentrados em determinadas regiões, em detrimento de outras (CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1986).

Em relação ao atendimento das necessidades da população, foram apontados problemas relacionados à distribuição, como a descontinuidade no fornecimento de alguns bens de consumo, inclusive alimentícios, e baixa qualidade dos serviços de abastecimento de água e telefonia prestados à população. Em relação aos serviços públicos de saúde, educação, esporte e cultura, as críticas também estiveram relacionadas à baixa qualidade no atendimento à população e ineficiência dos investimentos, apontado que nessas áreas os avanços deveriam ter sido maiores do que os alcançados. Destaque também para a burocracia e excesso de tramites na solução de simples problemas legais (CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1986).

Diante desse conjunto de deficiências e falhas e das condições adversas de crise internacional nos países capitalistas, a partir de 1986, em especial no aniversário de 25 anos da invasão da Playa Girón, se inicia um processo chamado de *Retificação de erros e tendências negativas* da transição socialista cubana, tanto na área econômica como nas instituições políticas e ideológicas. Entendido como um movimento necessário ao aprofundamento da transição socialista, esse processo de correção e reestruturação se baseou no combate aos seguintes erros e questões negativas: multiplicação de práticas burocráticas na planificação, inclusive de uma cultura burocrática no aparato estatal; corrupção de diversas formas, fraudes em relatórios e informações; generalização e utilização desmedida dos estímulos materiais; ampliação dos instrumentos monetários e mercantis como reguladores das relações de produção; mentalidade importadora; desperdícios e ineficiência na alocação dos recursos materiais e humanos.

Ao analisar profundamente esse processo de retificação de erros e tendências, Martinez Heredia (1989) afirma que as causas dos problemas identificados estão relacionados a dois “inimigos” fundamentais da transição socialista: a persistência das relações mercantis em âmbito nacional e internacional e o insuficiente desenvolvimento das capacidades produtivas de um país que viveu sob a exploração colonial e neocolonial, marcado pelo subdesenvolvimento das forças produtivas. Prosseguindo, Heredia mostra que a superação dessas condições passa pela necessidade de uma ação consciente da massa revolucionária no sentido de violentar as bases, instrumentos e mecanismos do modo de produção anterior, e que o novo modo de produção domine a sociedade por completo.

Para isso, o autor ressalta que, além de uma análise interna crítica diagnosticando os problemas, conflitos e tensões, a forma de enfrentar e combater as falhas e deficiências

deveria passar pelo envolvimento da massa popular revolucionária organizada e consciente, e por um apelo aos valores socialistas construídos ao longo do período revolucionário. Ou seja, o êxito desse processo estava relacionado à utilização de métodos revolucionários, socialistas, para resolver as questões que emergem do processo de transição.

As medidas e disposições adotadas nesse processo foram a introdução de mecanismos de direção econômica mais centralizados, em especial na elaboração do plano; o estabelecimento de limites para as relações monetárias e mercantis, como a eliminação dos mercados agropecuários e artesanais; redução dos estímulos materiais e ampliação dos de caráter moral; valorização do trabalho voluntário, em especial das microbrigadas para construção de moradias; aumento dos gastos nas áreas sociais; racionalização das planilhas das empresas com aumento da produção mantendo com a mesma alocação de recursos materiais e humanos; fomento às atividades econômicas relacionadas ao turismo e à biotecnologia (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005).

Mesmo diante da implementação desse conjunto de medidas, os resultados do quinquênio 1985 a 1990 não foram favoráveis ao país. A economia não cresceu, a produtividade do trabalho decresceu, o fornecimento de produtos por parte dos países socialistas foi reduzido, as importações caíram e a impossibilidade de renegociação da dívida externa levou à suspensão do pagamento da mesma e, portanto, do crédito externo ao país. Apesar disso, foram mantidos os investimentos dos setores sociais, em especial na ampliação da infraestrutura social da área de saúde e educação (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005). Além dos desfavoráveis resultados, principalmente na economia, Cuba inicia a década de noventa sob forte impacto do colapso do bloco socialista, como o fim da União Soviética e a consequente desintegração do CAME, fatos que delimitam um novo momento da transição socialista cubana.

3 REFLEXOS DO AJUSTE ECONÔMICO E SOCIAL DA DÉCADA DE NOVENTA E A ESTRATEGIA DE DESENVOLVIMENTO DOS ANOS 2000

A revolução socialista cubana iniciou a década de 90 inserida em um contexto interno e externo muito diverso do vivenciado ao longo da década de 80 e sob impacto de uma grave crise econômica. Esses fatos levaram o país a realizar uma série de ajustes econômicos e sociais que refletiram diretamente na construção do socialismo em Cuba. Durante o discurso de abertura do IV Congresso do Partido Comunista Cubano, em outubro de 1991, Fidel Ruz Castro (1991) já ressaltava o cenário de incertezas que havia se estabelecido no país e a necessidade urgente de traçar estratégias para enfrentar as dificuldades que poderiam surgir no futuro. Isso porque, no cenário nacional, o país passava por um processo de retificação de erros e tendências negativas em seu modelo de transição socialista que apresentava evidências de esgotamento da estratégia de desenvolvimento econômico até então adotada e havia registrado um incipiente crescimento econômico durante os últimos anos da década de 80.

Por outro lado, no cenário internacional, o fim do bloco socialista soviético, e conseqüentemente do CAME, não somente implicou a perda do principal parceiro comercial de Cuba (80% do comércio exterior cubano era com os países do CAME), mas significou também a perda de seus aliados políticos, do apoio defensivo (proteção e suprimentos para uma política de proteção militar) e de suas referências econômicas (VALDEZ PAZ, 2005). Além disso, consolidou no mundo uma nova correlação de forças em que os Estados Unidos se estabeleceram como liderança mundial exclusiva nos âmbitos econômicos, políticos e militar, e o capitalismo, combinado à democracia liberal e à supremacia do mercado, assumiu a posição de única forma possível de organização social (XALMA, 2007).

Na América Latina, a hegemonia dessa forma de entender a vida econômica e política se manifestou por intermédio de reformas e ajustes econômicos chamados neoliberais, que foram recomendados aos países do continente no encontro de líderes conhecido como Consenso de Washington¹⁰. A adoção dessas medidas deteriorou as condições de vida dos países da região,

¹⁰ O Consenso de Washington é a expressão usada para identificar um conjunto de medidas econômicas formuladas em 1989, em reunião realizada em Washington pelos economistas das principais instituições financeiras mundiais em conjunto com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O texto final que sistematizou tais medidas foi de autoria do economista John Williamson (CARCANHOLO, 2002).

agravadas por crises econômicas que submeteram os países a exigências de organismos internacionais que, sobretudo, afetaram a soberania nacional dos mesmos.

Assim, diante desse contexto adverso, a expectativa que marcou os debates mundiais em relação a Cuba foi o fracasso iminente da revolução e de sua transição socialista, da mesma maneira como havia ocorrido com os países do bloco socialista e, portanto, o retorno da ilha ao capitalismo. Contudo, tais prenúncios falharam e a transição socialista cubana não somente resistiu às condições adversas como conseguiu, internamente, revertê-las e manter muitas das conquistas sociais alcançadas com a revolução, prosseguindo assim na construção do socialismo. O êxito de Cuba em manter a transição socialista deveu-se a originalidade das mudanças realizadas pelo governo no modelo econômico e social naquele momento de crise e a fortaleza do sistema político cubano (XALMA, 2007). Mas, além disso, também é preciso relacionar a resistência cubana ao processo de construção de um novo homem e de uma nova consciência, tal como pensada por Che Guevara (1988) a partir do estabelecimento de novas relações econômicas e sociais construídas na transição socialista e baseadas em uma consciência cada vez mais social.

É preciso destacar ainda que, ao prosseguir no caminho de construção do socialismo, Cuba tornou-se um exemplo de que há alternativas à forma hegemônica de entender e explicar a vida econômica, política e social, mostrando que o capitalismo não se constitui na única forma de organização econômica e social possível, o que abriu caminho para a discussão, criação e construção de novos parâmetros de organização social, tornando-se inspiração, em especial, para os países da América Latina.

Entender como Cuba alcançou essa posição é um dos objetivos desse capítulo, que analisará as condições econômicas e sociais da ilha durante a década de 90 relacionando-as com o ajuste econômico empreendido pelo governo revolucionário e com as mudanças provocadas no modelo de transição socialista. Além disso, serão analisados os desdobramentos do ajuste econômico na construção do socialismo, buscando identificar os reflexos sobre as atuais condições econômicas e sociais da ilha.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE CUBA E O COLAPSO OCASIONADO PELA CRISE NO PERÍODO DE 1990 A 1993.

Para delinear a dimensão da crise que se abateu sobre a ilha durante os primeiros anos da década de 90 e analisar as medidas empreendidas para enfrentamento da mesma, é preciso resgatar um conjunto de indicadores econômicos e sociais para o período. A Tabela 9 apresenta as principais variáveis macroeconômicas cubanas para o período de 1989 a 1993, e mostra que a queda acumulada do Produto Interno Bruto (PIB) foi de quase 35% para o período, e a queda nas importações foi de 70%, enquanto as exportações reduziram em 47% (XALMA, 2007). O comércio exterior foi fortemente impactado pelo fim do bloco socialista e a extinção do CAME, pois os mesmos eram os principais parceiros comerciais de Cuba, que exportava açúcar, níquel e tabaco, e importava desses países petróleo, máquina, equipamentos, insumos para a indústria, entre outros produtos. Além disso, a comercialização entre os países membros do CAME era realizada em condições especiais de maneira a favorecer a especialização produtiva de cada país garantindo benefício para todos os parceiros. Nesse sentido, Noguera (2004, p.45, tradução nossa) afirmou que,

[...] durante o tempo que durou, sua [de Cuba] integração no Conselho de Ajuda Mútua e Econômica (CAME) lhe possibilitou um tratamento realmente favorável. Entretanto, a denominada *divisão socialista internacional do trabalho*, caracterizada pela especialização produtiva de cada país em setores concretos da economia e o compromisso recíproco entre eles no fornecimento multilateral de produtos, fazia com que a eficiência econômica, considerada em seu conjunto, nesses países dependesse do comércio exterior.

Além disso, a intensificação do bloqueio americano a Cuba reduziu as possibilidades de novas parcerias comerciais. A Tabela 9 mostra ainda que, com a oferta de bens e serviços reduzida, a liquidez aumentou em 165% e o déficit do governo cresceu mais de 200%.

TABELA 9- A DETERIORAÇÃO DA ECONOMIA CUBANA (1989 A 1993)

(Valores constantes, em milhões; variação, em porcentagem)			
Variáveis Econômicas	Valores absolutos		Variação
	1989	1993	1989-1993
Exportações (1)	5.993	1.992	-47
Importações (1)	8.608	2.373	70
Produto Interno Bruto (2)	20.960	14.332	34,8
Déficit Fiscal	1.415	4.359	208,1
Liquidez monetária	4.163	11.043	165,3

Fonte: Cepal. In: Xalma, C. 2007, p. 33.
 (1) Exportações e importações em dólares; (2) pesos de 1981; demais valores constantes em pesos cubanos (Nota da autora).

O crescimento do déficit do governo está relacionado às medidas adotadas pelo governo durante esse período, denominadas por muitos analistas de medidas de administração da crise (DÍAZ VÁZQUEZ, 2010). O governo optou pela utilização de mecanismos de repartição equitativa dos efeitos da crise para toda a sociedade, que foram efetivados em três medidas: 1) todos os produtos foram submetidos a um regime de racionamento e os preços foram congelados para evitar inflação; 2) todas as empresas que apresentaram perdas foram subsidiadas pelo governo, buscando principalmente, preservar os empregos e os salários; 3) foi mantida a prioridade dos gastos nos setores sociais como educação, saúde e seguridade social (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005).

Ao analisar os dados da Tabela 10, é possível observar pequenas variações no total dos gastos sociais durante o período. Mas, levando em consideração os gastos sociais em relação ao PIB, percebe-se que esse percentual cresce de 22,85%, em 1990, para 28,90%, em 1993. Entre os setores que apresentaram maior crescimento, tem-se o setor de saúde e seguridade social.

TABELA10 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS SOCIAIS (1990 A 1993)

(Valores constantes, em milhões de pesos)				
Setores Sociais	1990	1991	1992	1993
Educação	1.620	1.504	1.427	1.385
Saúde	937	925	938	1.077
Seguridade Social	1.164	1.226	1.348	1.452
Habitação	383	281	248	260
Bem-estar	96	88	98	94
Cultura e arte	201	203	178	173
Esportes	124	126	133	125
Total dos Gastos Sociais	4.525	4.353	4.359	4.566
Gastos Sociais/PIB (%)	22,85%	26,07%	27,94%	28,90%
Fonte: Cepal. In: Castañeda, R, 2002, p. 17.				

Além dessas ações, ainda durante o IV Congresso do Partido Comunista Cubano, o governo explicou e justificou algumas medidas já em curso que buscavam reativar o crescimento econômico (Quadro 1). Assim, as principais foram: a adoção de novas estratégias de inserção internacional do país mediante uma abertura externa baseada no turismo¹¹ e uma pequena abertura para investimentos estrangeiros no país (XALMA, 2007).

QUADRO 1 - RESUMO DAS MEDIDAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PERÍODO 1989-1993

1989-1993 Shock externo Queda de 70% das importações
Abertura ao Capital estrangeiro
Desenvolvimento do turismo
Medidas Sociais
Alimentos racionados
Priorizar a saúde e educação
Manter os empregos e salários

In: Ferriol, A. (acesso em 13 jun. 2012, p. 9). Adaptação do autor.

¹¹ Segundo Xalma (2007), o governo buscou explorar também a exportação de biotecnologias e demais produtos tradicionais da pauta de exportação cubana, porém vários fatores levaram o governo a priorizar o turismo e os investimentos estrangeiros, entre eles destacam-se: o recrudescimento do bloqueio comercial norte-americano, o preço dos produtos no mercado internacional, e os monopólios de alguns mercados.

Apesar dos esforços empreendidos, em meados de 1993, a produção continuava a diminuir, o setor de turismo não registrou grande crescimento, a produção agropecuária diminuiu e a oferta de alimentos também (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005). A escassez de alimentos levou a uma redução superior a 30% na ingestão de calorias diárias por parte da população (XALMA, 2007). Diante da dificuldade de manter o fornecimento de alimentos no mercado racionado, cresceu o mercado paralelo informal, que oferecia bens e serviços com preços elevados, alimentando um processo inflacionário. Em consequência, o peso cubano se desvalorizou de 8 pesos, em 1989, para 150 pesos por dólar, em 1993 (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005). A desvalorização da moeda durante esse período combinada às remessas de dólares que ingressavam na economia cubana conduziram a uma “dolarização informal”, marcada pela substituição parcial e extraoficial da moeda nacional pelo dólar nas transações comerciais (XALMA, 2007).

As estratégias de sobrevivência adotadas pela população cubana para enfrentar esse momento histórico denominado “Período Especial em tempos de Paz” foram perfeitamente sintetizadas nas seguintes palavras de Cristina Xalma (2007, p.33-34, tradução nossa):

[...] Foram anos da água com açúcar; da banana cultivada no quintal; do sabão feito em casa; do esgotamento das latas de comida acumuladas quando ‘os russos’ chegavam à bodega; da ausência de carros circulando na cidade por falta de combustíveis; do ‘*camello*’ como invenção para economizar o precioso ouro negro; das bicicletas como principal veículo de transporte, sob um sol forte; dos chamados (apesar de tudo, com humor) ‘*alumbrones*’ que não ‘apagões’; das filas esperando a ‘*gua-gua*’ que nunca chegava, ou dos alimentos que já ‘não apareciam’.

Foi um momento de extrema escassez, em que as necessidades mais elementares para a sobrevivência humana não foram cobertas. O consumo de alimentos ficou abaixo do mínimo recomendado. A vida cotidiana o povo cubano transformou-se em uma guerra diária de enfrentamento das dificuldades que aumentavam a cada dia, sobressaindo-se às estratégias individuais como solução para suprir as necessidades mais elementares.

Além dessas mudanças provocadas no cotidiano dos cubanos, as medidas implantadas e seus resultados também provocaram alterações na estrutura econômica do país e no modelo econômico e social da transição, que ficou marcado por um funcionamento dual: o mercado racionado formal controlado pelo governo e o mercado paralelo informal, também chamado “*mercado negro*”; os setores tradicionais da economia operando sob a planificação e o surgimento de um “setor emergente”, formado pelas atividades do turismo e das empresas de capital estrangeiros que começaram a chegar no país e operavam com regras diferenciadas dos

demais setores; uma taxa de câmbio oficial e outra paralela ligada ao setor informal (XALMA, 2007). Esse funcionamento dual começou a provocar um deslocamento da força de trabalho mais qualificada para o “setor emergente”, que permitia acesso a dólares e, portanto, tornava possível adquirir produtos no mercado paralelo informal. Com isso, os dólares que deveriam ser utilizados pelo governo para financiar a economia eram desviados para o mercado paralelo informal (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005), e beneficiavam apenas àqueles que conseguiam ter acesso a dólares, resultando, em uma segmentação social.

Diante desse cenário de deterioração econômica e social e de profunda escassez, em meados de 1993, o governo iniciou um processo de reforma econômica com medidas mais impactantes, que provocaram mudanças consideráveis no modelo de transição socialista. Ao proferir um discurso no dia 26 de julho de 1993, em comemoração aos 40 anos do Assalto de Moncada e do Movimento 26 de Julho, Fidel Ruz Castro afirmou que o momento era de pensar em como defender as conquistas alcançadas com a revolução. Após apontar os grandes desafios criados pelas mudanças no contexto internacional e as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país nos primeiros anos da década de 90, ressaltou que a tarefa prioritária do país era: “salvar a pátria, a Revolução e as conquistas do socialismo” (CASTRO RUZ, 1993, tradução nossa), conclamando o povo a lutar pelo socialismo e pelo direito de continuar construindo o futuro. Em seguida, falou das medidas que não seriam adotadas se a realidade fosse outra e se o país tivesse capital e tecnologia, e o quanto tais medidas eram antipáticas, mas necessárias para enfrentar aquela difícil situação. Por fim, enfatizou que aquele era o momento de unir forças e multiplicar as capacidades, e que o êxito no cumprimento da tarefa iria depender do apoio e compreensão do povo.

Com base nesse discurso, é possível destacar alguns elementos importantes que conjugados resultaram na reforma econômica¹², a partir da adoção de algumas medidas. O principal elemento colocado é a defesa das conquistas alcançadas com a revolução, tanto do ponto de vista dos indicadores sociais de qualidade de vida, como da soberania nacional e defesa da própria transição socialista em curso. Pois, as ameaças estavam postas tanto no cenário internacional de um mundo unipolar e de agressões cada vez mais intensas por parte do

¹² A utilização do termo reforma econômica justifica-se pelas mudanças estruturais que o conjunto de medidas ocasionou no funcionamento da economia cubana, provocando alterações inclusive na estrutura social que será apresentada nas próximas seções.

governo americano¹³, como internamente com a crescente insatisfação popular e a tensão social¹⁴, que podiam colocar em risco o sistema político - um dos pilares de estruturação da transição socialista. Para Xalma (2007), isso explica a decisão do governo em realizar uma reforma econômica, que não buscou responder apenas a deterioração socioeconômica do país, mas principalmente tentar frear o crescente mal estar da população e evitar uma reforma política. Quer dizer, o governo também agiu buscando resguardar o sistema político e suas características principais, entendendo que o mesmo era fundamental para o país continuar avançando na transição socialista.

3.2 AS MEDIDAS DE AJUSTE ECONÔMICO E AS MUDANÇAS NO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA

Em conjunto com as ações de administração da crise descritas acima, o governo iniciou, a partir do segundo semestre de 1993, um ajuste econômico partindo da implantação de um conjunto de medidas que se caracterizaram como uma reforma econômica, isso porque alteraram o funcionamento do modelo econômico e social da transição socialista cubana.

Apesar das principais medidas terem sido adotadas somente no segundo semestre de 1993, o início do ajuste ocorreu ainda em 1992, com a reforma constitucional aprovada, em julho, pela Assembleia do Poder Popular, sendo uma deliberação do IV Congresso do Partido Comunista. A reforma constitucional realizada buscou fortalecer a unidade nacional do país, adequar as normas constitucionais à nova realidade mundial e permitir a implantação das medidas necessárias para o enfrentamento da crise econômica. Em relação a este último objetivo a reforma permitiu: criar novas formas de propriedade, eliminar o monopólio estatal do comércio exterior e dotar à planificação de maior flexibilidade (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004).

¹³ Além de uma série de agressões patrocinadas pelo governo desde a vitória revolucionário, em 1992, o congresso americano aprovou a Lei Torricelli, que previa sanções a países solidários a Cuba, a empresas que comercializem com Cuba e a proibição de ingresso, por seis meses, em portos americanos de embarcações que estiveram em portos cubanos. A Lei Helms-Burton, de 1996, também chamada Lei de liberdade cubana e solidariedade democrática, não apenas intensificou as sanções extraterritoriais, como autorizou o financiamento a ações contra o governo cubano. Para mais informações ver site: www.cubavsbloqueo.cu.

¹⁴ A Crise dos balseiros iniciada no dia 5 de agosto de 1994 refletiu o crescente mal estar da população diante das dificuldades desencadeadas pela crise econômica e foi um momento marcante de manifestação da população contra o governo (XALMA, 2007).

QUADRO 2 – CRONOLOGIA DO PROCESSO DE REFORMA ECONÔMICA

Ano	Principais medidas
1992	Reforma da Constituição cubana.
1993	Despenalização da posse e uso de divisas estrangeiras (Decreto-lei nº 140); Criação da rede comercial em divisas estrangeiras (" <i>Tiendas de Recuperación de Divisas</i> " ou TRD); Autorização para o trabalho por conta própria (Decreto-lei nº 141); Transformação das fazendas estatais agropecuárias em Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC) (Decreto-lei nº 142).
1994	Reorganização do sistema financeiro e bancário nacional; Abertura para representantes de bancos comerciais estrangeiros; Redução do orçamento militar; Reorganização e redimensionamento da Administração Central do Estado (Decreto-lei 147); Programa para saneamento financeiro interno; Decreto-lei nº 147 sobre o enriquecimento ilícito para atividades por conta própria; Constituição das Casas de Câmbio Sociedade Anônima (CADECA.S.A); Promulgação da lei contra evasão fiscal; Resolução nº 6 do Ministério do Trabalho e Seguridade Social (MTSS), para regulação do trabalho e salário dos trabalhadores, que necessitavam ser realocados em consequência da crise e das mudanças estruturais ou institucionais derivadas das reformas; Promulgação da Lei nº 73 sobre o Sistema Tributário; Autorização para o funcionamento dos mercados agropecuários (Decreto-lei nº 191); Autorização para o funcionamento dos mercados industriais e artesanais (Decreto-lei nº 192);
1995	Início da atividade da CADECA; Resoluções conjuntas entre o Ministério das Finanças e Preços (MFP) e o Ministério do Trabalho e da Seguridade Social (MTSS) para regular o tipo de atividade por conta própria que seria autorizada, assim como a ampliação e autorização a determinados profissionais; Autorização à população para abertura de conta e depósito em poupança de moeda conversível e pesos cubanos; Lei nº 77 sobre Investimentos Estrangeiros; Resolução nº33 do Ministério das Finanças e Preços, que regula o Imposto sobre Utilidades;
1996	Decreto-lei nº 21 do Ministério das Finanças e Preços, que regula o imposto sobre a renda pessoal em moeda nacional. Decreto nº 206, sobre o Regulamento do Registro Nacional de Filiais e agentes de Sociedades Mercantis Estrangeiras; Decreto-lei nº165, sobre as Zonas Francas (ZF) e Parques Industriais.
1997	Criação do Banco Central de Cuba e do Banco Comercial (Decreto-lei nº172 e 173); Decreto-lei nº171, que autoriza o aluguel de imóveis; Resolução nº 20, que estabelece as bases para a tributação sobre aluguéis de imóveis; Normas sobre a regulação das atividades de seguros.
1998	Reforma do Banco Central de Cuba. Separação das tarefas do Banco e das correspondentes ao financiamento comercial (Decreto-lei nº 181); Decreto-lei nº 187 que estabelece as Bases Gerais para o Aperfeiçoamento Empresarial
1999	Autorização para atividades de comercialização de produtos agropecuários nas "placitas de precios topados"; Decreto-lei nº 192 sobre a Administração Financeira do Estado. Regula o marco institucional das finanças públicas e da Política Fiscal.

Fonte: XALMA (2007, p. 78-79).

A partir desse Quadro 2 é possível agrupar as principais medidas do processo de reforma em grandes subgrupos que permitem sistematizar os objetivos perseguidos, assim como compreender quais aspectos da economia cubana foram modificados e, posteriormente, seus rebatimentos e resultados.

O primeiro subgrupo é formado pelas medidas relativas à abertura externa tanto para investimentos do capital estrangeiro no país como para o intercâmbio comercial. Embora a primeira legislação sobre investimentos estrangeiros em Cuba seja de fevereiro de 1982¹⁵ (MONREAL; RUÁ, 2012), foi ao longo da década de 90 que as principais medidas para atração desse tipo de investimentos foram adotadas. O objetivo principal era estimular a entrada de recursos financeiros no país, atrair novas tecnologias para explorar os recursos existentes, adquirir matéria-prima, aumentar e diversificar as exportações, acessar novos mercados e introduzir práticas modernas de gestão econômica (PÉREZ VILLANUEVA, 2006). O conjunto de medidas concedeu às empresas de capital externo o direito de propriedade, autorizou a exploração de minas, ampliou a participação do capital estrangeiros em quase todas as atividades econômicas do país¹⁶ e criou as zonas francas (ZF) e os parques industriais com regimes especiais de funcionamento. Em conjunto, foi eliminado o monopólio estatal sobre o comércio exterior, permitindo que tanto as instituições estatais como as empresas mistas e de capital estrangeiros pudessem realizar diretamente suas operações com o exterior, desde que possuíssem divisas para tais transações (MIRANDA PARRONDO, 2000).

A liberação da posse de divisas tinha como objetivo ampliar ao máximo a entrada de divisas no país, estimulando o envio de remessas de cubanos residentes no exterior às suas famílias em Cuba. Por outro lado, a criação das “Tiendas de Recuperação de Divisas” (TRD) e das Casas de Câmbio foi a estratégia adotada pelo governo para captar as divisas em circulação no país. Com a legalização da posse, a criação das *tiendas*, e posteriormente das casas de câmbio, o governo buscou direcionar as divisas que circulavam no mercado paralelo não oficial para o mercado oficial para financiamento das transações externas do país. Essas medidas, somadas ao crescimento do turismo e aos investimentos estrangeiros, ampliaram a utilização de divisas por diversos segmentos da população, desencadeando um processo de dolarização na economia cubana e um modelo de funcionamento dual (XALMA, 2007).

Outro subgrupo de medidas foi a reorganização do setor agropecuário e a criação dos mercados livres agropecuários, industriais e artesanais. O principal objetivo era aumentar a oferta de bens para a população, especialmente a de alimentos. Nesse sentido, a principal

¹⁵ Segundo Noguera (2004), o Decreto-lei nº 50 de fevereiro de 1982 previa a possibilidade de criação de empresas mistas ou de contratos de associação econômica internacional como forma de investimento externo em Cuba, porém a inconstitucionalidade do decreto não oferecia segurança aos investidores, situação alterada somente com a reforma constitucional de 1992 que ampliou o número e as formas de propriedade no país.

¹⁶ Os primeiros investimentos estrangeiros estiveram concentrados na área do turismo (NOGUERA, 2004).

medida foi a criação das Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC), que entregou aos trabalhadores das fazendas estatais, sob regime de usufruto, terras para produção agropecuária na forma de cooperativas de produção. Em paralelo, reativou os antigos mercados, buscando estimular a produção e ampliar a oferta de alimentos à população (MIRANDA PARRONDO, 2000).

A autorização das atividades de conta própria e as medidas de regulamentação das mesmas pretendiam tanto aumentar a oferta de serviços à população diante da incapacidade do Estado de atender às necessidades do mercado interno, como de ocupar parte da população dadas as pressões de desemprego ocasionadas pela redução da produção em diversos setores da economia. Segundo Pérez Izquierdo, Oberto Calderón e González Rodríguez (2004), em 1993 podiam ser exercidas 55 atividades por conta própria, em 1995 esse número já era de 117, e, em 1996, alcançou o total de 157 atividades em que o trabalho por conta própria foi autorizado. Isso criou um mercado de oferta de serviços, ampliando a participação das atividades privadas na economia. Essas atividades, além de complementar a oferta de serviços estatais, tornaram-se importantes fontes de complementação de renda para as famílias.

Diretamente relacionados aos subgrupos de medidas descritos acima, tem-se o conjunto de medidas que instituiu o Sistema Tributário, reformulou a política fiscal do país e reduziu o aparato estatal. O principal objetivo foi instituir impostos sobre a renda, as atividades privadas e as empresas de participação do capital externo, e reduzir os desequilíbrios orçamentários do Estado cubano, tanto diminuindo os subsídios às empresas consideradas ineficientes como reduzindo as instituições e ministérios existentes (MIRANDA PARRONDO, 2000).

As medidas que permitiram a estruturação de um sistema financeiro nacional também compõem outro subgrupo diretamente relacionado às demandas derivadas das medidas de abertura externa, liberação do comércio exterior, ampliação das atividades privadas e dolarização. A criação do Banco Central de Cuba tinha como objetivo regular e supervisionar o sistema financeiro e os escritórios de bancos estrangeiros no país, emitir moeda, assegurar e implementar a política monetária do país. Posteriormente, foram criadas novas instituições bancárias e financeiras (MIRANDA PARRONDO, 2000).

Por fim, as medidas de aperfeiçoamento empresarial formam um programa que buscava melhorar o desempenho das empresas. A partir de um projeto piloto, 100 empresas foram inseridas no programa e começaram a operar sob a forma de autofinanciamento, isto é, a

empresa deveria: cobrir os custos com sua própria receita e ainda gerar uma margem de excedente que seria utilizado para melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da empresa e a outra parte transferida para o orçamento do Estado (MIRANDA PARRONDO, 2000).

Assim, a abertura externa, acompanhada desse conjunto de medidas que envolveram o ajuste econômico, levou ao funcionamento dual da economia cubana, marcado não só pela dualidade monetária, como pelos mecanismos monetário-mercantis, pelo acesso ao financiamento, pelas formas de gestão e pelo nível de competitividade. Isso significa que alguns setores ficaram subordinados à planificação central; tinham o peso como moeda de transação; a forma de propriedade dos meios de produção era exclusivamente estatal e a distribuição era realizada de acordo com o plano, buscando conciliar a produção com as necessidades básicas da população. Em outros setores, principalmente os chamados “emergentes”, foram introduzidos mecanismos monetário-mercantis, com a existência de propriedades privadas, empresas com participação de capital externo, distribuição via mercado, formas diversas de remuneração e a utilização do dólar americano; e depois o peso conversível (CUC) como moeda para as transações comerciais.

3.2.1 A abertura para o capital externo: principais aspectos da Lei nº 77 de 1995

A Lei nº 77, aprovada pela Assembleia Nacional do Poder Popular da República de Cuba no dia 5 de setembro de 1995, regulamentou os investimentos estrangeiros em Cuba e tinha como objetivo promover e incentivar essa modalidade de investimentos no país. Em seus primeiros artigos foi garantido o direito de propriedade e, em casos de expropriação, o pagamento prévio de indenização, assim como a repatriação do capital e de seus dividendos sem a incidência de impostos.

Todos os setores tiveram liberação para receber investimento estrangeiro direto, com exceção dos serviços de saúde e educação e das instituições das forças armadas, salvo o setor empresarial. É importante ressaltar que esses investimentos poderiam assumir as seguintes formas: empresa mista com investimentos estrangeiros e nacionais, contrato de associação econômica internacional ou empresa de capital totalmente estrangeiro. Ficou estabelecido que, para assumir qualquer das formas permitidas, o capital estrangeiro necessitava de

autorização prévia do Comitê Executivo do Conselho de Ministros ou de uma comissão designada para esse fim, sendo que em alguns setores a autorização seria exclusividade do Comitê Executivo do Conselho de Ministros.

A lei também autorizou às empresas de capital externo a abrirem conta em bancos do Sistema Nacional Bancário, assim como estabeleceu o direito a exportar e importar diretamente bens e serviços necessários a esses fins.

Em relação ao regime de trabalho, apesar da lei estabelecer que os tipos de empresas oriundas de investimento estrangeiro teriam de cumprir a legislação trabalhista e da seguridade social previstas em Cuba, foram feitas algumas adaptações. A lei previu que os trabalhadores teriam que ser exclusivamente cubanos ou estrangeiros permanentes no país, com exceção dos cargos de direção, administração e alguns cargos técnicos que poderiam ser ocupados por estrangeiros não permanentes. A contratação dos trabalhadores cubanos e estrangeiros residentes permanentes deveria ser feita por meio de uma instituição empregadora ligada ao Ministério do Trabalho, que faria o pagamento dos mesmos em moeda nacional. Além disso, foi autorizada a criação de um fundo de estímulo econômico para os trabalhadores cubanos e estrangeiros permanentes.

O regime especial de tributação estabeleceu um imposto de 30% sobre o lucro líquido das empresas, podendo ser de 50% se a atividade envolver exploração de recursos naturais, renováveis e não renováveis. Também foi definida a incidência de um imposto de 11% sobre a utilização da força de trabalho e de 14% pela contribuição da seguridade social. Além disso, ficou autorizada a criação de zonas francas e parques industriais para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao comércio exterior com regimes especiais em matéria aduaneira, tributária, trabalhista, entre outras.

3.2.2 O processo de dolarização da economia cubana em decorrência das medidas adotadas para enfrentamento da crise

O fenômeno da dolarização da economia cubana foi desencadeado pela grave crise econômica vivida pelo país no início da década de 90, provocada principalmente pelos desequilíbrios externos ocasionados pelo fim do bloco socialista soviético e do CAME. Esse fenômeno ocorreu em um contexto de congelamento de preços combinado a uma escassez de

mercadorias e de aumento da inflação. Isso se traduziu em uma forte pressão de desvalorização do peso cubano levando a população a buscar cada vez mais manter seus saldos em dólar (SÁNCHEZ EGÓZCUE, 1999). Para enfrentar esses efeitos imediatos da crise, reativar a economia e manter o modelo social, o governo cubano empreendeu um conjunto de medidas buscando aumentar o ingresso de divisas no país. Isso, por sua vez, acabou por desencadear um processo de dolarização. Nesse sentido, Herrera e Nakatani (2012) apontam que,

“desconsiderando a desvalorização, o objetivo principal das reformas seria o de permitir ao Estado recolher o máximo de divisas para reduzir os desequilíbrios externos e assim estar em condições de: i) manter o modelo social cubano (educação, saúde públicas, alimentação, alojamento e transportes a preços reduzidos, etc.); ii) deslocar o centro de gravidade da economia nacional da produção açucareira, que apresentou receitas declinantes, para o turismo e os setores exportadores não açucareiros; iii) encaminhar para a autossuficiência alimentar (através das substituições de importações) e energética (petróleo) [...]”.

Isso significa que, além de enfrentar a desvalorização do peso, as medidas que levaram à dolarização da economia cubana tornaram-se o núcleo central da estratégia de recuperação da economia de Cuba. Assim, o governo optou por utilizar a dolarização a serviço dos objetivos econômicos e sociais, mesmo com os efeitos negativos que essa opção significava para a revolução e sua identidade nacionalista (XALMA, 2007).

A primeira medida diretamente relacionada ao fenômeno da dolarização em Cuba foi o decreto-lei que despenalizou a posse e o uso de dólar americano na ilha, permitindo a circulação simultânea de dólar e peso nas transações¹⁷. Associado a essa medida, o governo estruturou uma estratégia para captar e redistribuir as divisas em circulação, que envolveu a autorização de novos agentes e espaços econômicos, permitindo inclusive novas formas de propriedade e gestão, a criação de mecanismos e instrumentos para a captação das divisas por parte do Estado e a utilização de instrumentos para garantir a transferência de divisas dos novos agentes para o governo (XALMA, 2007).

Com a criação do “Caixa central de divisas” o governo centralizou as divisas que circulavam na economia e passou a definir as prioridades e formas de distribuição das mesmas no interior da economia cubana, tendo como critério de escolha as empresas e atividades que geravam

¹⁷ A despenalização do uso e posse de dólar americano na ilha gerou o que muitos autores chamam de um processo de dolarização incipiente. Ver Xalma (2007).

divisas (setor de exportador), a manutenção dos serviços sociais básicos e os setores relacionados à substituição de importação. Sánchez Egózcue (1999) chama esse mecanismo de um processo de “seleção crítica” na distribuição de divisas na economia cubana.

O funcionamento desse mecanismo foi associado a outras medidas que garantiram a captação das divisas que circulavam, bem como estimularam ao máximo a entrada de divisas no país. No âmbito da população tem-se a criação das cooperativas agropecuárias, a liberação do trabalho por conta própria, a autorização dos novos mercados agropecuários e artesanais, a criação das “Tiendas de recuperação de divisas” e a constituição das Cadecas. No âmbito da produção e das empresas, destaca-se a constituição das empresas com participação de capital externo, a eliminação do monopólio de comércio exterior e a estruturação do sistema tributário. O resultado dessa associação foi a expansão da dolarização na economia cubana e a constituição dos setores que operavam em divisa, no caso o turismo e as empresas de capital externo, que em conjunto com as remessas de dólares tornaram-se o motor principal da economia cubana (XALMA, 2007).

Assim, cabe destacar que, a legalização do uso e posse do dólar não foi uma medida isolada e considerada autossuficiente, mas foi controlada pelo governo e associada à planificação através das demais medidas. Para Herrera e Nakatani (2012), esses mecanismos adotados pelo governo permitiram manter a planificação socialista mudando sua natureza e instrumentos.

Em 1994 foi criada a moeda conversível, que inicialmente operou a uma taxa de câmbio de 1 peso conversível por dólar, para a população, e uma taxa de 0,74 peso por dólar, para o comércio exterior. Com isso, passaram a circular na economia cubana para as transações comerciais três moedas: o dólar americano, o peso conversível e o peso nacional (CUP). O peso nacional era a moeda utilizada para pagar os salários e para a comercialização principalmente nos mercados racionados e em parte do mercado de produtos agropecuários. O dólar e o peso conversível eram utilizados nos mercados de produtos agropecuários que operavam em divisas, nas “Tiendas de Recuperación de Divisas” (TRD), no mercado paralelo ilegal e para a aquisição de bens e serviços por parte dos turistas (CARCANHOLO; NAKATANI, 2001).

Ainda sobre a dualidade monetária, Vidal Alejandro (2007) observa que, esse fenômeno impactou de forma diferenciada a população e o setor empresarial, isso porque a dolarização foi parcial - os salários, pensões, produtos do mercado racionado e muitas empresas

continuaram operando em pesos cubanos. Além disso, a população podia trocar dólar por pesos cubanos, ou pesos conversíveis na CADECA por um taxa de câmbio que refletia a disponibilidade de divisas no país. Por outro lado, às empresas ficaram impossibilitadas de trocar pesos cubanos por outras moedas a não ser por peso conversível, sendo que 1 peso cubano equivalia a 1 peso conversível, ou melhor, operavam a um taxa sobrevalorizada.

É importante enfatizar que o processo de dolarização, e conseqüentemente o ajuste macroeconômico, que ocorreu em Cuba diferencia-se da ocorrência do fenômeno em diversos países na América Latina ao longo da década de noventa. Essa diferenciação relaciona-se tanto à extensão da dolarização que foi parcial e controlada pelo governo, como pelos efeitos e resultados alcançados, que permitiram ao país recuperar o crescimento econômico, manter a transição socialista e as conquistas sociais da revolução. Nesse sentido, Xalma (2007) adverte que apesar das mudanças e da inserção de mecanismos monetário-mercantis, em Cuba, a primazia de mecanismos de mercado e da propriedade privada foi afastada e o processo revolucionário seguiu resistindo e garantindo à população os direitos sociais conquistados.

3.3 OS REFLEXOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO PERÍODO DE AJUSTE ECONÔMICO

O início da década de noventa representou para Cuba um marco histórico no processo revolucionário, pois os impactos da crise e os efeitos das medidas do ajuste econômico provocaram mudanças estruturais no modelo econômico e social da transição socialista cubana. Prosseguindo na triangulação entre os impactos da crise, os efeitos da reforma econômica e as mudanças provocadas no modelo de funcionamento da transição, cabe aqui apresentar a evolução dos indicadores econômicos durante a década de 90 e um conjunto de problemas sociais que emergem no seio da sociedade cubana.

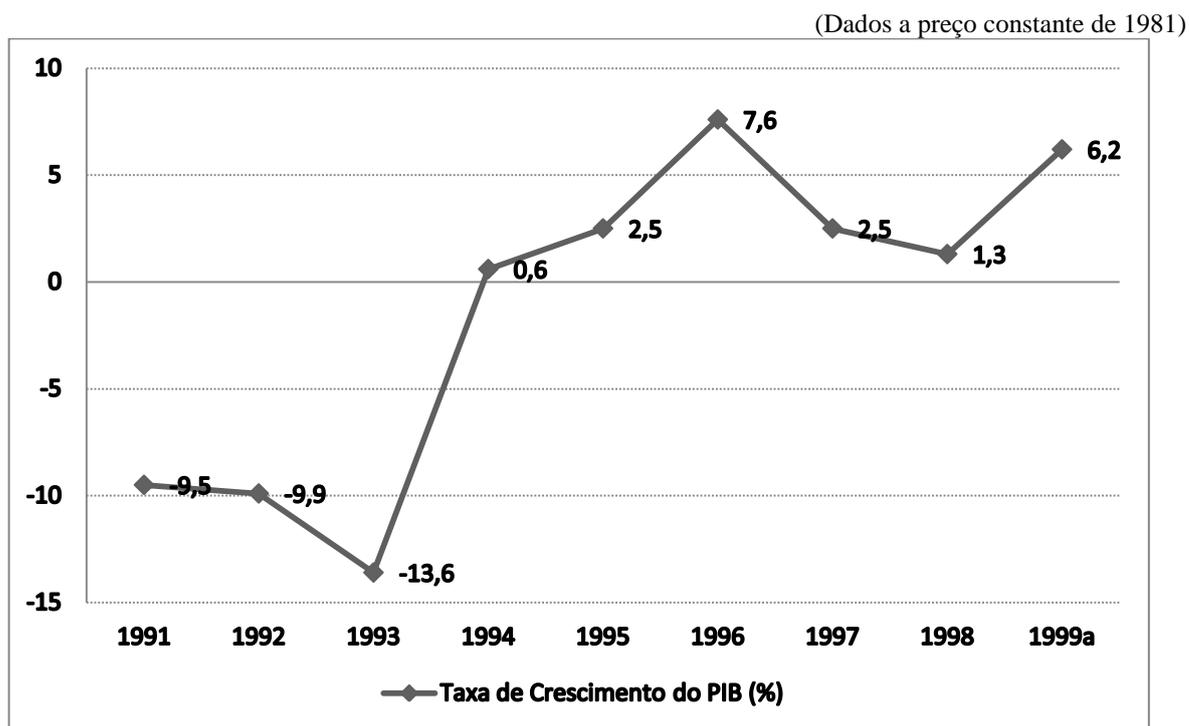


GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (1990 - 1999)

Fonte: Cepal - Estudio económico de América Latina y el Caribe 1999-2000, elaboração própria. a/ Cifras preliminares.

Com base no Gráfico 1, é possível perceber que a partir de 1993 o PIB deixa de diminuir e apresenta um pequeno crescimento de 0,6% em relação ao ano anterior e nos anos posteriores passa a registrar taxas positivas. Mas como adverte Carranza Valdez e Díaz Vázquez (2005), a recuperação do crescimento ocorreu em um ritmo mais lento do que o verificado na redução. Em suma, é possível afirmar que o ajuste realizado pelo governo reverteu a tendência de queda do PIB e permitiu ao país registrar taxas positivas de crescimento, porém esse crescimento foi lento e as taxas não foram suficientes para recuperar a queda sofrida nos primeiros anos da década de 90.

Quando se observa a evolução dos setores econômicos em relação à participação no PIB, constata-se que ocorreram mudanças significativas ao longo do período analisado. Dados da Oficina Nacional de Estadística (ONE) mostram que, a agricultura perdeu participação, saindo de 9,8%, em 1989, para 6,5%, em 1999, indicando que as medidas do governo relativas ao aumento da produção no campo não foram suficientes para gerar o resultado pretendido. Porém, cabe ressaltar que no período analisado além da ausência de recursos financeiros e materiais para a produção o país sofreu com fenômenos climáticos que provocaram graves

prejuízos na área rural. Os bens produzidos na indústria manufatureira também perderam participação no total do PIB, principalmente a partir de 1995, chegando a uma redução de 10 pontos percentuais em 1999. Esse setor foi afetado principalmente pela dificuldade de importar insumos e equipamentos para a produção de muitos bens, sendo marcado pela dependência externa, mas também pelo baixo valor agregado aos produtos, a falta de dinamismo e integração interindustrial e baixo desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, Pérez Villanueva (2005, p. 5, tradução nossa) reforça que,

as manufaturas em geral não crescem, devido, entre outros aspectos a sua alta dependência das importações de produtos, baixo valor agregado e pobre dinâmica, pouca integração interna, sobredimensionamento das plantas industriais, verticalização das estruturas empresariais, pequena cooperação interindustrial e atraso tecnológico expresso em altos níveis de consumo material e energético.

Em contrapartida, os estabelecimentos financeiros, seguros e serviços prestados às empresas registraram um crescimento considerável na participação do PIB, saindo de 3%, em 1989, e alcançando uma participação de 7,2% em 1999. É importante ressaltar que esse setor recebeu investimentos externos e fazia parte do chamado “setor emergente”. Como resultado da estratégia do governo de manter os serviços sociais básicos, o setor de serviços registrou uma participação no PIB em torno de 25% durante o período analisado.

(Em US\$ milhões a preços constantes de 1981)

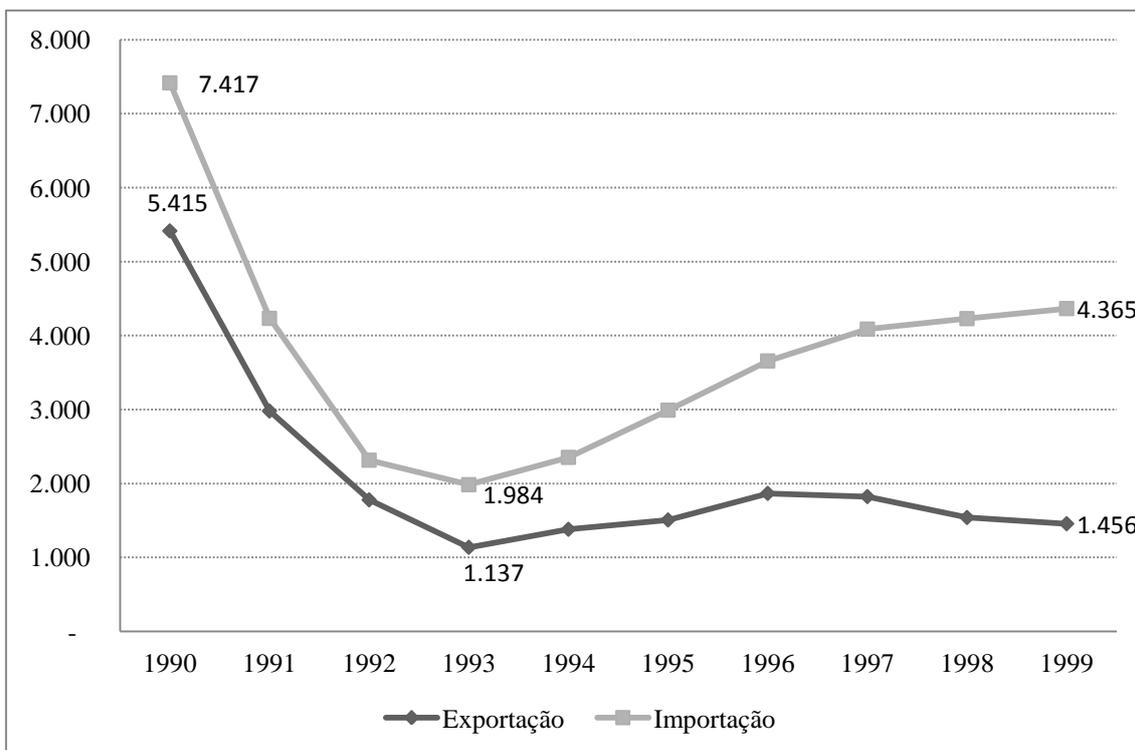


GRÁFICO 2 – COMÉRCIO EXTERIOR DE CUBA (1990 - 1999)

Fonte: Cepal: Anuário Estatístico de América Latina y el Caribe 2011. Elaboração própria.

Em relação à inserção de Cuba no mercado internacional, os dados relativos ao comércio exterior mostram a queda no volume de exportação e importação nos primeiros anos da década de 90, em que os menores montantes foram registrados no ano de 1993. Nos anos seguintes, o comércio exterior volta a crescer, porém as importações crescem em um ritmo maior que as exportações. Além disso, nos três últimos anos da década de 90 as exportações voltam a registrar queda, ampliando ainda mais o crônico déficit da balança comercial cubana (Gráfico 2).

Ao analisar esse comportamento do comércio exterior de Cuba, destaca-se que as exportações estavam concentradas em apenas 7 principais produtos chamados de tradicionais (açúcar, níquel, café, pesca, tabaco, cimento e bebida), e nos últimos anos da década de 90 esses produtos perderam participação no total das exportações para os produtos não tradicionais que possuíam maior valor agregado, como bens biotecnológicos e farmacêuticos e equipamentos médicos e de diagnósticos. Por outro lado, o comportamento das importações refletia a grande dependência das compras externas de alimentos e a necessidade de importar equipamentos e matérias-primas para a indústria (PÉREZ VILLANUEVA, 2005).

(Em US\$ milhões a preços constantes de 1981)

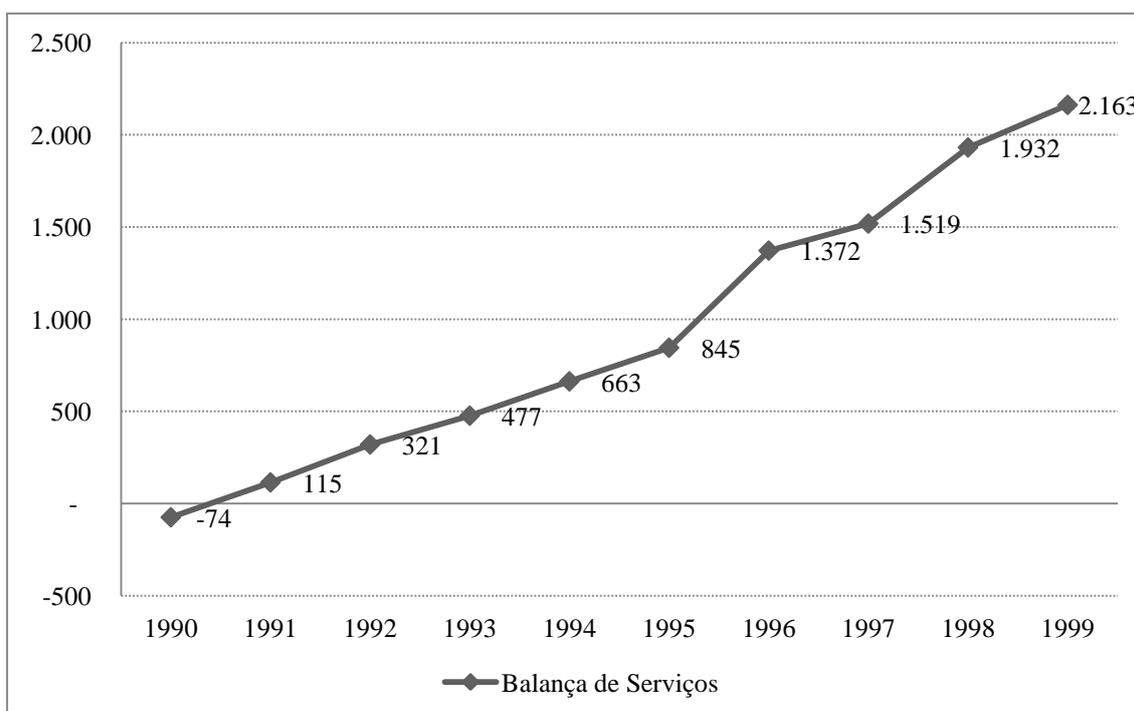


GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA BALANÇA DE SERVIÇOS CUBANA (1990 - 1999)

Fonte: Cepal: Anuário Estatístico de América Latina y el Caribe 2011. Elaboração própria.

Ainda analisando a inserção externa de Cuba, os resultados da balança de serviços ao longo da década mostram como esse item cresceu. Saindo de uma posição deficitária em 1990, o saldo dos serviços comercializados além de se tornar superavitário, a partir de 1991, cresceu, e o montante registrado em 1999 foi quase 19 vezes maior que o apurado em 1991, conforme mostra o Gráfico 3. Esse resultado colaborou para diminuir o déficit da balança comercial cubana.

A evolução dos gastos públicos apresentados na Tabela 11 evidencia como as intervenções estatais com a oferta de serviços sociais e com a garantia dos direitos básicos ganharam importância no período de recuperação da crise econômica. Apesar da redução no montante total dos gastos, em decorrência da falta de recursos por parte do Estado, a participação dos gastos sociais cresceu em relação a 1990, tendo como principais destinos os gastos com educação, saúde e seguridade social.

TABELA 11 - ORÇAMENTO PÚBLICO E GASTOS SOCIAIS EM CUBA (1990 - 1998)

(Em milhões de peso)				
Variáveis	1990	1996	1997	1998
Total de gastos público	14.213,1	12.813,5	12.662,6	13.061,7
Gastos Sociais	4.517,0	5.115,3	5.264,0	5.565,3
Educação	1.619,5	1.421,3	1.453,9	1.509,7
Saúde	937,4	1.190,3	1.265,2	1.344,9
Seguridade Social	1.164,1	1.630,2	1.635,9	1.705,1
Habituação e serviços comuns	382,7	462,4	487,6	565,5
Cultura e arte	200,6	165,2	164,7	168,8
Esportes	117,1	117,5	121,5	125,9

Fonte: Anuário Estatístico de Cuba 1996,1998, 2001; e Cuba em Cifras 1997, ONE. In: Carranza Valdez e Díaz Vázquez (2005, p. 74)

Com isso, o governo não apenas conseguiu manter os indicadores sociais, como avançou em algumas áreas, ampliando os direitos e as conquistas sociais. Um exemplo foi a área da saúde, que além da manutenção da cobertura dos serviços, ampliou a eficiência com investimentos na área administrativa e na medicina preventiva, conseguindo elevar a esperança de vida ao nascer, que passou de 74,6 no período de 1985-1990, para 76,2 no período de 1995-2000; também reduziu a mortalidade infantil de 15,9% dos nascidos vivos, apurada no período de 1985-1990, para 9,6% no período de 1995-2000; e ampliou os serviços ofertados à população

elevando o número de médicos, de consultas e leitos hospitalares (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005).

Na educação, as medidas do governo permitiram manter a oferta do serviço e a cobertura educacional, que segundo Carranza Valdez e Díaz Vázquez (2005), em 1999, foi de um habitante inserido no sistema de ensino para cada cinco habitantes. Porém, no ensino médio e no ensino superior registrou-se uma queda no número de matrículas no período de 1994 a 1999. Outro resultado negativo foi a redução no número de docentes.

Para além dos resultados descritos acima, que permitem identificar êxitos e retrocessos alcançados pelas medidas de ajuste econômico em termos de indicadores, é preciso compreender as contradições decorrentes de tais medidas a partir das mudanças estruturais que as mesmas causaram no modelo econômico e social da transição socialista. Em resumo, as medidas de enfrentamento da crise e o ajuste econômico ao inserir mecanismos monetários e mercantis ao modelo econômico e social de Cuba produziram reflexos contraditórios no interior do processo revolucionário, pois ao mesmo tempo em que permitiram ao país manter o socialismo, as conquistas sociais e recuperar o crescimento econômico, implicaram retrocessos do ponto de vista de alguns valores e princípios defendidos pela revolução.

3.3.1 Mudanças na estrutura da transição socialista: novas formas de propriedade e o funcionamento dual da economia

Até o final da década de 80, a propriedade estatal era a principal forma de propriedade reconhecida pela constituição cubana, mas a partir da reforma constitucional realizada em 1992, o Estado passou a ser o proprietário apenas dos meios fundamentais de produção e abriu-se a possibilidade da transmissão parcial ou total dos meios de produção para pessoas físicas ou jurídicas. Essas alterações não apenas permitiram a existência da propriedade privada, como deram legalidade constitucional ao Decreto-Lei nº 50, que previa a criação de empresas associadas ao capital internacional na forma de investimento estrangeiro no país. A lei de investimentos estrangeiros promulgada em 1995 deu início à expansão desses investimentos na economia cubana que, em 1998, já contava com 260 associações econômicas internacionais de vários países constituídas em Cuba. Os principais setores que receberam esses investimentos foram o turismo, a mineração e extração de petróleo e gás.

Essa forma de propriedade ficou diretamente relacionada ao chamado “setor emergente” da economia cubana, pois esse abrigava as empresas associadas ao capital externo e as atividades geradoras de divisas, como o turismo (NOGUERA, 2004).

O Decreto-Lei nº 142, que criou as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC), inseriu uma nova forma de gestão da terra, ao transformar grandes extensões de terras em pequenas áreas que foram concedidas a agricultores na forma de usufruto, para funcionarem sob a forma de cooperativas com a propriedade garantida sobre a produção e os ganhos provenientes da mesma. Ao reativar os mercados agropecuários, os agricultores, depois de cumpridos os compromissos de fornecimento de alimentos junto ao mercado estatal, foram autorizados a ofertar seus produtos diretamente ao consumidor, obtendo uma margem considerável de lucratividade nas transações.

Outra alteração na estrutura de propriedades foi a liberação para o exercício do trabalho por conta própria, que estava relacionado ao artigo 21 da constituição cubana, onde estava prevista a possibilidade da propriedade privada sobre os meios e instrumentos de trabalho pessoal ou familiar, desde que não envolvesse exploração de trabalho alheio (NOGUERA, 2004). Com isso, foi liberado um conjunto de serviços para serem oferecidos à população sob a forma de trabalho por conta própria e regulados pelos mecanismos de mercado.

Assim, as medidas empreendidas pelo governo alteraram um dos fundamentos do modelo de transição socialista cubano, que foi a ampliação do papel da propriedade privada no interior do mesmo. Apesar da propriedade estatal continuar sendo a forma hegemônica de propriedade dos meios de produção, a propriedade privada ganhou espaço em setores estratégicos da economia cubana que tornaram-se nos mais dinâmicos.

Ao mesmo tempo em que possibilitaram ao país manter o caminho do socialismo e reverter a deterioração econômica e social, o reconhecimento e expansão dessas formas de propriedades combinados aos mecanismos de mercado alteraram o funcionamento do modelo de transição socialista cubana. Isso ocorreu, sobretudo, porque com essas novas formas de propriedade criou-se dentro da transição socialista um espaço com predomínio da propriedade privada, regulado por mecanismos de mercado.

O modelo de transição socialista cubano, além da propriedade estatal sobre os meios de produção, tinha como elemento fundamental a planificação centralizada da economia, tendo o

plano como instrumento de direção e gestão. Com o reconhecimento das novas formas de propriedade e a descriminalização da posse e uso do dólar, amplos setores da economia cubana passaram a operar com mecanismos de livre mercado.

Assim, enquanto um conjunto de setores chamado “setor emergente” começou a funcionar com um sistema de gestão empresarial descentralizado, com relativa autonomia em relação ao plano, regulado por mecanismos de mercado baseados na lei da oferta e demanda e tendo o dólar como moeda de transação comercial, uma parte majoritária da economia prosseguiu tendo o plano como instrumento de direção e a planificação centralizada como modelo de gestão. Essa combinação de plano e mercado caracterizou o funcionamento dual da economia cubana.

Nesse sentido, ao analisar as consequências da abertura externa da economia cubana, Ferriol Muruaga (1998, p. 36, tradução nossa) fala da criação do “setor emergente”, afirmando que

[...] o processo de abertura externa conduziu implicitamente à modificação das bases do sistema de planificação centralizada, ao propiciar a criação de um setor emergente constituído por empresas mercantis, esquema de autofinanciamento e representações de firmas estrangeiras. Dito setor opera em divisas, se autofinancia com relativa independência em relação ao plano e se organiza sobre bases legais e institucionais próprias.

Dito de outra forma, o funcionamento dual não se caracterizou apenas pela utilização de mecanismos de mercado como forma de regulação, mas também pela utilização de divisas nas transações comerciais e pela forma de propriedade. Essa forma de funcionamento da economia, ao mesmo tempo em que trouxe resultados positivos criando as condições para a recuperação econômica, inseriu elementos contraditórios no interior da transição socialista cubana com importantes consequências sociais, como o reaparecimento das desigualdades sociais e da pobreza.

3.3.2 A reestruturação do emprego e da renda decorrentes do ajuste econômico

Até 1990, os objetivos perseguidos pela revolução em relação ao mercado de trabalho e à política salarial foram a eliminação do desemprego como um problema social, a manutenção do pleno emprego com a garantia dessa condição através dos empregos estatais, uma gestão eficiente da força de trabalho, a garantia de pagamento igual para trabalho igual e a manutenção de diferenças salariais em níveis considerados aceitáveis (FERRIOL

MURUAGA, 2000). Além disso, em uma sociedade socialista, é preciso que o trabalho não seja apenas fonte de produção de riqueza e satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, mas que se transforme primordialmente na forma de desenvolver as capacidades do ser humano e de realização do próprio homem. Assim, mais do que os objetivos expostos acima, a revolução cubana buscou estruturar um modelo de transição econômico e social em que o trabalho assumisse essa função de transformação do próprio homem e da sociedade. Porém, as medidas de enfrentamento da crise e a reforma econômica produziram mudanças significativas na estrutura dos empregos e da renda das famílias, afetando não apenas os objetivos da revolução, mas o papel do trabalho e do salário na transição socialista cubana.

A abertura da economia ao capital externo e a criação de um setor emergente ainda no auge da crise ampliaram as ocupações no setor privado da economia, que passou a exercer uma forte atração sobre os trabalhadores para as oportunidades de emprego geradas nesse setor. Posteriormente, com a reforma econômica que autorizou o trabalho por conta própria e criou as cooperativas de produção, a participação do setor não estatal na estrutura de empregos em Cuba expandiu e, em 1995, alcançou o patamar de 18,5% do total de empregos (Tabela 12), ou seja, quase 20% dos empregos em Cuba, naquele ano, eram no setor não estatal. Essas novas formas de ocupação do setor não estatal propiciaram aos trabalhadores obter rendimentos maiores do que no setor estatal.

TABELA12 - VARIAÇÕES NA ESTRUTURA DO EMPREGO EM CUBA (1989 A 2000)

Ano	Estatal	Não Estatal*	Total
1989	95%	0,5%	100%
1995	79,5%	18,5%	100%
2000	77,5%	22,5%	100%

Fonte: Cálculos do autor utilizando diversas informações da imprensa, do ministério do trabalho e dos anuários estatísticos de Cuba. In: Togores González, 2003, p. 24.
Nota: * Inclui as empresas mistas, as Cooperativas de produção agropecuária e de crédito e serviços, além dos trabalhadores privados e por conta própria.

O êxodo de trabalhadores do setor estatal para o setor não estatal foi marcado pela dissociação entre a ocupação e a formação dos trabalhadores. Diante da possibilidade de obter uma renda maior no setor emergente, os trabalhadores optavam por trabalhar em ocupações que não

eram compatíveis com sua formação, sacrificando a qualificação adquirida. Assim, além de deslocar a força de trabalho qualificada do setor tradicional para o setor emergente e demais atividades ligadas ao setor privado, essa movimentação ocorria sem a preocupação com alocação dos trabalhadores em postos de trabalho correspondentes à sua formação.

TABELA 13 - EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO NA ECONOMIA CUBANA

(Em %)	
Ano	Taxa de Desemprego
1990	5,4
1994	6,5
1997	7,1
1999	6,3

Fonte: Cepal - Panorama Econômico e Social: anexo estatístico. Elaboração Própria

Essas medidas associadas à manutenção dos empregos dos trabalhadores no setor tradicional conseguiram manter a ocupação dos trabalhadores apesar da contração econômica registrada nos primeiros anos da década de 90. A Tabela 13 mostra que o desemprego na economia cubana cresceu como reflexo da crise, registrando uma taxa de 7,1% em 1997. Nos anos seguintes a taxa voltou a diminuir, apesar de não retornar aos níveis anteriores à crise.

Assim, apesar do crescimento da taxa de desemprego, esse registro se manteve em patamares baixos, principalmente se comparada à taxa de desemprego em outros países da América Latina que passaram por um processo de abertura externa. Isso ocorreu principalmente porque o governo buscou conciliar os objetivos econômicos da reforma com os objetivos sociais, preservando os empregos e salários dos trabalhadores.

Em relação à renda, as medidas de administração da crise ocasionaram, inicialmente, uma perda do poder de compra dos salários nos primeiros anos da década de 90 afetando o papel incentivador dos mesmos. Segundo Ferriol Muruaga(1998, p.38, tradução nossa)

“as decisões dirigidas para garantir a satisfação das necessidades essenciais em condição de escassez tiveram como contrapartida a diminuição da parte do consumo a que a população tem acesso com seus ingressos monetários, o que repercutiu de forma adversa sobre o estímulo ao trabalho”.

Isso ocorreu devido à combinação dos seguintes fatores: aumento da liquidez decorrente dos aumentos dos salários concedidos aos trabalhadores do setor estatal e dos benefícios ligados à

seguridade social, contração da oferta de bens de consumo no mercado estatal e um aumento generalizado dos preços dos produtos ofertados no mercado ilegal. De maneira geral, o governo aumentou os salários e os benefícios da seguridade social no auge da crise para tentar manter as condições de vida da população. Mas, em um cenário de escassez da oferta, isso gerou um aumento na liquidez. Em paralelo, ocorreu a ampliação da economia “*sumergida*”, ou informal, onde se comercializavam bens e serviços não autorizados ou que a oferta era insuficiente no mercado racionado. Esse mercado ganhou grande importância e durante o auge da crise tornou-se altamente lucrativo para aqueles que participavam ofertando produtos. Porém, como funcionava sob a lei da oferta e demanda e tinha como parâmetro a taxa de câmbio não oficial, os preços eram extremamente elevados, excluindo uma parte importante dos trabalhadores (principalmente aqueles do setor estatal) do acesso aos bens e serviços ofertados (FERRIOL MURUAGA, 1998).

Com a retração da oferta de produtos no mercado racionado, os salários deveriam garantir aos trabalhadores o acesso aos bens e serviços de consumo necessários à sua sobrevivência; porém, com a combinação dos fatores expostos acima, os salários não eram suficientes para cobrir a cesta de produtos básicos para a satisfação das necessidades mínimas dos trabalhadores. Isso além de representar a perda da função do salário, levou os trabalhadores a buscarem outras ocupações em que pudessem complementar seus rendimentos ou obter rendimentos maiores e em divisas. Dessa forma, o setor emergente que oferece salários maiores tornou-se um polo de atração dos trabalhadores, assim como o trabalho por conta própria, que permite aos trabalhadores auferir rendimentos melhores.

Assim, a mudança na estrutura de ocupação dos trabalhadores criou novas formas de ocupação da força de trabalho e alterou a composição geral da renda, desencadeando uma diversificação das fontes de procedência da renda, conforme exposto no Quadro 3. Além dos rendimentos obtidos como remuneração pelo trabalho, adquiram importância nos rendimentos das famílias as rendas não relacionadas ao trabalho, que no caso, foram as remessas enviadas por parentes do exterior às suas famílias na ilha. Além de se tornarem a terceira maior fonte de entrada de divisas no país, as remessas passaram a ser uma fonte inquestionável de recursos monetários para o consumo de bens e serviços das famílias cubanas (TOGORES GONZÁLEZ, 2007).

Em relação às rendas ligadas ao trabalho, deixando de lado os salários e benefícios da seguridade social provenientes do setor estatal - que continuou sendo a principal fonte de

renda para a maioria das famílias cubanas -, com o ajuste econômico, o setor privado não apenas aumentou sua participação na composição geral da renda como colaborou para a diversificação de rendimentos. No setor não estatal além dos salários pagos aos trabalhadores empregados no setor privado, também surgiram os ganhos obtidos no setor cooperativo e nos mercados agropecuários com a produção e comercialização de produtos e as renumerações dos trabalhadores por conta própria.

QUADRO 3 – DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS

Tipo	Setor da economia	Rendimento
Rendas do trabalho	Estatal	Salários e benefícios da seguridade social
	Não estatal	Salários
		Rendimentos do setor cooperativo Rendimentos do trabalho por conta própria
Rendas não relacionadas ao trabalho	Não estatal	Remessas do exterior

Fonte: TOGORES GONZÁLEZ, 2007. Elaboração Própria

Contudo, o principal efeito negativo da reforma econômica sobre a renda não foi a diversificação dos rendimentos, mas as desigualdades na distribuição da renda. Apesar de ter permanecido como a principal fonte de renda das famílias cubanas, os salários pagos no setor estatal eram bastante inferiores aos pagos no setor não estatal para atividades equivalentes ou que exigiam menor esforço e qualificação. Além disso, dentro do próprio setor privado também havia diferenciação da renda alcançada pelas famílias, dependendo da ocupação exercida. Togores González, (2007, p. 12, tradução nossa) explica isso da seguinte maneira:

[...] a renda dos trabalhadores independentes são muito superiores aos dos assalariados, e nada homogênea em seu interior, já que algumas dentro desse segmento, pelas características de sua atividade são especialmente altas, como por exemplo, os donos de pequenos restaurantes e dos camponeses privados e intermediários do mercado agropecuário que por situações de conjuntura e mau funcionamento da economia, têm acumulado em suas mãos grandes somas de dinheiro.

Quer dizer, as desigualdades na distribuição da renda favoreceram a constituição de um grupo social de renda elevada, que nem sempre estava associada ao trabalho, como o caso das remessas, e em outras situações estava dissociada da qualificação e complexidade do trabalho realizado.

Ao falar dessas consequências sobre a estrutura de estratificação social em Cuba, Ferriol Muruaga (1998) aponta que foram criadas condições para que alguns grupos alcançassem rendimentos pelo trabalho que não era compatível com a complexidade e intensidade da atividade desenvolvida resultando em uma desordem dos grupos socioprofissionais. Além disso, essa situação colaborou para o desestímulo ao trabalho e alterou as bases históricas da mobilidade social em Cuba, que durante anos esteve associada à elevação da qualificação e ao mérito do trabalho. Assim, além de uma ampliação das desigualdades na distribuição da renda, a reforma econômica ao inserir mecanismos que dissociou os rendimentos monetários do trabalho e da qualificação produziu consequências também sobre os parâmetros de mobilidade social.

3.3.3 A segmentação dos mercados e as mudanças no consumo como consequência da dualidade monetária e das novas formas de propriedade

Até o início da década de 90 o Estado foi o principal e quase exclusivo ofertante de bens e serviços para a população cubana, e a distribuição dos mesmos era realizada de forma universal, igualitária e em grande parte gratuita. Poucos foram os períodos e pequenos foram os espaços em que existiu outra forma de distribuição dos bens e serviços à população. Criado em 1962, o mercado “*normado*” ou “*racionado*” foi uma medida que buscava promover uma distribuição equitativa dos bens de consumo essenciais a todos os estratos sociais que constituíam a sociedade cubana de maneira a garantir a satisfação das necessidades básicas da população. Com a crise da década de 90, que provocou uma redução na oferta de bens e serviços, o mercado racionado tornou-se o principal mercado para acesso aos bens de consumo, sendo a alternativa a esse, o mercado ilegal que oferecia bens e serviços a preços elevados. Segundo Díaz Acosta (2010, p. 356), “no final de 1990 partindo da situação econômica vigente se insistia que a única forma de manter uma distribuição mais justa possível e, sobretudo, dos componentes da cesta básica era mediante o racionamento (libreta) [...]”.

Mas as medidas conjunturais empreendidas pelo governo para enfrentar a crise e reativar a economia inseriram alternativas para o acesso aos bens e serviços por parte da população. Na verdade, os mecanismos criados terminaram por alterar substancialmente a estrutura de distribuição dos bens e serviços, criando um ambiente complexo e singular para o acesso ao

consumo. A dualidade monetária e a constituição de espaços de consumo sob regulações diferentes promoveram a segmentação dos mercados, conforme exposto no Quadro 4.

QUADRO 4 – SEGMENTAÇÃO DE MERCADOS: MOEDA E REGULAÇÃO

Tipo de mercado		Tipo de moeda	Controle estatal	
Setor da população	Mercado racionado	CUP	Total	
	Mercados agropecuários:	MINAGRI*	CUP e	Parcial
		MINCIN**	CUP/taxa de câmbio	Parcial
		EJT	CUP	Parcial
	Mercado em divisas	CUC	Total	
Mercado informal ou negro	CUP e CUC	Nenhum		
Setor empresarial	Empresas estatais Cubanas 100% (incluindo as S.A)	CUP e CUC	Total	
	Empresas com capital estrangeiros	CUC, euro, dólar USA	Parcial	
	Sucursais	CUC, euro, dólar USA	Mínimo	
	Empresas cooperativas	CUP e CUC	Parcial	
	Setor (privado) conta própria	CUP e CUC	Parcial	

* Ministério da agricultura; ** Ministério do Comércio Interior;

Fonte: In: SÁNCHEZ-EGOZCUE e TRIANA CORDOVÍ, (2010, p. 111). Adaptação do autor.

O mercado “*normado*” ou racionado, totalmente controlado pelo Estado contava com a “*libreta*” de abastecimento, em que cada família tinha uma quota de alimentos da cesta básica que cobria 45-55% do consumo familiar mensal a preços subsidiados em pesos cubanos retirados na “*botega*”, sendo que pessoas com enfermidades, famílias com crianças e grávidas possuíam quotas especiais. Ainda existiam os mercados paralelos estatais de ofertada liberada, onde a população podia adquirir outros produtos a preços subsidiados para complementar o consumo e proporcionar a satisfação das necessidades básicas de roupas, calçados, alimentos, medicamentos, entre outros. Esses mercados eram a principal forma de acesso ao consumo de bens para a satisfação das necessidades básicas da maioria da população cubana, em especial dos trabalhadores do setor estatal.

A partir de 1994, para estimular o aumento da produção agrícola das UBPC, o governo autorizou novamente o funcionamento dos mercados agropecuários, onde os cooperados foram autorizados a vender o excedente da produção agrícola depois de cumpridas as obrigações com o setor estatal. Os mercados agropecuários, constituídos pelos mercados estatais, privados com preços topados, feiras agropecuárias e outros, eram parcialmente controlados pelo Estado, e as transações realizadas em pesos nacionais e pesos conversíveis.

Os preços dos produtos comercializados nesses mercados seguiam critérios de custos e equidade (SÁNCHEZ-EGOZCUE; TRIANA CORDOVÍ, 2010), mas possuíam como referência os preços dos produtos similares ofertados nas “*Tiendas de Recuperación de Divisas*”, por isso Nova González (2006) adverte que, em geral, os preços dos produtos ofertados nos mercados agropecuários eram elevados.

As “*Tiendas de Recuperacion de Divisas - TRD*” ofereciam produtos alimentícios não ofertados na libreta, artigos de higiene pessoal, utilidades para o lar, eletrodomésticos, entre outros, em pesos conversíveis. Os preços dos produtos ofertados nas TRD eram bastante elevados, pois sobre eles incidia um imposto que correspondia a no mínimo 200% sobre o preço dos produtos, tanto importados como nacionais. Com isso o governo conseguia captar as divisas em circulação e utilizá-las de forma a beneficiar toda a população, direcionando-as para suprir as necessidades de importação e financiamento dos gastos públicos (NOVA GONZÁLEZ, 2006).

Ainda no âmbito de acesso ao consumo por parte da população, existia a alternativa do mercado informal, chamado de mercado “negro”, onde eram ofertados produtos de procedência ilícita ou que estavam proibidos de serem comercializados. Sobre esse mercado, o governo não possui controle algum, tanto pesos nacionais como pesos conversíveis são utilizados na comercialização e os preços dos produtos são regulados pela oferta e demanda, sendo geralmente bem superiores aos dos produtos ofertados na libreta, mas inferiores aos preços dos produtos comercializados nas TRD (NOVA GONZÁLEZ, 2006).

A liberação para o exercício do trabalho por conta própria, em 1993, permitiu a constituição de um mercado onde trabalhadores poderiam oferecer alguns serviços como: reparos em geral, salão de cabeleireiro, carpintaria, táxi, costura e refeições rápidas. Esse mercado era parcialmente controlado pelo governo, as transações realizadas tanto em pesos nacionais como em pesos conversíveis e os preços eram regulados pela lei da oferta e da demanda.

Ainda é possível identificar um mercado constituído por empresas associadas ao capital externo, que operam tanto na oferta de bens e serviços diretamente à população e aos turistas, como no mercado de bens intermediários, além das sucursais de empresas estrangeiras no país, como filiais da empresa de materiais esportivos Adidas.

Além de tornar o consumo de bens e serviços extremamente complexos, essa estrutura de segmentação de mercados criou disparidades no acesso da população aos bens e serviços e atingiu valores fundamentais da revolução como justiça social e equidade. Quando no início da Revolução foi estruturado um modelo econômico e social para a transição socialista em Cuba, buscava-se a construção de uma sociedade homogênea em que a diferenciação dos grupos sociais fosse dada pela qualificação educacional e que todos tivessem garantida a satisfação de suas necessidades básicas por meio da política de gratuidade e universalização dos serviços sociais e da distribuição “*normada*” de bens de consumo. Assim, o consumo foi dissociado de transações comerciais e de rendimentos monetários e durante a década de 80 Cuba tornou-se referência pela qualidade de vida alcançada. Díaz Acosta (2010, p.351) afirma que durante a década de 80 “a qualidade de vida alcançada pela sociedade cubana era vista como a ideal, que repudiava os desejos consumistas”, e proporcionou a reprodução de uma sociedade em que o consumo assumiu a dimensão de “*consumo para ser*” (NOGUERA, 2004), não sendo, portanto o centro da vida cotidiana da sociedade.

Porém, a diferenciação de rendimentos que permitiu a constituição de um grupo social de pessoas com renda elevada, associada ao surgimento dos mercados segmentados que ampliaram a oferta de bens e serviços, imprimiu contornos de pluralidade na capacidade de acesso ao consumo das famílias cubanas. Isso porque a maioria da população tinha seu consumo restrito aos bens e serviços ofertados no mercado racionado e paralelo de oferta liberada, cobrindo precariamente as necessidades mínimas de sobrevivência. Por outro lado, as famílias que auferiam renda elevada, além de terem garantida a satisfação de suas necessidades básicas no mercado racionado, podiam satisfazer seus desejos de consumo ao ter acesso a um conjunto de bens e serviços restritos ao restante da população devido aos preços elevados. É nesse sentido que Noguera (2004) fala que o consumo em Cuba começou a assumir contornos do “consumo para ter”, sendo esse mais um aspecto que reflete a diferenciação social que se constituiu no interior da transição socialista cubana como efeito do ajuste econômico.

3.3.4 O aparecimento das desigualdades sociais e o ressurgimento da pobreza

Até a vitória do movimento revolucionário em 1959, a população cubana vivia uma situação de precariedade e pobreza que era resultado da alta taxa de desemprego, da concentração da

renda e da riqueza e do atraso econômico característico do modelo neocolonial que direcionava a economia do país. Assim, entre os objetivos do movimento 26 de julho, buscava-se a redução das desigualdades e a constituição de uma sociedade mais equitativa. Quando se declarou o caráter socialista da revolução e promoveu a estatização dos meios de produção, criaram-se as condições para alcançar esse objetivo. Mas isso apenas não foi suficiente, a construção de um modelo econômico e social baseado na combinação de objetivos econômicos e sociais de forma integrada, com a eliminação de fontes importantes de geração e reprodução da desigualdade e da pobreza, permitiu ao país alcançar indicadores que apontaram uma homogeneização social e eliminação da pobreza¹⁸. Segundo Togores González (2007, p.1, tradução nossa) após a vitória revolucionária, “[...] a equidade passa a ser a norma social e a diferenciação entre os indivíduos ou grupos se estabelece, primordialmente, pela qualificação educacional e o trabalho; sem que existam distâncias significativas entre os diferentes grupos sociais”.

Mas a crise e o ajuste econômico tiveram impacto direto sobre essas conquistas da revolução; como exposto acima, as mudanças nas formas de propriedade, a segmentação dos mercados e as alterações na estrutura do emprego e da renda fizeram surgir grupos socioeconômicos diferentes tanto pela ocupação como pela renda alcançada. Ao estudar as políticas de atenção à pobreza e às desigualdades em Cuba, Espina Prieto (2008) afirma que, um dos efeitos sociais mais significativos é a ampliação das desigualdades sociais e o surgimento de novos atores socioeconômicos. Para a autora, o aumento da pobreza está diretamente relacionado a tais efeitos sociais negativos (ESPINA PRIETO, 2008).

As medidas empreendidas pela revolução permitiram eliminar as relações de exploração e expandir o setor de propriedade estatal, o que resultou em uma “desestratificação social”, em que a estrutura social perdeu alguns estratos, diminuindo a distância socioeconômica no seio da sociedade. Além disso, a estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo revolucionário desconectou do mercado e dos rendimentos familiares e individuais a superação da pobreza e das desigualdades e responsabilizou diretamente o setor público por essas tarefas (ESPINA PRIETO, 2008).

¹⁸ Texto que trabalha com a tese de erradicação da pobreza em Cuba: CARRIAZO MORENO, G.; LUIS RODRÍGUEZ, J. La erradicación de la pobreza en Cuba. 1987.

Por outro lado, o que tem ocorrido em Cuba desde 1989, é um processo de “reestratificação social”, em que a estrutura social ganha novos estratos, caracterizando um aumento nas distâncias socioeconômicas entre os componentes de tal estrutura. São apontados como elementos desse processo de “reestratificação social”: a multiplicação de estratos sociais relacionados à diversificação dos vínculos de propriedade, divisão social do trabalho, fontes e tipos de rendas; o processo de territorialização e espacialização das desigualdades; e a polarização da renda.

Em relação ao primeiro elemento, é possível afirmar que as medidas de ajuste diversificaram os tipos de propriedade dos meios de produção (propriedade mista e outras formas de propriedade), abriram espaço para outras formas de ocupação e vínculo da força de trabalho (auto-emprego, setor privado), permitiram novas fontes de renda além do trabalho assalariado (conta própria, cooperativas e remessas) e ampliaram os mecanismos de mercado na distribuição (criação dos mercados de produtos agropecuários, criação dos mercados de produtos industriais e artesanais e eliminação de gratuidades não relevantes). Com essa diversificação das formas de propriedade e, portanto, do vínculo de ocupação da força de trabalho criou-se no interior da sociedade cubana novos grupos que se diferenciam pelo tipo de vínculo e pela renda que auferem a partir do trabalho (ESPINA PRIETO, 2008).

O segundo elemento da “reestratificação social” está relacionado à seletividade territorial ocasionada pelo ajuste. Algumas províncias que historicamente possuíam mais vantagens competitivas e comparativas destacaram-se e avançaram na recuperação econômica, enquanto outras não receberam os mesmos estímulos e oportunidades e não conseguiram avançar (ESPINA PRIETO, 2008).

Por fim, tem-se a polarização da renda como o terceiro elemento, e o que está diretamente ligado ao problema da pobreza. A reforma, ao diferenciar o esquema de estímulos materiais, tornou alguns setores mais vantajosos com relação à remuneração e criou algumas distorções. Primeiro as empresas ligadas ao setor emergente passaram a pagar salários maiores, enquanto que os trabalhadores do setor estatal viram seus salários estacionar e a inflação reduzir o poder de compra dos mesmos, não cobrindo as necessidades básicas da família. Segundo, que a possibilidade de operar com divisas tornou as remessas enviadas por parentes residentes no exterior uma fonte de renda importante, em especial, por permitir aos beneficiados satisfazerem suas necessidades básicas e complementarem seu consumo com uma cesta de produtos restritos à população em geral.

Em resumo, mesmo mantendo as principais conquistas da revolução, as reformas de ajuste da década de 90 criaram distorções que impactaram diretamente o bem-estar das famílias cubanas ao tornar uma parte delas exposta às situações de desequilíbrio e mais dependente de rendimentos monetários para a satisfação de suas necessidades, enquanto que, outra parte das famílias manteve ou aumentou seus rendimentos monetários a partir de oportunidades abertas pela reforma.

Dessa forma, Cuba chegou ao final dos anos noventa considerando que a reforma econômica alcançou seus objetivos, que eram: a defesa do socialismo, a recuperação econômica e a manutenção das conquistas sociais da revolução. Mas as medidas que permitiram ao país êxito nos objetivos traçados para o ajuste econômico, ao alterar elementos estruturais da transição socialista cubana, também produziram efeitos negativos que afetaram diretamente valores fundamentais da revolução, como justiça social e equidade, além de terem produzido uma diversificação das relações e dos atores sociais que se articulam no interior da sociedade cubana.

3.4 AS ESTRATÉGIAS DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA PARA ENFRENTAR OS EFEITOS DO AJUSTE ECONÔMICO E OS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS ALCANÇADOS NO PERÍODO DE 2000 A 2008

Cuba iniciou a primeira década do século XXI buscando adaptar o funcionamento de seu modelo econômico e social à nova realidade socioeconômica gestada pelo “período especial” e pelo ajuste econômico da década de 90. Somam-se a isso ainda os prejuízos causados pelo furacão que assolou o país em 2001, os efeitos da crise econômica iniciada após os ataques de 11 de setembro de 2001 e a manutenção do bloqueio americano ao país. Assim, o governo buscou traçar estratégias que garantissem a manutenção do crescimento econômico diante das condições adversas que marcaram o início da década, mas que permitissem também avançar na redução das desigualdades sociais e na melhoria das condições de vida da população cubana.

O que se observou a partir de 2004 foi a implementação de novas e ousadas medidas econômicas e sociais, que permitiram ao país viver um ciclo de desenvolvimento econômico e social favorável, marcado, principalmente, pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB),

pela consolidação de mudanças estruturais no funcionamento da economia e por uma ação maior do Estado buscando ampliar e melhorar os serviços sociais básicos destinados à população. Ao falar desse conjunto de medidas adotadas pelo governo cubano, Xalma (2007) destaca que ao invés de aprofundar a reforma realizada na década de noventa, elas buscaram reverter a dolarização e a ampliação do setor privado na economia e, conseqüentemente, enfrentar as contradições provocadas pelo ajuste no âmbito social. Isto é, considerando que a crise dos anos 90 estava superada e, portanto, o processo de reforma econômica concluído, essas medidas fizeram parte de uma nova estratégia do governo cubano para avançar na transição socialista, aplacando os efeitos adversos gerados na década anterior.

No âmbito econômico as medidas começaram a ser implantadas em outubro de 2004, com a suspensão do fornecimento de novas licenças para o exercício do trabalho por conta própria e com a substituição do dólar americano pelo peso conversível (CUC) em todas as transações comerciais internas (XALMA, 2007). Em dezembro de 2004, a resolução 92 do Banco Central de Cuba criou a Conta Única de Divisas do Estado, onde todas as instituições cubanas e empresas estatais, a partir de janeiro de 2005, ficaram obrigadas a depositarem suas receitas em divisas e em peso conversível. Assim, o Banco Central de Cuba passou a centralizar as divisas que entravam no país e a controlar todas as transações de empresas cubanas que envolviam divisas fornecendo aprovação previa à realização das mesmas e, dessa forma, garantindo o pagamento por parte das empresas cubanas a terceiros. Ainda nesse processo de reversão da dolarização e valorização da moeda nacional, em março de 2005 o governo fixou a taxa de câmbio em 24 pesos nacionais por um peso conversível ($24CUP=1CUC$) e promoveu uma revalorização do peso conversível frente ao dólar de 8% (TRIANA CORDOVÍ, 2004).

Também foram realizados ajustes na política de abertura aos investimentos e empresas estrangeiras, sendo que a primeira decisão foi a suspensão da instalação de novos operadores nas Zonas Francas (ZF), também chamadas Zonas Logísticas Especiais, e a revisão dos objetos sociais das companhias estrangeiras com a fixação de um prazo de três anos para que os operadores instalados nesses locais apresentassem novas propostas de negócios. Segundo Marquetti Nodarse (2005), entre as motivações para essas decisões está o fato de que as empresas localizadas nas Zonas Francas tinham caráter comercial ou de prestação de serviço e apresentavam baixa complexidade técnica, desenvolvendo atividades de pequeno impacto

econômico. Em conjunto com isso, o governo iniciou um processo de revisão das autorizações concedidas a empresas para atuar no comércio exterior.

Ainda em relação à inserção de Cuba no mercado internacional, no final de 2004 o governo anunciou acordos importantes com a China e a Venezuela. O acordo com aquela postergou o pagamento de obrigações financeiras e gerou novos créditos para investimentos nos setores de transporte, comunicação, indústria manufatureira e, principalmente, exploração do níquel. Essa parceria produziu um alívio sobre as finanças externas cubanas. Com a Venezuela, o acordo firmado permitiu ao país adquirir combustível a preços preferenciais para ampliar a geração de energia e, em contrapartida, ofertar à Venezuela serviços a preços também preferenciais, além do financiamento de importantes projetos produtivos e de obras de infraestrutura e da utilização da infraestrutura cubana para distribuição de petróleo para a região do Caribe (TRIANA CORDOVÍ, 2004).

Em relação à renda da população, o governo iniciou, ainda em 2005, a implementação de importantes medidas. A primeira foi a concessão de um aumento nas pensões situadas na faixa entre 55 e 290 pesos, elevando para 150 a 300 pesos. Esse aumento beneficiou cerca de 97% dos segurados do sistema de seguridade social. Nessa mesma ocasião, o governo também anunciou uma ajuda de 50 pesos às famílias cubanas pobres (REBELION, acesso em 30 set. 2012). Além disso, elevou o salário de 100 pesos para 225 pesos e concedeu aumento salarial para os trabalhadores da área de saúde e educação (XALMA, 2007). Essa expansão dos rendimentos nominais e da melhoria da renda da população tinha como objetivo principal reduzir as diferenças de rendimentos entre os trabalhadores do setor estatal e pensionistas dos demais trabalhadores do setor privado.

Em novembro de 2005, ao realizar um discurso na Universidade de Havana em comemoração aos 60 anos de seu ingresso na universidade, Fidel Castro reconheceu os erros, defeitos e falhas do modelo de transição socialista cubano, destacando principalmente a desigualdades de rendimentos, a corrupção e os subsídios que beneficiavam a todos, inclusive pessoas com altos rendimentos e que não necessitavam de ajuda. Como exemplo, citou os subsídios concedidos à eletricidade e ao combustível, que favorecem os ricos que recebem remessas e os trabalhadores por conta própria voltados para o turismo, que têm acesso a renda maior. Nesse sentido, afirmou que “subsídios ou gratuidades, somente em coisas essenciais e vitais. Não se cobrará serviços médicos, nem educacionais, nem serviços similares” (CASTRO RUZ, 2005), mas destacou a necessidade de cobrar pela habitação e de acabar com a “libreta”.

Nessa ocasião, Fidel Castro reconheceu a corrupção e falou do roubo de materiais e recursos que ocorriam nas fábricas e demais instituições estatais, com destaque para o roubo de combustível, destacando que durante o período especial essas práticas se intensificaram e acabaram por favorecer um grupo de pessoas que se tornaram ricas. Ele conclamou o povo a enfrentar tanto a corrupção como o desperdício.

Nós estamos convidando todo o povo para que coopere com uma grande batalha, que não é somente a batalha do combustível, da eletricidade, é a batalha contra todos os roubos, de qualquer tipo, em qualquer lugar. Repito: contra todos os roubos, de qualquer tipo, em qualquer lugar (CASTRO RUZ, 2005, tradução nossa).

Ao mostrar o custo financeiro da corrupção e do desperdício para o país, Fidel Castro pontuou que a corrupção, mais que uma questão ética, era uma questão econômica vital, porque afetava diretamente os gastos, onerando o orçamento público. Nesse mesmo mês, o governo anunciou o aumento das tarifas de energia elétrica.

3.4.1 A estratégia no âmbito social: uma “Batalha de Ideias”

No âmbito social, em 1999, o governo iniciou ações importantes para corrigir os efeitos adversos e contraditórios desencadeados pelo ajuste econômico da década de 90. Diante da recuperação do crescimento econômico, o governo novamente priorizou avançar no campo das conquistas sociais, adotando como estratégia principal o desenvolvimento social do país, a partir de um conjunto de programas intitulados “Batalha de Ideias”, que tinham como objetivo principal elevar a qualidade de vida da população cubana a patamares superiores ao alcançado até então. Segundo Ferriol, Castiñeiras e Therborn (2004, p. 164, tradução nossa) o que se produziu a partir de 2000 foi uma verdadeira “[...] revolução social dentro do desenvolvimento social alcançado [...]”, em que as mudanças envolveram desde a concepção à execução das ações no âmbito social. Apesar da “Batalha de Ideias” ter iniciado ainda 1999, durante os anos 2000 a estratégia do governo foi de consolidação e ampliação dos programas elaborados.

Formulado conceitualmente pela alta cúpula do país e executado fundamentalmente pelas organizações juvenis, esse conjunto de programas chamado “Batalha de Ideias” apresentava um caráter mais personalizado e tinha como elemento central a institucionalização do trabalhador social, cuja função era identificar e analisar os problemas das famílias nas comunidades em que trabalhavam. Essa nova concepção partiu do entendimento de que

conhecendo melhor as famílias, seus problemas e necessidades era possível realizar um atendimento mais adequado, eficiente e com menor custo (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004).

As ações setoriais de educação, saúde, cultura e arte, esportes, seguridade social e assistência social, segurança alimentar e emprego foram orientadas por cinco principais diretrizes sintetizadas como: 1) Avançar na promoção de educação e cultura, buscando preservar os valores éticos, a identidade e a soberania nacional; 2) Elevar a expectativa de vida de maneira saudável a níveis equivalentes ou superiores ao dos países mais desenvolvidos; 3) Melhorar as condições de vida com equidade e igualdade de oportunidades; 4) Aperfeiçoar o modelo social, assim como o modo e estilo de vida; 5) Reforçar a cooperação com ações de solidariedade com outros países (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004).

Na área da educação, os objetivos pretendidos e as principais ações estão resumidos no Quadro 5. Esse conjunto de programas promoveu uma reestruturação na educação cubana, transformando principalmente a educação secundária, que reduziu o número máximo de alunos para 15 estudantes em cada sala de aula e proporcionou a formação de professores capacitados para acompanhar os alunos durante os 3 anos desse nível de ensino.

QUADRO 5 – “BATALHA DE IDEIAS”: SÍNTESE DOS OBJETIVOS E PRINCIPAIS PROGRAMAS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Objetivos	Programas
1) Avançar na formação integral das crianças e jovens; 2) Criar alternativas para garantir a continuidade dos estudos de toda a população; 3) Aumentar o número de docentes; 4) Melhorar as condições materiais dos espaços de ensino.	Escola Primária
	Redução do número máximo de alunos por sala de aula para 20 estudantes; Formação emergencial de professores para a escola primária; Inclusão de recursos audio visuais e de informática em todas as escolas; Reforma, reparação e adequações na infraestrutura de ensino e troca do mobiliário; Criação de centros especializados para a produção de software e vídeos educativos; Edição de material didático e obras literárias para as bibliotecas escolares.
	Escola Secundária
	Reforma e ampliação da infraestrutura de ensino; Redução do número máximo de alunos por sala de aula para 15 estudantes; Instauração de ensino em horário integral em todas as escolas secundárias; Formação integral de professores para que possam acompanhar os mesmos alunos nos 3 anos da escola secundária;

	Inclusão de recursos audio visuais e de informática em todas as escolas.
	Ensino Universitário
	Universalização do ensino superior; Criação de uma universidade para os adultos da terceira idade, aposentados, pensionistas e donas de casa que desejem continuar estudando; Criação da universidade de Ciências Informáticas.

Fonte: Ferriol, Castiñeiras, Therborn (2004, p. 165) e García Álvarez, Anaya Cruz (2007, p. 5-6)

Na saúde, outra área historicamente priorizada pela transição socialista cubana, o conjunto de programas teve como diretrizes principais a melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população, o estímulo à adoção de um estilo de vida saudável e o espírito cooperativo e de solidariedade para com outros países. O Quadro 6 apresenta um resumo dos principais programas.

QUADRO 6 - RESUMO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS NA “BATALHA” DA SAÚDE

Programa	Descrição
Programa nacional de saúde e qualidade de vida	Promover estilos de vida saudáveis erradicando hábitos alimentares considerados não saudáveis, sedentarismo, tabagismo, alcoolismo, assim como agindo na prevenção contra acidentes, doenças sexualmente transmissíveis e consumo de drogas;
Formação emergencial de enfermeiros	Formar 4.000 enfermeiros a cada 2 anos para responder à demanda de profissionais do sistema de saúde;
Programa de farmácias	Reparação da rede de farmácias e modernização e informatização da distribuição dos medicamentos;
Programa de produção nacional de medicamentos	Investimentos para ampliar a capacidade de produção de medicamentos, buscando atender 100% da demanda;
Programa integral de saúde	Envio de profissionais de saúde a países necessitados de ajuda e apoio;
Escola Latinoamericana de Medicina (ELAM)	Criação da escola para a formação de médicos de diversos países da America Latina, assim como a garantia de condições materiais e ajuda financeira para os alunos;
Programa de desenvolvimento policlínico integral	Descentralização em policlínicas de importantes serviços médicos que anteriormente eram ofertados apenas em hospitais;
Reparação e modernização de hospitais	Reforma e aquisição de equipamentos para hospitais.

Fonte: García Álvarez, Anaya Cruz (2007, p. 10 e 11)

A área da cultura foi priorizada dentro da nova estratégia social delineada pela transição socialista cubana, o conjunto de programas estruturado buscou favorecer a criação artística e

literária de maneira a aumentar a produção, promoção e circulação dos produtos e serviços culturais. As diretrizes principais eram a valorização da cultura nacional e universal e o estímulo à participação na vida cultural do país (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004). As ações envolveram investimentos em equipamentos audiovisuais, de edição e impressão, buscando expandir a produção de vídeos, filmes, livros e demais produtos e serviços artísticos e culturais. Também foram realizadas reformas estruturais em espaços culturais e bibliotecas, assim como ampliação de acervos, do número de trabalhadores e de equipamentos. Investiu-se na descentralização do ensino artístico, de maneira a promover a diversidade artística nas províncias e na formação de instrutores de artes (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2007).

Na área esportiva, a prioridade foi a criação da Escola Internacional de Educação Física e Desportos, para a formação de profissionais de educação física pautados na solidariedade humana. Também foram realizados investimentos em centros de treinamento esportivo de alto rendimento e destinada ajuda a atletas e ex-atletas cubanos (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004).

A melhoria da alimentação do cubano também fez parte da “Batalha de Ideias”, com ações voltadas para aumentar o aporte nutricional da dieta diária da população, tendo uma atenção especial com os grupos mais vulneráveis: crianças, idosos, doentes, grávidas e lactantes. Destaca-se o incremento na quantidade de alguns produtos distribuídos pela “libreta”, como: arroz, feijão, carnes, óleo vegetal e iogurte de soja. Também foram realizados investimentos para reforçar a qualidade dos produtos alimentícios ofertados à população com acréscimo de elementos importantes para a dieta nutricional. Nas escolas, os jovens passaram a ter garantida a merenda escolar para todo o ensino secundário, e as crianças tiveram uma melhoria na qualidade dessa alimentação com a inserção de hortaliças (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2007).

Na área da seguridade social e da assistência social, a grande inovação foi a atuação dos trabalhadores sociais que identificam as necessidades concretas das famílias nas comunidades onde atuam e proporcionam um atendimento diferenciado. Além de ajudas monetárias, foi estruturada uma série de serviços sociais direcionados às necessidades dos idosos, mães solteiras, crianças em situação de vulnerabilidade e pessoas com necessidades especiais (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004).

A política de emprego também foi alvo da “Batalha de Ideias”, e uma das estratégias de atuação foi a requalificação dos trabalhadores desocupados e a elevação da escolaridade, com destaque para o programa “emprego de estudar”, que previa um investimento em conhecimento, com retorno apenas a médio e longo prazo. Outra estratégia da política de emprego foi a criação de novos postos de trabalho a partir da implementação dos programas sociais. Cabe destacar ainda a atenção especial destinada às províncias com taxas elevadas de desemprego, onde se buscou ampliar a oportunidade de trabalho (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004).

3.4.2 Evolução dos indicadores econômicos e sociais do período 2000 a 2008

O conjunto de estratégias econômicas e sociais adotadas pelo governo permitiu à transição socialista cubana alcançar resultados bastante favoráveis no período de 2003 a 2007. Tais resultados estão refletidos tanto nos indicadores da economia como nos indicadores sociais setoriais.

O Produto Interno Bruto (PIB), a partir de 2003, assumiu uma tendência de crescimento, resultando em uma taxa média de crescimento de 8,0% durante o período de 2003 a 2007 (Gráfico 4).

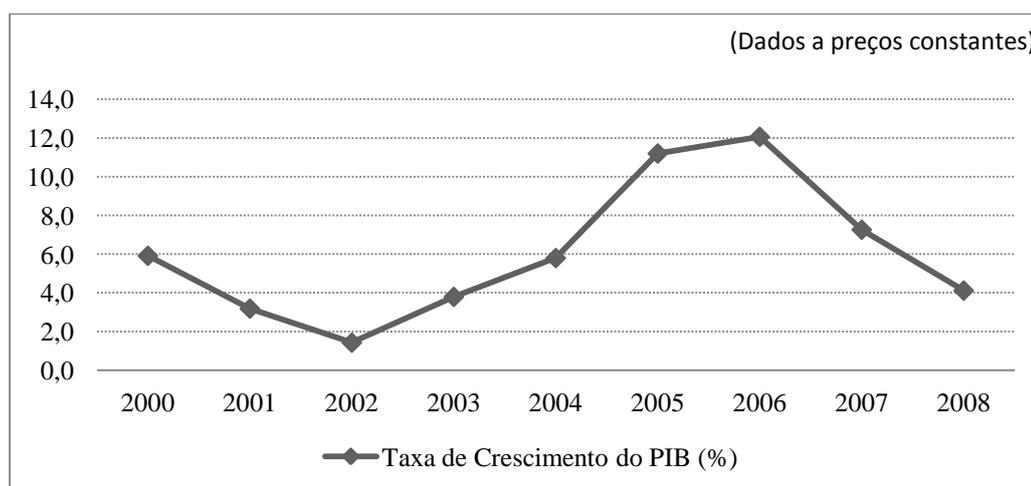


GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (2000 A 2008)

Fonte: ONE - Séries Estadísticas. Elaboração Própria

Nos anos de 2005 e 2006, a taxa de crescimento foi respectivamente de 11,2% e 12,1%; em 2007, apesar de menor, o crescimento manteve-se em patamares elevados. Em 2008, o início

da crise financeira internacional associado ao aumento dos preços dos alimentos e do petróleo, à queda no preço internacional do níquel e à passagem de um furacão na ilha derrubou a taxa de crescimento do PIB para 4,1%.

Ao longo do período analisado, foi evidenciada uma redução na participação da agricultura e da indústria na composição do PIB (Gráfico 5). Em contrapartida, o setor de serviços ampliou sua participação, passando de 66,6%, em 2000, a 73,3%, em 2006. O aumento da participação dos serviços no total do PIB é resultado direto da maior intervenção do Estado na economia através da execução do programa “Batalha de Ideias” que ampliou os serviços sociais básicos ofertados à população e os investimentos realizados na geração de energia e em construção.

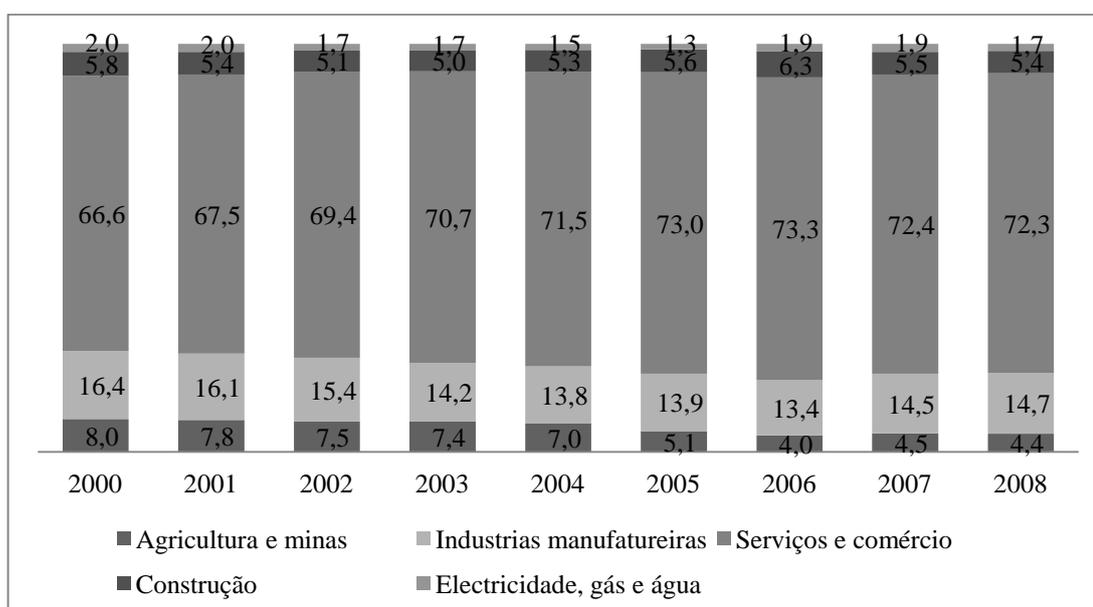


GRÁFICO 5 – COMPOSIÇÃO DO PIB POR ATIVIDADE ECONÔMICA (%) – 2000 A 2008
 Fonte: ONE - Séries Estadísticas. Elaboração Própria

Outro importante fator que influenciou no crescimento do PIB foi o resultado das contas externas cubanas. No período de 2002 a 2008, as exportações de bens e serviços cresceram a uma média anual de 22,3%; resultado muito similar ao das importações que registraram um crescimento médio anual de 22,9%. O crescimento das exportações é resultado tanto das exportações de serviços, principalmente para a Venezuela, como do preço favorável do níquel no mercado internacional. Com isso, o país conseguiu ampliar sua capacidade de importação, que em 2008 superou o valor de 14 bilhões de pesos (Gráfico 6).

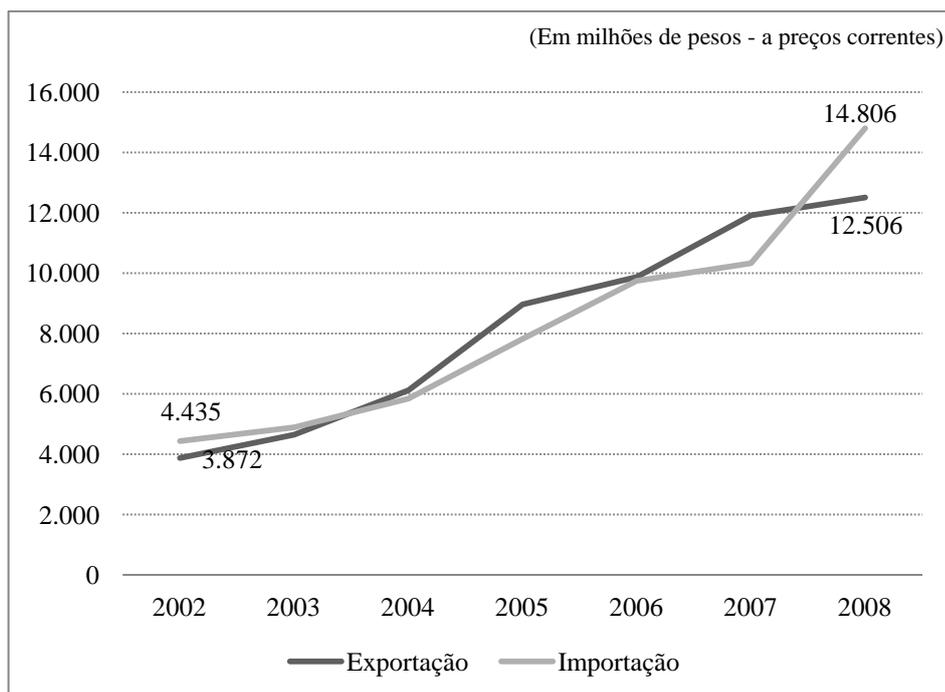


GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL DE CUBA (2002 A 2008)
 Fonte: ONE - Séries Estadísticas. Elaboração Própria

A composição das exportações seguiu a tendência observada na composição do PIB de ampliação da participação dos serviços e redução da participação dos bens no total exportado no período (Gráfico 7). Mesmo com o preço do níquel elevado, as exportações de bens perderam participação, pois em 2002 representavam 39% do montante exportado, e em 2008 passou a 32%.

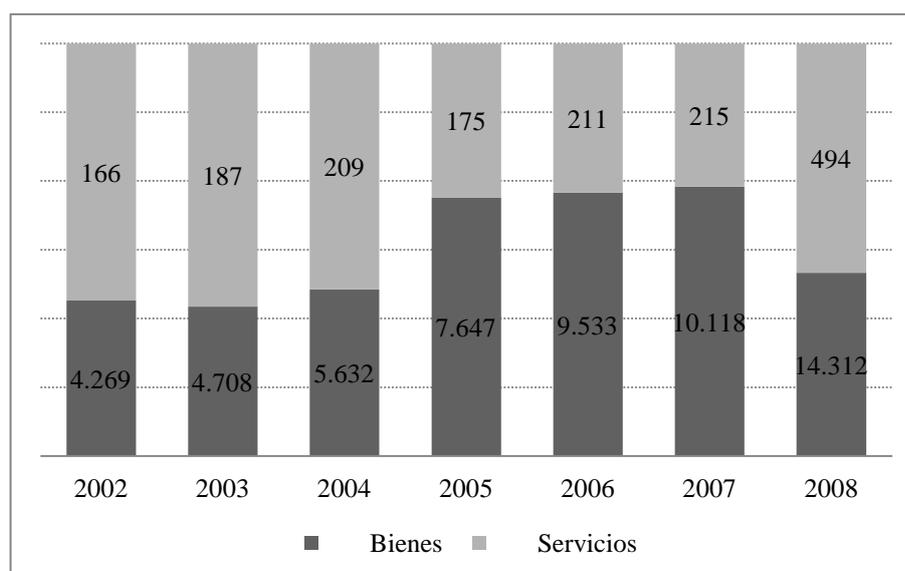


GRÁFICO 7 – PARTICIPAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS NAS EXPORTAÇÕES CUBANAS (2002 A 2008)
 Fonte: ONE - Séries Estadísticas. Elaboração Própria

A menor participação dos bens nas exportações é resultado de um duplo movimento na economia cubana: primeiro a maior importância dos serviços como dinamizadores do crescimento econômico, e segundo pela redução das exportações de açúcar. O gráfico 8 mostra que, em 2000, 27% das exportações de bens eram provenientes da indústria açucareira, em 2001 esse percentual foi ainda maior e alcançou 34%. Porém, nos anos seguintes, a participação dos produtos da indústria açucareira foi reduzida, em 2007 e 2008 o percentual de participação não superou 6%. Essa redução das exportações de produtos provenientes da indústria açucareira é consequência da queda na produção da cana-de-açúcar, como será evidenciado em análises futuras.

Cabe destacar ainda a importância que assume as exportações de níquel, que em 2007 representaram 56% das exportações de bens, e a crescente participação de produtos biotecnológicos e farmacêuticos e de equipamentos médicos e de diagnósticos que no Gráfico 8 estão contabilizados como outros produtos.

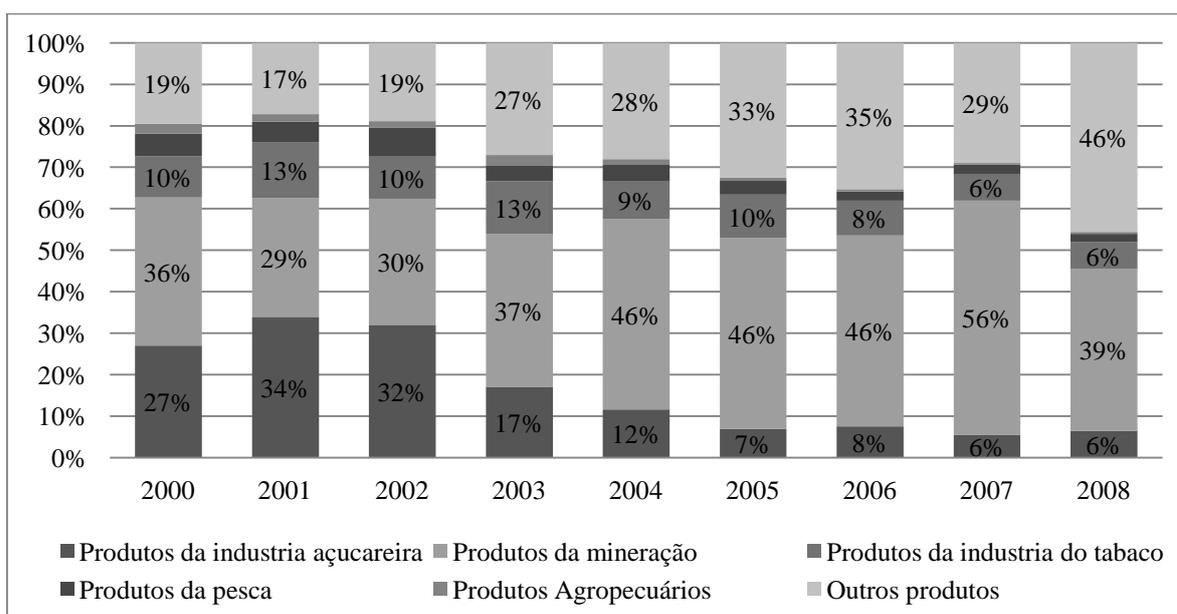


GRÁFICO 8 – COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS DE CUBA (2000 A 2008)

Fonte: ONE - Séries Estadísticas. Elaboração Própria

Em relação às importações, o Gráfico 9 mostra um crescimento na importação de combustíveis, lubrificantes e derivados, uma vez que em 2008 a participação desses produtos no total das importações foi de 32%. Isso evidencia a dependência externa da economia cubana em relação à importação de petróleo, principal fonte de geração de energia interna. Porém, a importação de máquinas e equipamentos de transportes também apresentou

crescimento durante o período analisado, aumentando sua participação de 22%, em 2003, para 33%, em 2006. A importação de alimentos é outro importante componente das compras externas cubanas, visto que em 2007 e 2008 o percentual de participação desses produtos no total de bens importados foi de 15%.

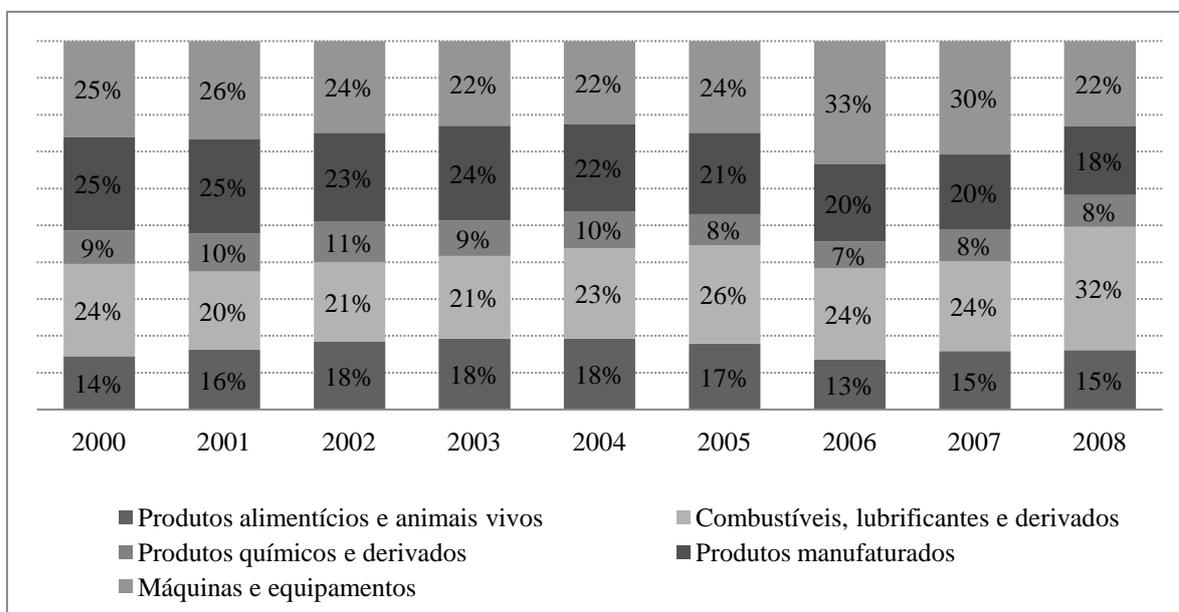


GRÁFICO 9 - COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES CUBANAS: PRINCIPAIS PRODUTOS (2000 A 2008)

Fonte: ONE - Séries Estadísticas. Elaboração Própria

Quando se analisa a origem das importações cubanas, é possível identificar os três principais fornecedores de Cuba: Espanha, China e Venezuela. As importações de produtos originários desses países representaram, em 2008, 50% do total das importações cubanas (Tabela 14). Isso evidencia uma concentração e dependência da economia cubana das relações comerciais estabelecidas com esses países, especialmente com a Venezuela, que se destaca como o principal fornecedor de petróleo para Cuba.

TABELA 14 - ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES CUBANAS: PRINCIPAIS PAÍSES FORNECEDORES (2000 A 2008)

Regiões/países	(Em milhões de pesos)									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Europa	1.819	1.680	1.465	1.576	1.554	1.914	2.637	2.659	3.169	
Espanha	743	694	580	595	645	668	860	982	1.232	
Asia	784	887	826	931	1.101	1.600	2.310	2.569	2.876	
China	444	548	518	506	590	891	1.571	1.518	1.481	
América	2.163	2.145	1.828	2.030	2.835	3.872	4.251	4.525	7.773	
Republica Bolivaria de Venezuela	898	952	725	684	1.143	1.864	2.232	2.243	4.473	
Africa	25	20	10	86	70	148	236	240	288	
Oceania	4	61	59	50	55	70	64	86	128	

Fonte: ONE - Series Estadísticas. Elaboração Própria

Os resultados favoráveis da estratégia econômica e social da transição socialista cubana também se refletiram nos números do mercado de trabalho. A Tabela 15 mostra que no período a população ocupada cresceu a uma taxa média de 1,5% ao ano, enquanto que o crescimento da população economicamente ativa foi de apenas 1%. Isso significa que novos postos de trabalho foram criados no período, resultando em uma redução da taxa de desocupados (Gráfico 10), que no início da década de 2000 era de 5,4%, e diminuiu para 1,6% em 2008. O setor de serviços também foi o grande gerador de novas ocupações, visto que a taxa média anual de crescimento no número de ocupados no período de 2000 a 2008 foi de 4%.

TABELA15 – INDICADORES GERAIS DO MERCADO DE TRABALHO

(Em mil trabalhadores)									
Regiões/países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
População em Idade Ativa	6.628	6.643	6.647	6.655	6.663	6.680	6.721	6.721	6.727
População Economicamente Ativa	4.632	4.697	4.714	4.717	4.729	4.816	4.847	4.956	5.028
População Ocupada	4.379	4.505	4.558	4.607	4.642	4.723	4.755	4.868	4.948
Cooperativistas	-	319	317	293	280	271	257	242	234
População ocupada no setor privado	-	585	594	649	668	666	609	590	602
Trabalhadores por conta própria	-	152	153	151	167	169	153	138	142

Fonte: ONE - Series Estadísticas. Elaboração Própria

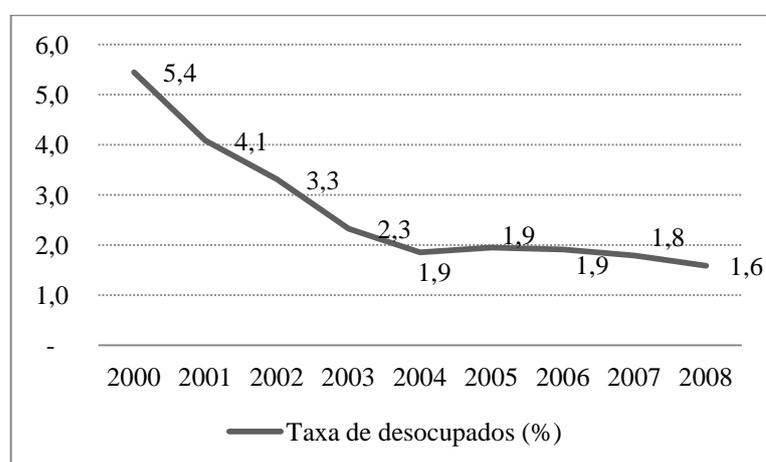


GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESOCUPADOS (%)

Fonte: ONE - Séries Estadísticas. Elaboração Própria

A política salarial de recuperação da renda dos trabalhadores do setor estatal elevou o salário médio mensal, que no início de 2000 era de 238 pesos, ao patamar de 415 pesos em 2008. O setor com maior salário médio mensal em 2008 era o de mineração, que pagava em média 562

pesos. Por outro lado, os setores com menor média foram os de comércio, restaurantes e hotéis.

Em relação ao salário real, um estudo realizado pelo Centro de Estudos em Economia Cubana (CEEC) atualizou o salário médio nominal para pesos cubanos e assim obteve uma estimativa da evolução do salário médio real. Também mostrou que a deterioração do poder de compra do salário durante a década de 90 ainda não havia sido superada, mesmo com os constantes aumentos do salário nominal. A Tabela 16 mostra que em 2000 o salário real estimado era de 32 pesos a preços constantes de 1898, o que equivalia a 17% do salário médio pago em 1989. Mesmo com os aumentos do salário nominal concedidos ao longo do período analisado, a recuperação do poder de compra do salário foi muito pequena em relação ao salário pago antes da crise da década de 90 (VIDAL ALEJANDRO, 2009a).

TABELA16- ESTIMATIVAS DO SALÁRIO REAL EM CUBA PARA O PERÍODO DE 2000 A 2008

(Em pesos - a preços contantes de 1989)	
Ano	Salário real estimado
2000	32
2001	34
2002	33
2003	36
2004	36
2005	41
2006	45
2007	46
2008	45

Fonte: In: VIDAL ALEJANDRO, 2009a, p. 1

Na seguridade social, a pensão média recebida pelos beneficiários também aumentou no período de 2000 a 2008. O valor médio da pensão paga pelo sistema de seguridade social cubano era de 104,62 pesos; o aumento concedido em 2005 elevou a pensão média para 179,36 pesos. Em 2008, o valor médio pago aos beneficiários voltou a ter um importante aumento de quase 22%, e chegou a 235,68 pesos. Nesse período, o número de pessoas que recebiam o benefício da seguridade social aumentou em 21%, totalizando 1.618.093 beneficiários em 2008.

Na assistência social, os programas da “Batalha de Ideias” implementados pelo governo elevaram o número de pessoas inseridas nos serviços da assistência social. Em 2000 eram quase 200.000 beneficiários, em 2006 esse número chegou a quase 600.000, ou melhor, triplicaram os beneficiários da assistência social. A atuação dos trabalhadores sociais e o aumento do número de unidades de atendimento permitiram identificar as maiores demandas da população em relação à assistência social, resultando em um crescimento superior a 1000% no número de pessoas não capacitadas para o trabalho inseridas nos serviços de assistência social e de 400% no número de idosos, isso durante o período de 2000 a 2008 (Tabela 17).

TABELA17 – ATENDIMENTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (2000 A 2008)

Ano	Beneficiários			Gastos com a Assistência Social (Em pesos)	Unidades de atendimento da Assis. Social
	Total	Idosos	Pessoas descapacitadas para o trabalho		
2000	195.129	28.674	9.511	52,6	302
2001	201.014	28.845	12.996	64,4	327
2002	269.495	60.372	31.861	102,6	348
2003	395.821	75.229	70.612	215,7	352
2004	476.512	112.025	80.114	261,9	353
2005	535.134	116.958	85.152	451,6	382
2006	599.505	143.483	97.347	572,4	398
2007	595 181	145 275	98 727	590,7	407
2008	582.060	145.150	109.687	656,2	420

Fonte: ONE - Series Estatísticas. Elaboração Própria

Como consequência do crescimento do número de beneficiários, o gasto do governo com assistência social também cresceu durante o período analisado. De 52,6 bilhões de pesos em 2000, o montante destinado aos programas de assistência social alcançou o total de 656,2 bilhões de peso em 2008. Dentro desse montante está contabilizada a ajuda financeira concedida pelo governo às famílias cubanas pobres.

Em relação à saúde, as estratégias do governo elevaram o número de médicos nas unidades de serviços de saúde. O total de profissionais da área da saúde, em 2000, era de 223.226 considerando médicos, enfermeiros, farmacêuticos e outros. Em 2008, esse número totalizou 335.622, dito de outra forma, em oito anos, mais de 100 mil novos trabalhadores foram incorporados aos serviços de saúde. Somente de médicos foram 10 mil novos profissionais

contratados, isso colaborou para reduzir a relação habitantes/médico, que era de 169, em 2000, e passou a ser de 151 habitantes por médico em 2008.

Apesar do número de profissionais na área da saúde ter aumentado, a infraestrutura física de atendimento diminuiu de 16.513 para 12.916 unidades no período de 2000 a 2008. A maior redução foi na quantidade de consultórios médicos de atendimento às famílias, que ocorreu em 2008, quando deixaram de existir 3.290 consultórios. A quantidade de unidades hospitalares também diminuiu a partir de 2005; por outro lado, o número de policlínicas aumentou de 440, em 2000, para 499 em 2008. Esse resultado reflete a descentralização de uma série de procedimentos que deixaram de ser realizados em hospitais para serem ofertados nas policlínicas. Ainda observa-se uma redução no número de leitos para internação médica.

Em termos de melhoria da qualidade de vida, um dos indicadores de saúde que evidencia esse resultado é a expectativa de vida ao nascer, que no período de 2001 a 2003 era de 77 anos, e no período de 2004 a 2007 subiu para 77,98 anos (ONE, acesso em 30 set. 2012). Outro indicador importante de avaliação da qualidade de vida é a taxa de mortalidade infantil, que em Cuba foi de 4,7 mortes a cada mil nascidos vivos, índice equivalente aos registrados nos países desenvolvidos. A taxa de mortalidade entre as crianças menores de 5 anos também assumiu uma tendência de redução a partir de 2005, sendo que as principais causas de mortes nessa faixa etária foram os acidentes (Tabela 18).

TABELA18- EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL E MATERNA
(2000 A 2008)

Ano	Taxa de Mortalidade Infantil*	Taxa de Mortalidade de crianças menores de 5 anos*	Taxa de Mortalidade Materna**
2002	6,5	8,1	41
2003	6,3	8	40
2004	5,8	7,7	39
2005	6,2	8	51
2006	5,3	7,1	49
2007	5,3	6,7	31
2008	4,7	6,2	47

Fonte: ONE - Séries Estatísticas. Elaboração Própria

* Por 1.000 nascidos vivos

** Por 100.000 nascidos vivos

Diretamente relacionada à melhoria da qualidade de vida, a qualidade da alimentação da população cubana nesse período também apresentou melhorias do ponto de vista nutricional. Segundo Garcia Alvarez e Anaya Cruz (2007), as medidas empreendidas pelo governo permitiram incrementar em 31% a quantidade de energia ingerida diariamente com o consumo médio diário de alimentos no período de 2000 a 2004. Além disso, nesse período também cresceu a ingestão de proteínas e gorduras em 34% e 46%, respectivamente.

No esporte, o objetivo de criar hábitos saudáveis na população resultou em uma elevação do número de profissionais da área do esporte envolvidos na prática desportiva, tanto nos esportes de alto rendimento, como de recreação e atividades físicas para promoção da saúde. Também em relação à prática de atividades esportivas, observa-se um crescimento no número de pessoas realizando a prática sistemática de atividades físicas e desportivas. Em 2000, eram cerca de 1,5 milhão de pessoas realizando atividades físicas sistemáticas no país, em 2007 esse número foi superior a 4,3 milhões sendo que, desse total, quase 1 milhão de pessoas praticavam atividades físicas em grupos de saúde.

Na educação, outra área prioritária entre os programas do “Batalha de Ideias”, é possível constatar na Tabela 19 que no período de 2000 a 2008 ocorreu uma redução no número total de escolas, principalmente do ensino primário e secundário; por outro lado, cresceu o número de escolas para adultos: em 2000 eram 367 unidades, e no período escolar de 2007/08 somaram 845 unidades de ensino para adultos.

TABELA 19 – INDICADORES GERAIS DO SISTEMA DE ENSINO DE CUBA
(2000 A 2008)

Variáveis	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Escola	12.221	12.209	12.619	12.397	12.327	12.334	12.364	12.323
Profissionais docentes	206.657	215.883	234.767	249.425	252.484	261.003	280.603	289.279
Matriculas iniciais	2.299.192	2.305.713	2.435.649	2.586.046	2.650.271	2.718.874	2.978.845	3.081.117
Graduados	471.434	495.472	500.447	500.582	558.746	582.670	640.330	-
Bolsistas	405.071	434.174	454.229	471.099	497.734	492.768	487.625	468.177
Semi-internos	537.181	539.201	521.405	635.615	856.091	960.873	982.113	961.629

Fonte: ONE - Series Estadísticas. Elaboração Própria

Em contraposição à redução na infraestrutura das escolas, cresceu o número de matrículas iniciais, principalmente no ensino secundário, no ensino superior e na educação para adultos, o que confirma o empenho do governo em garantir a continuidade dos estudos de toda a população. Como consequência observa-se um crescimento no número de pessoas graduadas, principalmente nos anos de 2005/06 e 2006/07.

Na busca por valorizar a cultura e aumentar a produção e circulação cultural no país elevou-se o número de títulos de livros editados de 1.630 livros em 2005 para 2.285 novos títulos em 2008. A produção cinematográfica total realizada nesse período foi de 595 filmes, sendo 439 de desenhos animados, 42 longa-metragem e 114 curta-metragem. O número de profissionais envolvidos nas atividades culturais cresceu de 12.182 em 2000, para 17.446 profissionais em 2008. Com uma maior oferta dos produtos culturais, o número de expectadores dobrou no período, passando de cerca de 50 milhões para 100 milhões de expectadores (ONE, acesso em 30 set. 2012).

Para alcançar esses resultados, o governo ampliou os gastos públicos, que cresceram a uma taxa média de 15% ao ano, durante o período de 2000 a 2008. Na área social, destaca-se o crescimento do gasto com educação e saúde - áreas historicamente priorizadas pelo governo -, e o montante investido em cultura, arte e esporte, que cresceu 384% de 2000 para 2008. Os gastos do governo com a esfera produtiva cresceram mais de 1.000% no período. Também foram ampliadas as transferências para o setor empresarial e para as cooperativas, principalmente na forma de subsídios por perdas (Tabela 20).

TABELA 20 - COMPORTAMENTO DO GASTO PÚBLICO (2000 A 2008)

(Em milhões de pesos - a preços correntes)									
Principais componentes	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Gastos totais	15.587	15.771	17.193	18.622	20.241	27.156	33.327	39.993	47.493
Gastos com atividades orçamentárias	9.233	10.394	11.469	12.629	13.787	18.759	21.525	27.421	31.764
Educação	2.095	2.369	2.752	3.297	3.601	4.819	5.310	7.110	8.620
Saúde	1.684	1.797	1.923	2.028	2.089	3.169	3.735	5.792	6.259
Defesa e ordem interior	880	1.274	1.262	1.267	1.317	1.650	1.708	1.892	2.022
Seguridade Social e Assistência Social	1.964	2.074	2.383	2.535	2.769	3.913	4.714	4.917	5.640
Administração	509	565	611	603	632	816	971	1.111	1.191
Habitação e serviços comuns	763	827	874	961	1.060	1.346	1.469	1.626	1.740
Esfera produtiva	173	164	150	186	260	443	555	958	2.110
Cultura, Arte e Esporte	392	474	592	699	812	1.148	1.377	1.717	1.896
Outras	774	851	923	1.053	1.248	1.456	1.687	2.298	2.287
Transferências para o setor empresarial e cooperativas	3.076	2.622	3.286	3.493	3.652	4.288	5.044	6.179	9.107
Subsídios por perdas	586	393	862	1.200	1.197	1.381	1.039	784	1.008
Subsídio por diferença de preços e a produtos	2.219	1.900	2.038	1.987	1.452	1.346	1.374	1.664	2.721
Outras transferências	271	329	387	306	1.003	1.561	2.631	3.730	5.378
Outros Gastos	2.278	2.603	2.488	2.530	2.850	4.253	6.893	6.393	6.622
Saldo Fiscal	- 672	- 737	- 997	- 1.074	- 1.419	- 1.945	- 1.694	- 1.898	- 4.200

Fonte: ONE - Séries Estatísticas. Elaboração Própria

O saldo fiscal mostra que a elevação dos gastos do governo não foi correspondente ao aumento das receitas. Em todos os anos do período analisado o resultado fiscal foi deficitário, sendo que no ano de 2008 o déficit foi de 4,2 bilhões de pesos, mais que o dobro do déficit registrado no ano anterior.

Cabe ressaltar ainda que, durante o período analisado ocorreu um importante momento da transição socialista, em agosto de 2006, Raul Castro assumiu interinamente a condução política do país. Em fevereiro de 2008 foi eleito presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros, tornando-se definitivamente o chefe do Estado e do governo cubano.

4 O SOCIALISMO CUBANO NA ATUALIDADE: DESAFIOS, MUDANÇAS ESTRUTURAIS E CENÁRIOS FUTUROS

A estratégia de desenvolvimento do modelo econômico e social da transição socialista cubana, adotada no início dos anos 2000 pelo governo, permitiu ao país alcançar taxas elevadas de crescimento econômico, melhorar o salário real, reduzir a desocupação, melhorar os indicadores de saúde, ampliar as exportações e a capacidade de importar, incluir um maior número de pessoas no sistema nacional de ensino e difundir produtos culturais e a prática sistemática de esportes. Porém, essa estratégia começou a sinalizar seu esgotamento ainda em 2008. As limitações estruturais do modelo de transição socialista cubano somaram-se aos prejuízos provocados por três furacões que atingiram Cuba em 2008; ao aumento dos preços dos alimentos e do petróleo, principais produtos da pauta de importação cubana; e à queda do preço do níquel, importante fonte de divisas para o país.

No âmbito social, a permanência das desigualdades sociais, decorrentes das medidas do ajuste econômico da década de 90, inclusive com uma parcela da população não alcançando rendimentos para cobrir a cesta de bens e serviços básicos necessários à sobrevivência, associadas ao surgimento de novos atores sociais, com novos interesses, criou um ambiente de pressão para a realização de mudanças nas condições econômicas e sociais do país. Conforme assinala Xalma (2007), os elementos que sustentaram o apoio da população aos líderes políticos da revolução e à construção do socialismo começaram a deteriorar-se com os efeitos do ajuste econômico. Nesse sentido, a autora afirma que “[...] a justiça social foi a melhor conquista da Revolução, mas também foi o aval que garantiu sua necessária continuidade. Sua erosão ao longo dos anos noventa alterou (ainda que parcialmente) a aliança estabelecida entre governantes e cidadãos” (XALMA, 2007, p. 129, tradução nossa).

Foi nesse contexto de deterioração econômica e social, e de um possível questionamento em relação à aliança política de sustentação do regime político que o presidente Raul Castro começou a realizar as primeiras mudanças importantes que conduziram à reforma do modelo econômico e social da transição socialista cubana, também chamada de atualização do modelo, aprovada no VI Congresso do Partido Comunista Cubano realizado, em abril de 2011.

O aprofundamento da crise econômica mundial em 2009 e os efeitos que ela produziu sobre a economia cubana intensificaram as pressões para a realização de mudanças profundas na

estrutura de funcionamento do modelo econômico e social da transição socialista cubana. Diante disso, neste capítulo, será realizada uma contextualização das condições econômicas e sociais em que se propõe e aprova a reforma do modelo de transição socialista de Cuba, utilizando, para isso, indicadores do período de 2008 a 2011. Posteriormente, será apresentado um resumo das principais mudanças aprovadas nos “*Lineamientos de la Política Económica y Social*”. Em seguida, a partir das análises realizadas nos capítulos anteriores, serão delineados os principais desafios que se colocam atualmente no caminho da construção do socialismo em Cuba, apresentando, em seguida, condicionantes de futuro que poderão interferir diretamente nos rumos da transição socialista cubana.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DOS “*LINEAMIENTOS DE LA POLÍTICA ECONÓMICA Y SOCIAL*” DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA

A estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo durante os anos 2000 estava sustentada na expansão das exportações de serviços profissionais, demandados principalmente pelos acordos de cooperação firmados com a Venezuela, no preço favorável do níquel no mercado internacional e no aumento dos gastos do governo com a execução dos programas intitulados “Batalha de Ideias”. Com as divisas obtidas com a expansão das exportações e dos financiamentos junto à China e à Venezuela, o governo aumentou a capacidade de importação e realizou intervenções nas áreas econômicas e sociais, principalmente nos setores de geração de eletricidade, transportes, saúde e educação. Com isso, a participação dos serviços no PIB cresceu de 66%, em 2000, para 72,5%, em 2010, e passou a ocupar a posição de motor do crescimento da economia cubana, enquanto, a produção agrícola reduziu sua participação no PIB de 8%, em 2000, para 4,3%, em 2010.

Porém, em 2008, fatores externos e ambientais alteraram as condições de algumas variáveis importantes para a economia cubana; o preço do níquel foi 41% menor do que o registrado em 2007, e, por outro lado, o preço dos alimentos e do petróleo aumentaram respectivamente 53% e 56,6%, em 2008, se comparados com o preço registrado no ano anterior (VIDAL ALEJANDRO, 2009b). Assim, Cuba viu o volume de divisas que entravam no país diminuir e, ao mesmo tempo, passou a necessitar de um volume maior de moeda estrangeira para realizar os pagamentos relativos às importações de alimentos e petróleo. Além disso, os três furacões que atingiram a ilha danificaram 530.758 habitações e causaram muitos estragos nas

lavouras, resultando em um prejuízo estimado em quase 10 milhões de dólares (VIDAL ALEJANDRO, 2009b).

A desaceleração do crescimento econômico ficou evidente a partir de 2008, quando a taxa de crescimento de 4,1% ficou três pontos percentuais menor a registrada em 2007. Esse indicador seguiu reduzindo e, em 2009, o crescimento do produto interno bruto foi de apenas 1,4%. Em 2010 ocorreu uma pequena recuperação, e a taxa de crescimento foi de 2,3%, porém permaneceu muito abaixo da taxa média de crescimento registrada nos últimos 10 anos, que foi de 5,26% (ONE, acesso em 30 set. 2012). Estimativas indicam que, em 2011, a taxa de crescimento do PIB deverá ficar 2 pontos percentuais abaixo da média anual do período, o que significa uma taxa de aproximadamente 3% (TRIANA CORDOVÍ, 2011). Analisando a composição do PIB por setores, observa-se que a agricultura, a pesca, a construção, a eletricidade e o comércio registraram taxas médias anuais negativas de crescimento no período de 2008 a 2010. Por outro lado, foram os setores ligados aos serviços que colaboram para que o PIB registrasse taxas positivas de crescimento.

As contas externas cubanas também refletiram os limites da estratégia de desenvolvimento adotada durante os anos 2000. A balança comercial e a de serviços registraram um déficit de P\$ 2,3 bilhões, em 2008. Em 2009, a redução no volume de importações garantiu um superávit de P\$ 1 bilhão e, em 2010, um aumento de 34% no montante das exportações resultou em um superávit de P\$ 2,9 bilhões (Gráfico 11).

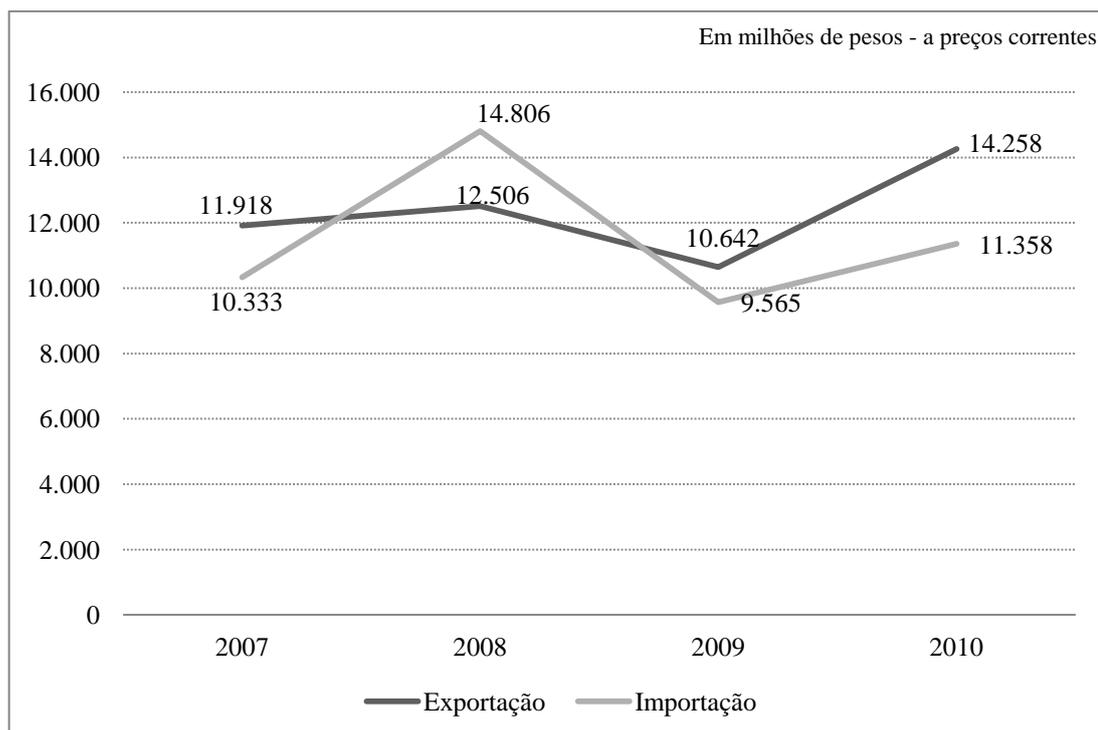


GRÁFICO 11 – COMPORTAMENTO DA BALANÇA COMERCIAL E DE SERVIÇOS CUBANA (2007 A 2010)

Fonte: ONE - Séries Estadísticas. Elaboração Própria

Como não há dados públicos referentes à conta financeira do balanço de pagamentos cubano, não é possível saber o resultado global das contas externas, assim como a dívida externa, que também não teve divulgados os dados referentes aos anos de 2009 e 2010. Mas a crise do sistema bancário em 2009 e a conseqüente desvalorização do peso conversível indicam que o volume de divisas não tem sido suficiente para manter as importações do país.

Do ponto de vista das contas do governo, em 2008, a receita líquida do país cresceu 13,6% e alcançou o montante de P\$ 43,2 bilhões, em 2009 o crescimento foi de apenas 1% e em 2010 elas registram uma redução de quase 3% em relação ao ano anterior. Por outro lado, os gastos do governo cresceram, em 2008, 18% em relação a 2007, mas nos dois anos seguintes registraram redução de 1% e 4%, respectivamente. Apesar da redução dos gastos, o déficit público registrado foi muito superior ao dos anos anteriores. Em 2008, o déficit foi de P\$ 4,2 bilhões, em 2009 de P\$ 3 bilhões e em 2010 diminuiu para P\$ 2,2 bilhões. Mesmo com essa tendência de redução, a manutenção de um déficit público alto pode levar a emissão de moeda, que em uma situação de oferta muito restrita gera pressão inflacionária, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários (ONE, acesso em 30 set. 2012).

Focalizando apenas os gastos do governo com saúde, educação, habitação, seguridade social, assistência social, cultura e esporte, é possível constatar que eles foram responsáveis por 51% dos gastos totais do governo em 2008. No ano seguinte, com uma elevação dos gastos com esses serviços, o percentual chegou a 53% dos gastos totais. Em 2010, seguindo a tendência de redução dos gastos, o valor destinado foi de P\$23,9 bilhões, porém a participação nos gastos totais se manteve em 53%. Cabe ressaltar que os gastos com educação e assistência social sofreram uma redução se comparados com os valores gastos em 2008, enquanto que os gastos com esportes e seguridade social registraram crescimento (ONE, acesso em 30 set. 2012).

Os indicadores da área da educação, a partir de 2008, assumiram uma tendência de redução tanto no número de escolas em funcionamento, como no número total de matrículas e na quantidade de bolsistas e de alunos do sistema de semi-internato. O ensino para adultos foi o que registrou maior queda no número de matrículas, foram 197.611 matrículas a menos no período de 2008 a 2010. Na assistência social, também é possível constatar uma tendência de diminuição do número de pessoas beneficiárias; em 2008, foram 582.060 beneficiários, em 2010, esse número foi de 235.482, ou seja, 40% do número de beneficiários de 2008 (ONE, acesso em 30 set. 2012).

No esporte, reduziu o número de pessoas realizando prática esportiva sistemática no período, enquanto que se elevou o número de profissionais contratados para atuar na orientação pedagógica desportiva. Na seguridade social, ocorreu um aumento de 14.524 novos beneficiários no período, e o valor médio do benefício aumentou de 235,68 pesos, em 2008, para 244,86 pesos, em 2010 (ONE, acesso em 30 set. 2012).

Os indicadores da saúde mostraram que, no período de 2008 a 2010, ocorreu uma redução no número de profissionais alocados nos serviços de saúde, assim como no número de leitos de internação. Mas por outro lado, aumentou o número de instalações onde são oferecidos os serviços, também cresceu o número de consultas médicas por habitantes: em 2010 foram 7, e a taxa de mortalidade infantil diminuiu ainda mais, sendo de apenas 4,5 para cada 1.000 nascidos vivos (ONE, acesso em 30 set. 2012).

O salário médio nominal pago, em 2010, foi de 448 pesos mensais, o que significou um aumento de quase 8% em relação ao montante pago em 2008. É importante ressaltar que o maior salário médio nominal continuou sendo o pago no setor de mineração. Em relação ao

mercado de trabalho, é possível observar um aumento no percentual de pessoas desocupadas: em 2009 esse indicador foi 1,7%, e em 2010 subiu para 2,5% (ONE, acesso em 30 set. 2012).

Foi nesse contexto econômico e social que surgiram os primeiros discursos sobre a necessidade de realizar mudanças estruturais no modelo de transição socialista, em julho de 2007, quando em comemoração ao 54º aniversário do assalto ao Quartel de Moncada, Raul Castro, depois de exaltar a capacidade da revolução e do povo cubano de enfrentar e superar os desafios que se colocam no caminho da construção do socialismo, reconheceu erros, deficiências e atitudes burocráticas, algumas decorrentes do período especial. Dentre os problemas, destacou a deterioração do salário, que não era suficiente para satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores, e a pequena produção agrícola. Em seguida, afirmou que para superar a escassez de recursos, o país deveria produzir mais, de forma mais eficiente e racional buscando reduzir, principalmente, as importações de alimento que poderiam ser produzidos no país, e assinalou que para isso era necessário realizar mudanças estruturais e conceituais (CASTRO RUZ, 2007b).

Em fevereiro de 2008, Raul Castro foi eleito presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros e assumiu definitivamente o Estado e o governo cubano. Em seu discurso de posse, falou da necessidade de realizar uma reestruturação na administração central do Estado, buscando tornar o governo mais eficiente. Apontou que o período vindouro seria de mudanças, pois estavam em andamento muitos estudos sobre questões simples e complexas que afetavam a sociedade cubana. Nessa ocasião, anunciou ainda que nas próximas semanas começaria a eliminar as excessivas proibições e regulações em vigor na ilha (CASTRO RUZ 2008a).

Ao analisar as mudanças realizadas por Raul Castro nos dois primeiros anos de seu governo, Vidal Alejandro (2010) grupou-as em três blocos de transformações estruturais: liberação do consumo, entrega de terras para privados e flexibilização do mercado de trabalho. O primeiro bloco trata-se da eliminação de proibições referentes ao consumo de alguns serviços e bens por parte de cubanos, como a proibição de se hospedarem em hotéis e de utilizarem serviço telefônico móvel. Também foram eliminadas as proibições relativas à importação e à comercialização interna para a população de vários produtos, como: computador, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, dentre outros. O segundo grupo de transformações foi a entrega de terras ociosas do Estado para produtores agrícolas e cooperativas, para usufruto por 10 anos, expandindo a propriedade privada na agricultura. De acordo com Alejandro Vidal

(2010), o governo já havia entregado 54% das terras ociosas a mais de 100 mil beneficiários até dezembro de 2009. O terceiro grupo de transformações está relacionado ao mercado de trabalho. A resolução 9 de 2008 do Ministério do Trabalho e Seguridade Social concedeu às empresas estatais maior autonomia na fixação de salários, eliminou o salário máximo e criou um sistema de remuneração por resultados. Além disso, foi autorizado o pluriemprego, podendo um trabalhador ser formalmente contratado para mais de um posto de trabalho.

Em conjunto com essas transformações estruturais relativas ao modelo econômico e social, também foram realizadas importantes mudanças institucionais direcionadas a reforçar as instituições e o cumprimento das leis. A criação da Controladoria Geral do Estado tinha, entre seus objetivos, os papéis de estabelecer normas e regulações para o funcionamento do Estado e fiscalizar o cumprimento das mesmas; também foram realizadas fusões de ministérios e departamentos do Estado, buscando diminuir o aparato estatal, eliminar duplicidades e reduzir custos (ALEJANDRO VIDAL, 2010).

Em dezembro de 2008, ao realizar seu discurso na Assembleia Nacional do Poder Popular, Raul Castro indicou o rumo das novas mudanças que estavam em estudo no país, a eliminação de gratuidades e subsídios, com o objetivo de responsabilizar os trabalhadores pela satisfação de suas próprias necessidades, entendendo que essa era a única forma de fazer com que todos trabalhassem. Ao falar da aprovação da nova lei da seguridade social, que aumentou a idade mínima para a aposentadoria e do retorno de professores e mestres aposentados às salas de aula para suprir o déficit de docentes, Raul Castro afirmou que esses eram

[...] passos dentro do conjunto de medidas que continuarão sendo adotadas até que trabalhar constitua realmente algo vital para todos. dito de forma mais clara: que as pessoas sintam necessidade de trabalhar para satisfazerem suas necessidades, independentemente da consciência de cada cidadão honesto sobre este primordial dever.

Não nos enganemos mais – se não há pressão, se não existe a necessidade de trabalhar para satisfazer minhas necessidades, e me dão grátis tudo o que preciso aqui e ali –, nós ficaremos sem voz chamando para o trabalho. Essa é minha forma de pensar, e por isso tudo o que estou propondo vai, em grande medida, caminhando para esse objetivo. Não nos enganemos. (CASTRO RUZ, 2008b, tradução nossa)

Para Raul Castro, as gratuidades asseguradas para todos deveriam se limitar a questões vitais, como: educação, saúde, seguridade social, assistência social, cultura e esportes, uma vez que as demais são excessivas e problemáticas, porque atrapalham o cumprimento do princípio socialista, de cada qual, segundo a sua capacidade, receba segundo o seu trabalho.

No discurso realizado em agosto de 2009 na Assembleia Nacional do Poder Popular, Raul Castro expõe a necessidade de discutir com a população os caminhos futuros da revolução cubana, questionando o tipo de sociedade socialista que aspiram, se as condições atuais e futuras permitem alcançá-la, qual o modelo econômico deveria ser adotado para garantir benefícios para todos e a irreversibilidade do regime sociopolítico do país. Cabe acrescentar ainda que, nessa ocasião, mais uma vez Raul Castro utilizou a frase “ninguém, nem um indivíduo, nem um país, pode gastar indefinidamente mais do que ganha. Dois mais dois sempre somam quatro, jamais cinco”, buscando reafirmar a necessidade de que todos se comprometam em economizar os recursos existentes, comprometam-se com o trabalho e aceitem a eliminação de uma série de gratuidades e subsídios garantidos pelo Estado. Nesse sentido, ao falar dos gastos sociais, afirmou que os mesmos deveriam estar em consonância com as possibilidades reais dadas pela economia, sendo necessário suprimir aqueles que não fossem imprescindíveis (CASTRO RUZ, 2009).

Em 2010, novas importantes mudanças foram introduzidas na transição socialista cubana. Na Assembleia Nacional do Poder Popular, realizada em agosto, foi aprovada a nova lei de Divisão Político-Administrativa do país cujo propósito foi de melhorar o atendimento à população, mediante uma organização mais funcional e racional da administração e do governo. Nessa ocasião, Raul Castro falou das decisões tomadas junto ao Conselho de Ministro, concernentes aos trabalhadores desocupados e demitidos dos organismos estatais, no sentido de acabar com as ações que desestimulam o trabalho e garantem a sobrevivência sem uma correspondente atividade laboral. Mas foi durante seu pronunciamento no plenário do Conselho Nacional da Central de Trabalhadores Cubanos que Raul Castro anunciou a eliminação de 500 mil empregos do setor estatal e, conseqüentemente, a demissão dos trabalhadores que deveriam ser realocados no setor não estatal da economia - cooperativas, trabalho por conta própria, empresas de capital estrangeiro e pequenas empresas privadas (CASTRO RUZ, 2010a).

No dia 8 de novembro de 2010, durante a comemoração do décimo aniversário do acordo de cooperação entre Cuba e Venezuela, Raul Castro anunciou que no dia seguinte seria publicada a proposta de mudança do modelo econômico e social da transição socialista cubana sob o título “*Lineamientos da Política Econômica e Social*”, para ser massivamente discutido pela população (CASTRO, 2010b). O documento apresentado tinha 291 pontos de mudanças agrupados em 12 capítulos: modelo de gestão econômica; políticas macroeconômicas; política

econômica externa; política de investimento; política de ciência; tecnologia e inovação; política social; política agroindustrial; política industrial e energética; política para o turismo; política para o transporte; política para as construções; habitações e recursos hidráulicos; e política para o comércio (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2010).

Sob o argumento de que as mudanças eram necessárias para superar os principais problemas da transição socialista cubana, que limitavam o desempenho econômico do país, o projeto de reforma apresentado listou como problemas: 1) as terras ociosas e o baixo rendimento agrícola; 2) a descapitalização da indústria e da infraestrutura do país; 3) as planilhas “infladas” de trabalhadores em todas as esferas da economia e desestruturação do emprego; 4) a baixa produtividade do trabalho, desmotivação salarial e excesso de subsídios e gratuidades; 5) a baixa capacidade exportadora de produtos tradicionais e elevada dependência de importações; 6) a centralização e falta de autonomia; 7) a dualidade monetária (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2010).

O processo de discussão dos lineamentos foi composto por 3 etapas. A primeira etapa ocorreu entre os meses de dezembro de 2010 a fevereiro de 2011, e foi constituída de um debate com toda a população e uma discussão realizada no sexto período ordinário das sessões da VII Legislatura da Assembleia Nacional do Poder Popular. Nessa etapa, foram realizadas mais de 163 mil reuniões em todo o país, que somaram quase 9 milhões de participações. Ao final dessa etapa, o projeto apresentado foi modificado em 68%, quer dizer, dos 291 pontos, 197 foram modificados, além disso, foram inseridos 36 novos pontos, ficando o documento final com 311 pontos de mudanças (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Na segunda etapa, a discussão foi realizada em cada província, a partir do documento final oriundo do debate com toda a população, e envolveu os 978 delegados e 216 convidados do VI Congresso do partido. As plenárias realizadas nessa etapa propuseram 257 modificações, em 146 pontos do projeto. A terceira etapa ocorreu durante o VI Congresso do Partido Comunista Cubano, em meados de abril de 2011. Nessa ocasião, os delegados e convidados foram divididos em cinco comissões, que modificaram 86 pontos do documento e acrescentaram mais 2 novas propostas de mudança. Assim, o documento aprovado durante o congresso totalizou 313 pontos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

4.2 ANÁLISE GERAL DOS “LINEAMIENTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL”: REFORMA DO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA

A análise que segue foi realizada com base no documento publicado em 2012 pelo Partido Comunista Cubano, após a aprovação dos “Lineamientos da Política Econômica e Social” no VI Congresso do Partido Comunista Cubano. Esse documento apresentou, na primeira coluna, o texto original da proposta de mudança do modelo econômico e social, de acordo com o projeto debatido pela população; na segunda coluna, foi apresentado o texto final aprovado durante o congresso; e na terceira coluna, foi apresentada a alteração realizada no texto e o motivo que levou à modificação (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011). Ainda cabe destacar que nesta análise buscou-se, prioritariamente, identificar os pontos que conduzem a mudanças na estrutura de funcionamento do modelo de transição, apesar de, em algumas ocasiões apontar também os pontos que indicam ou reafirmam diretrizes de políticas e ações.

O primeiro capítulo tratou da gestão econômica e de orientações gerais. O documento iniciou reafirmando a planificação socialista como a via principal de direção econômica, mas determinou alterações metodológicas, organizativas e de controle no modelo de planificação cubano, para levar em consideração o mercado e suas características. O texto original apresentado não falou diretamente do mercado, mas de novas formas de gestão, foi o debate junto à população que acrescentou tal menção. Ainda em relação à planificação, ficou estabelecido que ela abarcará todas as formas de propriedades estatais e não estatais e que buscará ser mais objetiva (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Em seguida, o documento tratou das formas de gestão. Nesse sentido, reafirmou que a empresa estatal é a principal forma de gestão da economia nacional, mas que o modelo econômico reconhece e promove todas as demais formas de propriedade que, em conjunto, elevem a eficiência da economia cubana. Porém, destacou a não permissão de concentração de propriedades por pessoas jurídicas e tão pouco em pessoas físicas. Outra orientação geral em relação ao modelo de gestão econômica foi a determinação da separação das funções estatais das empresariais no interior da economia cubana e, conseqüentemente, a constituição de um setor empresarial que deverá buscar eficiência, organização, efetividade e cooperação (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Por fim, ficou estabelecido que as mudanças a serem realizadas precisam estar de acordo com a política aprovada no documento, serem implementadas de forma programada, com disciplina e ordem, mas principalmente informando e ouvindo os trabalhadores que devem ser capacitados para participarem ativamente das mudanças. Essa última parte relativa à participação dos trabalhadores foi acrescentada pelo debate popular (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Após definir as orientações gerais sobre o modelo de gestão econômica, o documento abordou a gestão na esfera empresarial, em que o grande objetivo é tornar as empresas eficientes, sendo elas estatais ou não estatais. Para isso, foi concedida autonomia para as empresas tomarem todas as decisões relativas à produção e comercialização, não podendo sofrer interferências externas, porém todas estarão submetidas às metas traçadas pelo plano; e, em relação ao preço dos produtos, seguirão as definições estabelecidas pelo Estado. O controle externo deverá ser realizado principalmente por mecanismos econômico-financeiros, sendo que as empresas estatais que apresentarem resultados negativos consecutivamente serão submetidas a processo de liquidação ou serão transformadas em outras formas de gestão não estatal (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Ficou estabelecido também que as empresas não receberão mais subsídios por perdas, nem financiamento do orçamento público para produzir bens e serviços, deverão ser autossustentáveis; e, para compensar prejuízos, deverão criar um fundo de compensação. Também poderão criar fundos para realizar investimentos e estimular os trabalhadores. Mas a principal alteração estabelecida nesse tópico sobre o modelo de gestão econômica na esfera empresarial está expressa no ponto 20 dos lineamientos, e diz respeito à renda dos trabalhadores e diretores das empresas, estatais e não estatais, que deverão estar vinculadas aos resultados que as empresas alcancem, isto é, remuneração por resultado (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Em relação às cooperativas, ficou estabelecido que as mesmas se constituem em uma forma socialista de propriedade coletiva, integrada por pessoas que se associam com a finalidade de produzir e prestar serviços à sociedade, aportando bens ou trabalho, sendo que as mesmas devem ser autossustentáveis, com autonomia para fixar os salários e distribuir os lucros depois de cumpridas as obrigações junto ao Estado. Não podem ser vendidas nem transferidas para outras formas de propriedade. As cooperativas, podem de acordo com a atividade

econômica, firmar contrato com as demais formas de propriedade e também realizar vendas diretamente aos consumidores finais (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Em seguida, a reforma tratou das unidades orçamentárias que cumprem funções estatais e de governo, assim como de prestação de serviços sociais, como: saúde, educação, esportes e cultura. Também definiu que não apenas não poderão ser criadas novas unidades, como deverá ser reduzido o número de unidades existentes, sem comprometer a prestação de serviços eficientes e com qualidade, condição acrescentada após o debate popular. As unidades que possuem receita própria e geram excedente se tornaram autofinanciáveis e poderão, com aprovação prévia, transformar-se em empresas, exemplos dessa medida são os teatros, cinemas e museus (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

O segundo capítulo da reforma abordou as políticas macroeconômicas e estabeleceu três grandes objetivos gerais: 1) buscar uma maior adequação entre os objetivos do plano e o desenho e alcance das políticas monetárias e fiscais; 2) alcançar um equilíbrio financeiro externo compatibilizando as entradas e saídas de divisas; 3) garantir uma distribuição adequada da riqueza produzida entre o consumo imediato e a acumulação, e estimular a produtividade do trabalho a partir de uma compatibilização entre o consumo realizado com a renda individual e o consumo financiado pelos fundos sociais (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Além disso, instituiu quatro condições que deverão ser garantidas na produção de bens e serviços: 1) uma relação entre o crescimento da produtividade do trabalho e o aumento do salário médio que garanta o equilíbrio monetário e a eficiência econômica; 2) um crescimento sustentável da eficiência que permita reduzir as intervenções do Estado e possibilite um aumento na oferta de produtos e serviços essenciais para a população; 3) um aumento da riqueza econômica que respalde de forma adequada a oferta dos serviços sociais; 4) uma relação de compatibilidade entre a importação e a capacidade de gerar divisas da economia nacional. É importante ressaltar que o texto original estabelecia que o crescimento da produtividade do trabalho deveria superar o crescimento dos salários médios dos trabalhadores, e que a expansão dos serviços sociais deveria vincular-se ao aumento da produção de riqueza; essas condições foram modificadas durante o debate popular e foram relativizadas (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

O capítulo das políticas macroeconômicas foi subdividido da seguinte forma: política monetária, política cambial, política fiscal e política de preços. Em relação à política monetária, o grande objetivo é garantir a estabilidade monetária e conceder crédito de maneira tal que propicie o desenvolvimento econômico do país. A política cambial tem apenas um ponto, e indicou a necessidade de avançar na unificação monetária, levando em consideração a produtividade do trabalho e a efetividade dos mecanismos de distribuição e redistribuição da economia. Esse item foi modificado após o debate popular, pois no texto original a elevação da produtividade do trabalho, a efetividade dos mecanismos de distribuição e a disponibilidade de bens e serviços eram condições para a unificação monetária (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Na política fiscal, o objetivo estabelecido é o aumento constante da eficiência da economia e da receita pública, ficando os gastos públicos planejados condicionados à receita arrecadada pelo Estado e às possibilidades reais de recursos financeiros que a economia consiga gerar. O ponto 64 foi alterado pela população durante as reuniões de discussão do projeto, pois previa essa condição apenas para os gastos sociais. No texto aprovado, todos os gastos orçamentários devem estar de acordo com essa condição. A reforma também definiu a necessidade de elevar a eficácia do sistema tributário enquanto mecanismo de redistribuição da renda, e previu a aplicação de regimes tributários especiais para as atividades agropecuárias e de estímulos fiscais que promovam o desenvolvimento das formas de propriedade não estatal e de setores chave da economia (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Com um espaço maior para os agentes econômicos realizarem transações via mercado, a reforma determinou a constituição de uma política de preços compatível com a atualização do modelo econômico e, nesse sentido, estabeleceu uma revisão integral no sistema de preços para que os mesmos possibilitem medir os fatos econômicos, e estimulem a eficiência e o aumento das exportações e da substituição de importação. Porém, de acordo com o ponto 68 da reforma, será mantida a determinação centralizada dos preços dos produtos e serviços que do ponto de vista econômico e social for importante regular, o restante será descentralizado. O ponto 69 reforçou a eliminação das gratuidades e subsídios excessivos e indevidos a produtos e serviços, indicando que os preços dos produtos a serem regulados deverão cobrir os custos de produção dos mesmos, levando em consideração o nível de renda da população. O ponto 70 foi resultado de 32.171 intervenções no debate popular, direcionadas pela preocupação com os preços das ofertas não estatais e a satisfação das necessidades básicas da população.

Assim, foi acrescentado esse novo ponto, destacando a adoção de medidas que garantam a estabilidade dos preços dos produtos e serviços não estatais, em especial os ligados às necessidades básicas da população (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

O terceiro capítulo abordou a política econômica externa, instituindo que todas as demais políticas deveriam assegurar os resultados esperados do comércio exterior cubano: desenvolvimento das exportações e substituição das importações o mais breve possível. Em relação às exportações, a determinação foi de solucionar todos os problemas internos que forem obstáculos para o desenvolvimento das mesmas, e diversificar os produtos e serviços exportados, assim como os destinos dos produtos e serviços vendidos ao exterior. Focando nas exportações de serviços, ficou definido priorizar não apenas o envio da força de trabalho individual, como também a exportação de projetos e soluções tecnológicas, assim como buscar novos mercados para as exportações de serviços médicos e produtos da indústria médica e farmacêutica. A respeito das importações, a ordem foi propiciar um acelerado e efetivo processo de substituição das importações, estimulando e garantindo a máxima utilização de todas as capacidades de que dispõe o país. A reforma ainda estabeleceu o reordenamento da dívida externa e de estratégias para o pagamento da mesma, assim como a implementação de uma política voltada para a concessão de novos créditos a Cuba (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Os investimentos estrangeiros foram tratados em um tópico onde se reafirmou a continuidade da participação do capital estrangeiro nos investimentos de acordo com os interesses do país. Foram delimitados 4 principais objetivos a serem alcançados com os investimentos estrangeiros: 1) acesso a tecnologias avançadas e a métodos gerenciais; 2) diversificação e ampliação dos mercados das exportações cubanas; 3) substituição de importação; 4) acesso a financiamento externo de médio e longo prazo. Na reforma ficou definida a realização de uma reestruturação nas regulações e procedimentos de análise e aprovação da participação do capital externo nos investimentos nacionais, buscando conferir maior agilidade ao processo de aprovação (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

A política de investimentos foi objeto do quarto capítulo do documento que altera o modelo econômico e social da transição socialista cubana, e as diretrizes estabelecidas definiram que a prioridade dos investimentos será a manutenção tecnológica e construtiva da estrutura econômica existente antes da realização de novos investimentos, e que os investimentos deverão priorizar a esfera produtiva de bens e serviços que gerem benefícios a curto prazo.

Além disso, o texto prevê uma maior agilidade nos processos de análise e aprovação dos investimentos, assim como estabeleceu que os projetos de investimentos a serem aprovados deverão ser autossustentáveis financeiramente e realizados com capital externo ou capital próprio (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

O capítulo seguinte delineou diretrizes para a política de ciência, tecnologia, inovação e meio ambiente, e fixou como objetivo a necessidade de desenhar uma política que integre esses quatro elementos, que leve em consideração as mudanças em curso e, principalmente, contribua para a elevação da eficiência econômica e para o processo de substituição de importações (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

No sexto capítulo, foram estabelecidas as mudanças concernentes à política social, e o primeiro ponto desse capítulo reafirmou a preservação das conquistas da revolução, listando como exemplo, a atenção médica, a educação, a cultura, o desporto, a recreação, a tranquilidade cidadã, a seguridade social e a assistência social para as pessoas que necessitarem. Cabe destacar que aqui não foram incluídas as garantias ao emprego, à renda e à alimentação, isso porque, no ponto 141, foi instituída a necessidade de resgatar o papel do trabalho e da renda como as vias fundamentais para a satisfação das necessidades pessoais e familiares e a forma de contribuir para o desenvolvimento da sociedade (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Ainda como orientações gerais para a política social, tem-se a deliberação de redesenhar as políticas vigentes para compatibilizar com as possibilidades dadas pela economia, mantendo, contudo, a qualidade dos serviços, a necessidade de eliminar gastos excessivos na esfera social, gerar novas fontes de receita para o orçamento público e analisar as atividades que podem passar para o sistema empresarial. Dentre os lineamentos da área da educação, cabe destacar que, a reforma indicou a contínua elevação da qualidade, porém deliberou a manutenção do mínimo indispensável de alunos em sistema de internato e a redução dos gastos com transporte, alimentação e base material para estudantes (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Outro ponto que cabe ressaltar é a definição relativa ao tempo de estudo dos trabalhadores, que será no tempo livre desses profissionais e a partir do esforço pessoal de cada um, exceto em casos que sejam de interesse do Estado. Na saúde, o foco dos pontos é a eliminação de gastos excessivos e a racionalização no uso dos recursos para alcançar uma redução dos

custos. Em relação ao desporto, a diretriz dada pela reforma priorizou o fomento e a promoção de uma cultura da prática física e desportiva como forma de elevar a qualidade de vida, a educação e a formação integral dos cidadãos, fazendo uso racional dos recursos existentes. Na cultura, o objetivo fixado é transformá-la em uma forma de satisfação das necessidades espirituais da população e de fortalecer os valores sociais (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Ainda dentro do capítulo da Política Social há o tópico que trata das mudanças relativas à seguridade e à assistência social. Em relação à seguridade social, a reforma indicou uma diminuição da participação relativa do orçamento do Estado no financiamento da seguridade social, porém reconheceu que os gastos com essa política continuarão a crescer, dado o aumento do número de pessoas aposentadas. Como solução, a indicação é aumentar a contribuição por parte dos trabalhadores e a aplicação de regimes especiais de contribuição para o setor não estatal. Na assistência social, a garantia estabelecida é a proteção das pessoas que realmente necessitem, por estarem impedidas para o trabalho e não contarem com ajuda de familiares, eliminando os benefícios e serviços prestados que possam ser assumidos pela própria pessoa ou por sua família.

Mudanças importantes também foram aprovadas em relação ao emprego e ao salário. Primeiramente, não se tem mais a garantia de emprego para todas as pessoas em condições de trabalhar, mas a intenção de oportunizar a incorporação dessas pessoas ao emprego para que as mesmas possam colaborar com o desenvolvimento da sociedade e satisfazer as próprias necessidades. Segundo, é a transformação do salário na única forma de garantir o cumprimento do princípio socialista, onde cada qual receba segundo seu trabalho e, portanto, a necessidade de que o mesmo cubra as necessidades básicas dos trabalhadores e de suas famílias. Terceira mudança é a priorização da ampliação do emprego no setor não estatal como alternativo de trabalho para a população. Os demais pontos da reforma relativos ao emprego e ao salário são diretrizes, tais como: aumentar os salários inicialmente dos trabalhadores alocados nas atividades que gerem maior resultado para o país e planejar a formação da força de trabalho, tendo em vista as demandas atuais e futuras para o desenvolvimento do país (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

O último tópico desse capítulo tratou das gratuidades e subsídios, onde ficou expressa a eliminação de gratuidades indevidas e subsídios excessivos, não mais subsidiando produtos, mas pessoas necessitadas, autorizando, inclusive, a eliminação gradual da “libreta” de

abastecimento enquanto forma de distribuição racionalizada, igualitária e de preços subsidiados. Apesar de falar da necessidade de aperfeiçoar as vias para proteger a população vulnerável ou em risco alimentar, a reforma não estabeleceu como isso será feito (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

O capítulo sete definiu as mudanças na política agroindustrial, tão importante para a superação dos problemas relativos à alimentação. A orientação para essa política é permitir que o país supere a condição de importador líquido de alimentos, diminuindo a dependência externa e a necessidade de financiamento externo. Para isso, o documento não somente reforçou a necessidade de reduzir a quantidade de terras ociosas, concedendo-as em usufruto aos trabalhadores, como aprovou a adoção de um novo modelo de gestão com a maior participação das formas produtivas não estatais, maior autonomia das unidades produtivas, utilização maior e mais efetiva de relações monetário-mercantis e delimitação das funções estatais e empresariais no setor (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Aprofundando ainda mais no sentido de criar estímulos para aumentar a produção agropecuária do país, em especial a produção de alimentos, três pontos desse capítulo trataram de mudanças na comercialização, tanto da produção como dos insumos e equipamentos necessários ao cultivo da terra e manejo de animais. Nesse sentido, a reforma autorizou outorgar um papel maior aos mecanismos de livre concorrência para a comercialização de uma parte da produção, assim como estabeleceu a simplificação de vínculos entre o produtor e o consumidor final, ampliando as possibilidades do produtor concorrer no mercado com seus próprios meios e previu a reestruturação da comercialização de insumos e equipamentos, com a constituição de redes de estabelecimentos que ofereçam e mecanismos financeiros que permitam ao produtor o acesso direto a esses recursos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Prosseguindo nas mudanças, o capítulo oito deliberou a cerca da política industrial e energética, setores de extrema fragilidade interna e dependência externa, e estabeleceu como objetivos fundamentais da política industrial o fomento das exportações e a redução dos custos, em especial de seus componentes importados. A reforma também definiu as diretrizes para as atividades industriais a serem priorizadas, como a consolidação da indústria farmacêutica e biotecnológica; o desenvolvimento da indústria de suplementos dietéticos e medicamentos naturais; a elevação tecnológica na infraestrutura de telecomunicações; desenvolvimento de novas plataformas tecnológicas em neurotecnologia, nanotecnologia,

robótica e telemedicina; incremento da produção e qualidade do níquel; e investimentos na indústria eletrônica, de informática e comunicações. Além disso, é possível identificar várias diretrizes que priorizam, dentro da política industrial, os setores produtores de insumos e produtos intermediários para atender à demanda da indústria nacional. Em relação à política energética a prioridade, é elevar a produção nacional de petróleo e gás e, em conjunto, desenvolver estudos para encontrar novas jazidas e outras fontes de energia (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

O capítulo nove não apenas fixou o objetivo da política para o turismo, que é a captação direta de divisas, maximizando o gasto médio por turista, como apontou ações para elevar a competitividade de Cuba nesse segmento do mercado mundial e aumentar o número de turistas no país. O capítulo seguinte abordou a política de transporte, e a orientação fundamental é elevar a racionalidade e a eficiência no uso de todas as modalidades de transporte, além de modernizar a infraestrutura, as máquinas e os equipamentos envolvidos nessa atividade. Mas a principal mudança relativa a esse capítulo está expressa no lineamiento 286 acrescentado após o debate popular que estabeleceu a compra e venda de veículos automotores entre particulares (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

O penúltimo capítulo tratou das políticas para as construções, habitações e recursos hidráulicos e as principais mudanças previstas estão relacionadas à política habitacional. A reforma, além de definir como prioridade do fundo habitacional a manutenção e conservação das habitações, outorgou um papel maior ao setor não estatal na construção, reforma e manutenção das habitações, assim como destacou a necessidade de um esforço próprio dos demandantes de novas habitações na construção das mesmas. O ponto 297 estabeleceu a compra e venda de habitações e autorizou a flexibilização de outras formas de transmissão da propriedade entre pessoas físicas. E, seguindo o que já foi estabelecido em outras políticas, o ponto 299 acabou com os subsídios aos materiais de construção destinados à conversação, reforma e construção de habitações, prevendo apenas subsídios a pessoas que realmente necessitem. Esse lineamiento foi acrescentado durante a discussão do projeto junto à população (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

A política para o comércio foi objeto do último capítulo, e a primeira deliberação foi a realização de reestruturação geral do comércio para compatibilizá-lo à atualização do modelo econômico e social. O segundo lineamiento desse capítulo ordenou a diversificação da qualidade e do preço de produtos e serviços a serem ofertados no comércio do país, buscando

satisfazer as demandas dos distintos segmentos da população e, com isso, estimular as pessoas ao trabalho. A reforma também autorizou a inserção de formas não estatais na gestão do comércio e previu a estruturação de uma política de proteção ao consumidor no sentido de garantir o cumprimento dos deveres e direitos dos fornecedores e consumidores de bens e serviços, ponto incorporado pela população (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

4.3 PRINCIPAIS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANA A SEREM SUPERADOS

Prosseguindo na análise da situação atual da sociedade cubana, cabe aqui ressaltar os desafios que do ponto de vista desse trabalho permeiam a sociedade cubana e que produzem desdobramentos que limitam o avanço da transição socialista, afetam o bem estar da população e o caminho a ser trilhado nos anos vindouros por Cuba. Sabe-se que existem outros problemas que precisam ser superados pelo país, principalmente no campo político, porém a intenção aqui é apresentar as questões que estão diretamente relacionadas ao modelo econômico e social da transição socialista cubana.

Durante a década de noventa, a economia cubana passou por um processo de reestruturação de sua base produtiva, o que conferiu maior importância ao setor de serviços na composição setorial do PIB. Esse setor assumiu a posição de motor do crescimento econômico dos últimos vinte anos. Assim, a tendência não apenas se consolidou como persiste, alterando apenas os ramos dentro do setor que conduzem o desempenho da economia. Nos anos noventa, o turismo foi a atividade propulsora da recuperação econômica, e nos anos 2000 foi a exportação de serviços médicos que assumiu esse papel. Por outro lado, o setor produtor de bens viu sua capacidade produtiva estacionar, e em alguns casos, deteriorar-se ao longo dos anos, principalmente a indústria do açúcar, base produtiva da economia cubana nas décadas anteriores a noventa, inclusive, antes mesmo da revolução. Segundo Torres Pérez (2012), o que tem ocorrido em Cuba é um processo de substituição de um polo de crescimento por outro, e não uma diversificação da base produtiva nacional em uma dinâmica de complementação setorial. Sendo assim, o que tem ocorrido é uma concentração dos recursos em um setor/atividade em prejuízo dos demais e, conseqüentemente, a dependência da economia de apenas um setor e/ou atividade. Além disso, o setor de serviços possui uma limitada capacidade para produzir encadeamentos produtivos e estímulos a outros setores da

economia, assim como de elevar o padrão tecnológico desta e a produtividade do trabalho, obstáculos para o desenvolvimento do país.

A baixa produção agropecuária em Cuba é outro importante desafio do qual deriva uma série de problemas que afetam diretamente o modelo econômico e social da transição, são exemplos a insegurança alimentar, a dependência externa e a necessidade de atração cada vez maior de divisas. Dados do PIB setorial mostram que a participação da agricultura, silvicultura e pesca no total de riqueza produzida no país tem diminuído de forma sistemática e, em 2010, foi de apenas 3,6% (ONE, acesso em 30 set. 2012). Em paralelo com essa queda da produção agropecuária na composição do PIB, ocorreu uma elevação acentuada de importações de alimentos em Cuba. Segundo García Álvarez (2010), elas apresentaram um crescimento médio anual de 5,4% no período de 1994 a 2000 e de 17,8% entre os anos de 2000 a 2008, ou melhor, um crescimento médio anual três vezes maior do que o registrado no período anterior. Para a autora, esse crescimento nas importações de alimentos é resultado da diminuição ou estagnação da produção agropecuária e da insuficiente produção de alimentos no período de 2004 a 2009. A necessidade de importar maior quantidade de alimentos, combinada ao aumento dos preços dos alimentos no mercado internacional, elevou a participação das importações de alimentos no total das importações cubanas que chegou a um percentual próximo a 18%, em 2008 (GARCÍA ÁLVAREZ, 2010).

Sendo assim, a segurança alimentar da população está diretamente relacionada à capacidade do país de importar alimentos, o que significa sua capacidade de atrair divisas e financiamento externo para comprar do exterior alimentos necessários para satisfazer as necessidades da população. Além disso, a pequena produção agropecuária tornou-se um problema que afeta o equilíbrio do comércio exterior e o desenvolvimento da indústria nacional. O país não somente precisa importar o que não produz como tem deixado de exportar produtos que tradicionalmente sustentaram a economia cubana e permitiram ao país alcançar um volume de divisas importante, como é o caso da produção de cana-de-açúcar. Mesmo com as mudanças empreendidas pelo governo durante a década de 90, como a criação das UBPC e reabertura dos mercados agropecuários, a produção agropecuária não tem crescido de maneira sustentável e suficiente para reduzir a importação de alimentos. A ausência de investimentos no setor, a falta de insumos para a produção e o preço muito baixo pago pelo Estado na compra da produção são alguns dos fatores que desestimulam os produtores aumentarem a produção.

A falta de estímulo para produzir está refletida na quantidade de terras ociosas no país. De acordo com dados da Tabela 21, mais de 50% das terras agrícolas do país não estavam cultivadas em 2007.

TABELA 21 – DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS E SUA UTILIZAÇÃO EM 2007

Classificação	Mil hectare					
	Superfície					
	Total	Estatal	Não estatal			
Total			UBPC	CPA	CCS e Privados	
Total	10.988,6	6.088,9	4.899,7	2.804,8	692,8	1.402,1
Superfície agrícola	6.619,5	2.371,2	4.248,3	2.448,2	585,8	1.214,3
Superfície cultivada	2.988,5	694,2	2.294,3	1.189,9	305,3	799,1
Superfície no cultivada	3.631,0	1.677,0	1.954,0	1.258,3	280,5	415,2
Superfície no agrícola	4.369,1	3.717,7	651,4	356,6	107,0	187,8

Fonte: ONE - Series Estadísticas. Elaboração Própria

Outro grande desafio que o país precisa superar é a dependência externa decorrente da baixa produção agropecuária, mas não apenas disso. O grau de dependência da economia cubana das relações com o exterior está relacionado ao fato de que as exportações, especialmente as de serviços (médicos, turísticos e outros), constituem a base mais importante de geração de renda e emprego para o país, e também ao fato de que são os vínculos com o exterior que permitem ao país obter financiamento, recursos energéticos, alimentos e demais insumos para vários ramos da produção interna.

A evolução das taxas de crescimento do PIB e da formação bruta de capital fixo no período de 2002 a 2010 permitem observar como o comportamento dessas duas variáveis está diretamente relacionado ao crescimento das exportações (Gráfico 12). De 2003 a 2006, as exportações cubanas cresceram a uma taxa média anual de 18,4%; nesse mesmo período, o PIB e a formação bruta de capital fixo cresceram a uma taxa média anual, respectivamente, de 8,2% e 16,3%. Por outro lado, no período de 2007 a 2010, as exportações cresceram a uma taxa média anual menor (10,5%); da mesma maneira, o PIB registrou uma taxa de crescimento médio anual de apenas 3,8%, enquanto que taxa de formação bruta de capital fixo registrou um decréscimo de 0,6% no período.

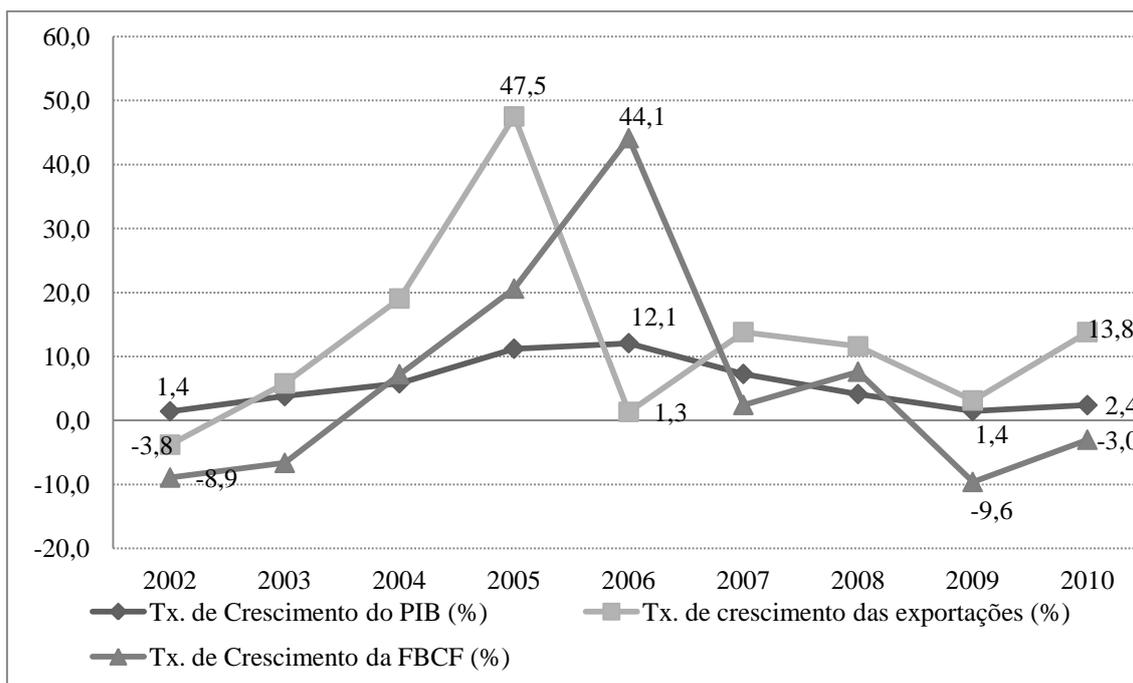


GRÁFICO 12 – INTERRELAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES, O CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO E CRESCIMENTO NA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO EM CUBA (2002 A 2010)

Fonte: ONE - Séries Estadísticas. Elaboração Própria

O Gráfico 12 também permite observar que no ano seguinte a queda na taxa de crescimento das exportações diminuiu também o crescimento do PIB e da formação bruta de capital fixo. Uma redução no volume de exportações acarreta uma entrada menor de divisas no país; para tentar manter o equilíbrio das contas externas, operam-se medidas administrativas de redução das importações. Isso acarreta não apenas uma redução na oferta de alimentos, mas na oferta de insumos para a produção industrial e dificuldades para investir na aquisição de máquinas e equipamentos importados. Cabe acrescentar ainda o acúmulo de dívida comercial (Tabela 22).

TABELA 22 – EVOLUÇÃO DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS DE CUBA COM OS PRINCIPAIS PARCEIROS

Regiões/países	Em milhões de pesos										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Espanha	893	837	725	773	819	828	1.017	1.155	1.427	906	947
China	524	622	593	584	670	996	1.815	2.446	2.158	1.688	1.901
Republica Bolivaria de Venezuela	912	4	745	876	1.510	2.265	2.641	2.694	4.887	3.135	6.028
Canada	589	592	455	507	755	778	897	1.400	1.412	741	972
Total das transações comerciais	6.471	6.415	5.610	6.361	7.947	9.764	12.422	13.765	17.898	11.769	15.245

Fonte: ONE - Series Estadísticas. Elaboração Própria

Essa situação de dependência externa é agravada pelas especificidades que caracterizam as relações comerciais cubanas, que são marcadas pela concentração em alguns parceiros

comerciais e realizadas sob determinadas condições especiais. Em 2010, apenas quatro países concentraram 65% das transações comerciais de Cuba, sendo que o montante de intercâmbio de mercadorias com a Venezuela representou 40% do montante total comercializado.

A circulação de duas moedas nacionais em Cuba também se constitui outro desafio importante que necessita ser solucionado. Em 2004 o país conseguiu eliminar a dolarização da economia, substituindo o dólar pelo peso conversível no âmbito da população, pois o setor empresarial operava apenas com pesos cubanos e pesos conversíveis e a uma taxa de câmbio de 1 peso cubano por 1 peso conversível. O setor empresarial não pode comprar pesos conversíveis nem divisas, somente podem operar com pesos conversíveis se a atividade que desenvolvem permitir comercializar em tal moeda (VIDAL ALEJANDRO, 2007). Sendo assim, é no setor empresarial que a dualidade monetária causa os maiores problemas, pois prejudica as empresas que operam em pesos cubanos, uma vez que algumas empresas priorizam as atividades em que possam operar diretamente em peso conversível, deixando de desenvolver atividades importantes para o país em que a comercialização é em peso cubano. Vidal Alejandro (2007, p. 7) retrata com clareza as distorções ocasionadas pela dualidade monetária ao afirmar que ela “afeta os exportadores, pois somente se contabiliza 1 peso cubano por cada dólar exportado que entra no país. Também desestimula a substituição de importações dado que por cada dólar economizado a empresa recebe somente o benefício de 1 peso cubano”. Assim as distorções causadas pela dualidade no campo monetário afetam diretamente o setor real da economia e o comportamento das empresas.

A questão salarial é outro problema que aflige a população cubana e exige um esforço imediato para superá-lo. Apesar dos serviços garantidos pelo Estado de forma gratuita e universal para todos os cidadãos e dos subsídios concedidos a uma cesta de produtos de primeira necessidade, as pensões e os salários pagos no setor estatal - onde estão empregados 77% da população ocupada em Cuba - apresentam uma grande defasagem. Um estudo realizado por Vidal Alejandro (2009a), pesquisador do Centro de Estudos da Economia Cubana, mostra a deterioração do salário real em Cuba. Utilizando o salário médio nominal pago pelas empresas e instituições estatais em 1989 e o índice de inflação, o autor estimou que em 2008, o salário médio real equivalia a apenas 45 pesos do de 1989, dito de outra forma, 24% do salário pago naquele ano, fato que gera desestímulo para o trabalho e emigração da força de trabalho qualificada. O autor ressaltou ainda que, diante dessa deterioração do salário real e das pensões, são os gastos sociais e os subsídios, entre os quais

se destaca a “*libreta*” de abastecimento, que garantem às famílias cubanas a satisfação de uma parte importante de suas necessidades básicas, impedindo que as mesmas vivam em situação de miséria, permitindo afirmar que em Cuba não há pobreza extrema. Em entrevista Vidal Alejandro disse que, as famílias consideradas pobres são aquelas que possuem como fonte de renda apenas os salários pagos pelas instituições e empresas estatais. Segundo ele, as famílias cubanas, para cobrirem suas necessidades, precisam ter algum membro trabalhando no setor não estatal, receber remessas do exterior ou complementar a renda de alguma maneira, nem que seja exercendo alguma atividade de maneira ilegal (MARREIRO, 2012).

Enquanto que no setor estatal o salário não permite às famílias cobrir suas necessidades básicas, as pessoas ocupadas em atividades ligadas ao turismo, aos serviços médicos, educacionais, esportivos e culturais prestados no exterior, ou dedicadas às atividades do chamado setor emergente conseguem obter renda muito superior a das pessoas ocupadas no setor estatal, isso porque os salários pagos nessas ocupações são maiores e em algumas atividades estão relacionados aos resultados alcançados (TOGORES GONZÁLEZ, 2007).

Os baixos salários do setor estatal ocasionam também uma distorção entre a qualificação e a ocupação, verificando-se que existem pessoas altamente qualificadas que estão desenvolvendo atividades completamente desassociadas de suas formações e que exigem uma qualificação menor para obter uma renda maior; isso ocorre, sobretudo, no setor de turismo. Como consequência, observa-se um desestímulo à educação e um impacto direto no ensino superior com redução de matrículas em algumas carreiras (TOGORES GONZÁLEZ, 2007).

Em 2005, ao discursar na aula magna da Universidade de Havana em comemoração aos 60 anos de seu ingresso na universidade, Fidel Castro, falou da corrupção no aparelho do Estado cubano. Nessa ocasião, o governo começou a admitir publicamente os problemas inerentes à burocracia, que restringem o desenvolvimento do país, dentre eles a corrupção. A burocracia no interior das instituições estatais se apresenta na infinidade de ministérios improdutivos que compõem o Estado, nos excessivos trâmites e procedimentos, nos métodos ultrapassados de gestão e nas proibições que, se em algum momento foram necessárias, agora se apresentam como restrições. A burocracia tem se constituído no maior inimigo de Cuba e o principal obstáculo para a realização de mudanças nesse país, porque ela garante interesses e privilégios a pessoas que possuem poder e não querem que nada mude. Como uma consequência da burocracia, a corrupção, presente tanto nas instituições administrativas do Estado como nas

empresas, tornou-se uma prática recorrente, que percorre desde os gabinetes do alto comando estatal até os operários e trabalhadores das empresas estatais (MARTÍNEZ, 2011).

A corrupção instalada no aparelho do Estado cubano apresenta-se tanto na forma de comissões e desvios de recursos para contas no exterior como no roubo de materiais, insumos e bens de consumo para serem comercializados no mercado paralelo ilegal, que para algumas famílias constitui-se em uma forma de complementar a renda. Em uma carta intitulada “Cuba: corrupção, a verdadeira contrarrevolução?”, escrita por Esteban Morales, militante do partido comunista e acadêmico da Universidade de Havana, questiona-se se não seria a corrupção, ao invés da dissidência interna, a verdadeira contrarrevolução, e lembrando as palavras de Fidel Castro na Universidade de Havana em 2005, quando o presidente dizia que os próprios cubanos poderiam destruir a revolução, o autor coloca a corrupção como uma prática que faz verdadeiras as palavras de Fidel Castro (MORALES, 2010).

4.4 CONDICIONANTES PARA CENÁRIOS FUTUROS DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA EM CUBA

A análise realizada até aqui permite afirmar que Cuba vive um momento de grandes mudanças que, inclusive, extrapolam o âmbito do modelo econômico e social da transição. Algumas mudanças ocorrem em um ritmo muito mais intenso e profundo, outras a passos mais lentos e de forma mais superficial. Diante desse cenário, muitos se perguntam para onde caminha o país, se para um retorno ao capitalismo, se para um socialismo de mercado ou se para um aperfeiçoamento de um modelo de socialismo que apresente algumas singularidades. Embora não seja pretensão deste trabalho responder a essas questões, tão pouco traçar cenários futuros para o país e sua transição socialista, o caminho percorrido até aqui permite delinear alguns fatores que poderão condicionar a direção para a qual caminhará o país, evidenciando como esses fatores constituem ameaças que combinados às alterações realizadas no modelo econômico e social podem interferir no processo de transição socialista cubano, colocando em risco a revolução e o seu caráter socialista.

O primeiro e o segundo fator condicionante de futuro está relacionado ao povo cubano, afinal foi a população cubana que lutou pela libertação do país e tornou vitoriosa a revolução, foi essa mesma população que lutou na invasão contrarrevolucionária em Playa Girón e expulsou

os invasores, também foi essa massa que construiu o socialismo durante mais de 53 anos e que defendeu o sistema nos momentos de crise. A massa popular é com certeza o principal elemento da revolução e do socialismo em Cuba, e é ela quem decide e decidirá a direção em que o país caminhará, portanto analisar esse elemento e suas características atuais é importante para entender o que acontece em Cuba atualmente e o que poderá acontecer nos anos vindouros. Diante da restrição de tempo e espaço, aqui foram selecionados apenas dois aspectos considerados importantes em relação à massa popular para serem apresentados: a questão demográfica e geracional e os valores construídos e solidificados nessa massa popular ao longo da revolução.

Iniciando por uma leitura demográfica a partir dos dados fornecidos pela ONE (acesso em 30 set. 2012), em 2010, a população cubana era de 11.241.894 de habitantes; desses, 50,08% eram homens e 49,92% mulheres, além disso, 75,4% da população vivia na área urbana e 24,6% na área rural. Em relação à faixa etária, em 2010, 18,6% da população tinha de 0 a 15 anos, 19,1% estavam no grupo etário de 16 a 29 anos, 45% tinham de 30 a 59 anos e 17,6% estavam com 60 anos ou mais. Posicionando esses grupos etários nas diversas fases da revolução cubana, tem-se que do grupo com 60 anos ou mais todos nasceram antes de 1959, portanto conheceram a realidade do país antes da revolução e, além disso, muitos lutaram para libertar o país e junto com os líderes revolucionários instituíram o socialismo em Cuba. Esse grupo possui clareza quanto às conquistas alcançadas com a revolução e o socialismo e trazem na memória o horror de uma época de submissão e miséria.

Em contraposição, há em Cuba um grupo de pessoas que nasceu e viveu durante os anos de conquistas sociais e prosperidade econômica alcançados pelo socialismo. Esse grupo, que representa aproximadamente 40% da população cubana, nasceu no período entre 1960 a 1989 e tinha, em 2010, entre 25 e 49 anos, portanto conheceram os anos de prosperidade e desenvolvimento econômico e social que o país experimentou no período que durou o acordo com o CAME, assim como os anos difíceis da década de noventa após a queda do bloco socialista. Essa faixa da população possui, em grande medida, como referência de bem estar no socialismo e de expectativa para o futuro a década de 80.

Há ainda outro importante grupo etário em Cuba composto pelas pessoas que nasceram após 1898. Esse grupo representam mais de 24% da população cubana e em 2010 tinham entre 0 e 20 anos. Composto por crianças, adolescentes e jovens, esse grupo nasceu e viveu os anos de grave crise econômica. Além das medidas do ajuste e a instabilidade econômica que o país

tem vivido nos últimos 20 anos, eles conhecem apenas as restrições e dificuldades cotidianas do socialismo e possuem como referência de bem estar países da Europa e o estilo de vida da sociedade americana. A força ideológica da sociedade de consumo está presente em Cuba e lá chega não apenas com os mais de 2 milhões de turistas que anualmente visitam o país, mas principalmente nas palavras e nas malas dos cubanos que vivem nos Estados Unidos.

Ainda em relação à massa popular, tem-se que levar em consideração os valores construídos e solidificados no seio da população cubana ao longo dos mais de 53 anos de revolução, pois desde o início do processo revolucionário, em paralelo a construção da base material, desenvolveu-se uma formação político-ideológica da população direcionada para transformar a mentalidade capitalista e desenvolver uma consciência comunista baseada nos valores de igualdade, equidade, solidariedade e justiça social. Foram esses valores que nos momentos mais difíceis da crise da década de 90 levaram a população a defender o socialismo e a compreender as medidas que ocasionaram graves restrições, principalmente, em relação ao consumo de alimentos (XALMA, 2007). São esses valores que estão presentes na população cubana quando explicam que carne bovina, pescado e mariscos são para os turistas, porque estes deixam no país divisas que são revertidas para o bem estar de todos.

Porém, como ressalta Xalma (2007), foi durante a crise e frente à urgência em satisfazer as necessidades mais elementares da vida humana, o consumo de alimentos, que muitos cubanos começaram a priorizar soluções individuais frente às saídas coletivas, foi nesse momento que valores como o individualismo, o benefício próprio, a ilegalidade e a competitividade agressiva começaram a ganhar espaço no interior da sociedade cubana, valores que estão intimamente relacionados ao modo de vida capitalista e às leis de funcionamento do mercado. O conflito de valores presente hoje em Cuba torna-se ainda mais complexo, dada a presença de novos grupos na estrutura social cubana, que desencadeiam novas relações econômicas e sociais, grupos compostos por pequenos proprietários privados, por trabalhadores por conta própria e por investidores externos que começam a ganhar espaço e importância, e a defesa por seus interesses pode impactar o modelo econômico, social e político vigente, constituindo-se um ameaça contrarrevolucionária.

O terceiro condicionante em relação ao rumo das mudanças em Cuba está relacionado ao custo das reformas que serão realizadas para a atualização do modelo econômico e social cubano sobre as conquistas sociais da revolução e em que medida a população cubana estará disposta a abrir mão de direitos e garantias historicamente conquistados. Segundo estimativas,

cerca de 20% das famílias cubanas sobrevivem apenas dos salários pagos no setor estatal e não conseguiriam cobrir suas necessidades básicas sem os produtos distribuídos pela “*libreta*” de abastecimento, ou seja, é a distribuição racionada de produtos de consumo que garante que essas famílias não fiquem desamparadas e na miséria. Além disso, os serviços sociais básicos ofertados de maneira universal e gratuita também são a garantia de proteção social para a totalidade das famílias cubanas (MARREIRO, 2012). O impacto que as reformas poderão gerar sobre essas garantias pode levar a uma reação da população, no sentido de defender a qualidade e cobertura tanto dos serviços como da distribuição racionada de alimentos.

Ao analisar as modificações realizadas no texto original dos lineamentos, é possível perceber uma preocupação no sentido de que ninguém, ou nenhuma família, fique desamparado, porém, ao mesmo tempo, observa-se uma responsabilização do sujeito pela satisfação de suas próprias necessidades e de sua família via trabalho. Isso mostra uma das contradições presentes atualmente na sociedade cubana, o acirramento entre valores socialistas e valores capitalistas, contradição que poderá condicionar tanto a direção das reformas como a velocidade com que elas irão ocorrer.

O bloqueio promovido pelos Estados Unidos a Cuba desde a década de 60 é um condicionante não apenas de cenários futuros, mas do presente e do passado. As inúmeras medidas adotadas pelo governo americano levaram Cuba a se aproximar do bloco socialista, e como consequência, incorporar em seu modelo de transição socialista elementos do modelo soviético. Além disso, o acirramento do bloqueio após o fim do bloco socialista soviético potencializou os efeitos negativos que conduziram Cuba à mais grave crise econômica e social de sua história. A permanência das medidas e das sanções realizadas em decorrência do bloqueio, atualmente, torna a realidade cubana ainda mais difícil, em face de todos os problemas já descritos. Além de restringir a oferta de bens e serviços no país, o bloqueio torna mais custosos os produtos que chegam ao país, restringe o envio de dinheiro de cubanos a seus familiares, limita a presença e viagens de americanos a Cuba, assim como impede que países realizem investimentos em Cuba. As áreas mais afetadas pelo bloqueio são os setores de saúde e alimentação. O fim do bloqueio produziria em Cuba efeitos positivos que teriam impactos diretos nas condições econômicas e sociais da ilha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, é possível perceber que quando Cuba declarou o caráter socialista da revolução cubana, em 1961, reafirmou o propósito de construir um projeto societário que vislumbrava para o país uma transição econômica e social do modo de produção capitalista subdesenvolvido e dependente para outro modo de produção em que a sociedade se organizaria a partir do princípio estabelecido por Marx (2000, p. 26) em “*A crítica ao programa de Ghotá*” [...] de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades.

Nesse sentido, além da organização política de um Estado que assume a natureza de ditadura do proletariado, estruturou-se no país um modelo de gestão econômica e social que tinha por objetivo liquidar as relações sociais capitalistas e estabelecer novas formas de relações sociais. Ao mesmo tempo, buscou-se desenvolver as bases materiais necessárias à satisfação das necessidades da sociedade e a construção de um novo homem.

Para isso, o país optou pela planificação centralizada da economia tendo no plano um instrumento de gestão dos recursos e também uma maneira da sociedade planejar e decidir sobre a forma mais adequada de utilizar os recursos, apropriando-se da produção e destinando-a para a satisfação das necessidades de todos. O funcionamento do Sistema Orçamentário de Financiamento adotado como modelo de gestão de uma parte importante da indústria – somente não foi aplicado às unidades produtivas agrícolas – buscou não apenas garantir o processo produtivo, mas estabelecer novas formas de relacionamento entre as empresas que não fossem a utilização de dinheiro e do mercado, tais como: conjugar incentivos morais aos incentivos materiais concedidos aos trabalhadores em retribuição ao trabalho, estimular a autogestão dos trabalhadores no controle das unidades produtivas, estabelecer novas formas de avaliação dos resultados medidos a partir das metas do plano e do cumprimento das mesmas e instituir o trabalho voluntário como a principal forma de propiciar a formação de uma consciência comunista.

Além disso, foi constituído um conjunto de políticas públicas financiadas a partir dos chamados fundos sociais de consumo presentes no orçamento estatal, que garantiu de maneira universal e gratuita serviços sociais básicos e uma cesta de alimentos a preço subsidiados para todas as famílias cubanas. Isso permitiu que o trabalho deixasse de ser uma obrigatoriedade

para a satisfação das necessidades fisiológicas dos trabalhadores assumindo mais um caráter de dever social de cada pessoa para com a coletividade.

De maneira geral, foram esses os principais aspectos do modelo econômico e social que Cuba construiu nos primeiros anos da revolução, e que permitiram avançar na substituição paulatina das relações capitalistas de produção por novas relações sociais de produção com um caráter cada vez mais humano, suprimindo assim parte das categorias, mecanismos e valores de funcionamento da antiga ordem e criando outros, compatíveis com a nova organização social.

Porém, quando triunfa a revolução, Cuba era um país pequeno, subdesenvolvido, monoexportador de açúcar e altamente dependente de importações. A política de hostilidade empreendida pelos Estados Unidos na forma do bloqueio econômico, sabotagem e ameaças de invasão, não deixou a Cuba outra opção, se não a aproximação com os países socialistas do leste, tornando-se inclusive membro do CAME. Esse fato foi determinante para que o governo optasse pela expansão do sistema de planificação “Cálculo Econômico”, adotado pelos parceiros do CAME, para todas as unidades produtivas do país. Com isso, apesar da planificação centralizada continuar sendo a via principal de direção econômica, as unidades produtivas passaram a funcionar com base na autogestão econômica e a se relacionar com as demais via mercado, por intermédio de transações monetárias. Foram criados mercados livres para produtos agropecuários e artesanais; na área do trabalho consolidou-se o pagamento de salários conforme o resultado do trabalho; os estímulos materiais foram ampliados; houve redução do trabalho voluntário e ampliação do autoemprego. Quer dizer, o modelo econômico e social incorporou elementos que haviam sido suprimidos anteriormente, como as relações monetárias e o mercado, além de alterar a posição de elementos importantes para o funcionamento do modelo de transição socialista, como os incentivos morais e o trabalho voluntário.

Porém, cabe destacar que essas alterações no modelo de transição, associadas às relações comerciais mantidas com os países do CAME, garantiram a Cuba um período de prosperidade econômica com crescentes taxas de crescimento do PIB, assim como aumento das exportações e a estruturação de algumas indústrias. Na área social, as políticas e ações implementadas melhoraram as condições de vida da população, refletidas na elevação dos principais indicadores sociais do país, na redução das desigualdades e na eliminação da pobreza absoluta.

Assim, mesmo sendo um país pequeno, tanto territorialmente, como em termos populacionais, monoexportador, dependente, marcado pelo subdesenvolvimento capitalista e sofrendo um isolamento econômico por parte dos países capitalistas, Cuba conseguiu avançar na transição socialista alcançando resultados importantes do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social do país, tendo chegado inclusive a considerar erradicada a pobreza.

No entanto, no final da década de 80 os sinais de esgotamento do funcionamento do modelo econômico e social associados ao fim do Bloco socialista soviético e ao acirramento do bloqueio dos Estados Unidos à Cuba levaram o país à mais grave crise de sua história. Além de perder os principais parceiros econômicos, com o fim do CAME, Cuba perdeu as condições favoráveis garantidas nos contratos de comercialização com os países socialistas e, ainda teve que enfrentar restrições comerciais mais severas impostas pelo bloqueio americano. O desabastecimento generalizado atingiu, inclusive, o consumo de alimentos, além da falta de petróleo e de insumos para a indústria. A redução do PIB e do comércio exterior deterioraram as condições econômicas e sociais do país e o governo precisou responder não apenas a urgência de garantir a satisfação das necessidades mínimas de sobrevivência, mas à questão então colocada de como manter o país na transição socialista diante de condições internas tão adversas e de grande hostilidade internacional.

Ao contrário da aposta do governo americano e das análises dos especialistas internacionais, Cuba manteve o propósito de construção de um projeto societário oposto à lógica de funcionamento da sociedade capitalista realizando uma reforma econômica que buscou criar condições para o país enfrentar a deterioração das condições sociais e econômicas, manter as conquistas da revolução e o socialismo no país. É nesse contexto que se inserem a dolarização da economia com a liberação da posse e uso do dólar, a liberação para entrada do capital externo na forma de investimento estrangeiro direto, a autorização para o trabalho por conta própria, a criação das Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC), a reabertura dos mercados agropecuários e artesanais e a criação de um setor chamado “emergente” com regras e regulamentações diferenciadas. Isto é, para manter-se no caminho da transição socialista, Cuba se viu forçada a realizar uma reforma que incorporou ao funcionamento do modelo econômico e social elementos do capitalismo que haviam sido praticamente extintos de Cuba, como a propriedade privada e alguns elementos de economias de mercado, sendo que essa incorporação foi restrita e controlada pelo Estado cubano.

A reforma econômica de 90 alcançou seu objetivo em relação à manutenção do socialismo e das conquistas sociais da revolução e permitiu ao país retomar o crescimento econômico e o comércio exterior. Porém, a reforma também produziu reflexos adversos como o crescimento das desigualdades sociais e o surgimento de novos estratos sociais, compostos por pessoas com rendimentos bastante superiores aos demais. Soma-se a isso a deterioração do salário real pago aos trabalhadores do setor estatal da economia, que se tornou insuficiente para a satisfação das necessidades básicas das famílias cubanas, e a dissociação entre a formação dos trabalhadores e a atividade desenvolvida no mercado de trabalho.

Em resumo, as medidas de enfrentamento da crise e o ajuste econômico ao inserir mecanismos monetários e mercantis ao modelo econômico e social de Cuba produziram reflexos contraditórios no interior do processo revolucionário, pois ao mesmo tempo em que permitiram ao país manter o socialismo, as conquistas sociais e recuperar o crescimento econômico, tiveram implicações na manutenção de alguns valores e princípios defendidos pela revolução, como a igualdade, a solidariedade e a justiça social.

Apesar de optar pela utilização de mecanismos de repartição equitativa dos efeitos da crise para toda a sociedade, as medidas da reforma econômica estimularam respostas individuais para o enfrentamento da crise, como o autoemprego e o recebimento de remessas dos parentes no exterior. Ademais, as dificuldades cotidianas e a urgência em satisfazer as necessidades mais elementares da vida humana levaram muitos cubanos a priorizar soluções individuais frente às saídas coletivas. Nesse contexto, ganharam espaços no interior da sociedade cubana valores que estão intimamente relacionados ao modo de vida capitalista e às leis de funcionamento do mercado, como o individualismo, o benefício próprio, a ilegalidade e a competitividade agressiva.

Cuba iniciou o ano 2000 tentando reverter os efeitos negativos ocasionados pelo ajuste econômico da década de 90 na transição socialista, principalmente buscando diminuir as desigualdades no âmbito da sociedade e fortalecer os valores fundamentais da transição socialista. Nessa etapa, destaca-se o programa “Batalha de Ideias”, que se constituiu em um aporte de recursos e de inovações nos serviços sociais básicos, centralização estatal, desdolarização da economia e não concessão de novas licenças para o trabalho por conta própria. Com isso, o país passou por um período de crescimento econômico, expansão das exportações e elevação das condições de vida refletida, sobretudo na melhoria dos indicadores sociais.

Assim Cuba chegou ao final da primeira década do século XXI persistindo na transição socialista e na construção de uma nova sociedade, apesar da permanência de suas condições internas adversas – país pequeno, bloqueio econômico, pequena produção agropecuária, baixo desenvolvimento tecnológico e alta dependência externa – e de um contexto internacional de hegemonia quase absoluta do capitalismo e de crise estrutural do capital.

Mas a crise econômica iniciada em 2008, somada às condições econômicas internas e às contradições presentes na transição socialista, colocou a ilha novamente frente ao desafio de manter a continuidade do país em seu processo de transição e equacionar os problemas decorrentes do vigente modelo econômico e social de Cuba.

Tal contexto motivou o debate e alteração, em 2011, das mudanças aprovadas no documento “Lineamientos da Política Econômica e Social”. Em suma, o documento aprovado durante o VI Congresso do Partido Comunista constitui-se em uma reforma no modelo econômico e social da transição socialista, porque autoriza a alteração de mecanismos fundamentais e estruturais de funcionamento, pois, apesar da planificação continuar sendo a principal via de direção da economia nacional e o plano como instrumento de direção e gestão subordinando todos os âmbitos da economia, ampliou-se o papel concedido ao mercado dentro do funcionamento da sociedade. Essa ampliação é entendida como uma necessidade para elevar a eficiência econômica, ampliar a democracia, combater a corrupção e garantir o desenvolvimento do país. Nesse sentido, cabe destacar que a palavra eficiência apareceu 36 vezes ao longo do texto final, na maioria delas reafirmando a busca da eficiência em relação aos resultados da economia, ou das formas de gestão, ou da produção e dos serviços, ou relacionada a indicadores para avaliar tais resultados.

Em conjunto com essa ampliação do papel do mercado no interior da planificação, observou-se também a diversificação das formas de propriedade. A diretriz que orientou o documento é a de que a propriedade estatal deve ficar restrita a setores que sejam de interesse do Estado e da sociedade, nos demais deve-se ampliar a diversificação das formas de propriedade. As unidades produtivas deverão se relacionar no mercado onde o Estado também será um agente econômico, sendo que os preços dos bens e serviços que sejam de interesse econômico e social serão fixados, os demais serão descentralizados.

Outra ideia central da reforma aprovada é a necessidade, muito apregoada pelo governo em discursos anteriores, de resgatar o valor do trabalho e do salário como únicas formas para

satisfazer as necessidades dos trabalhadores e de suas famílias e de cumprir o princípio: receba cada qual segundo o seu trabalho. Nesse sentido, alterou-se não apenas o sistema de subsídios e gratuidades, que era um instrumento de alocação e distribuição dos recursos considerado igualitário, mas se eliminou a garantia ao trabalho e à renda, pois diante das demissões, o texto expressa apenas a intenção de oportunizar trabalho a todos, e a assistência social passa a ser direcionada apenas para os impedidos para o trabalho, que não podem satisfazer as próprias necessidades por conta própria ou com ajuda da família. Essas medidas são tidas como necessárias para que as pessoas voltem a trabalhar, para que o Estado reduza seus gastos e para que a produtividade do trabalho em Cuba aumente. Por outro lado, tem-se ainda a ideia de que muitos não precisam das gratuidades e subsídios garantidos pelo Estado, e que se deveriam subsidiar pessoas e não produtos.

A reforma também altera o papel do consumo na sociedade, buscando torná-lo um estímulo para que as pessoas trabalhem e tenham renda para consumir bens e serviços diversos que deverão ser ofertados nas redes comerciais do país. E, diante de um consumo maior, surge também a necessidade de regulamentar essas relações de consumo com a instituição de formas de proteção do consumidor.

Apesar disso, é necessário pontuar algumas considerações importantes. Primeiramente, é preciso reconhecer o esforço da sociedade cubana em construir uma sociedade oposta à lógica da sociedade comanda pelo capital e em manter-se firme nesse propósito de transição em um contexto tão adverso, tanto internamente como externamente. Portanto, ao tecer análises sobre Cuba, é preciso considerar que o país está inserido em um mundo onde o capitalismo é a forma hegemônica de organização social e que isso, por si só, já estabelece entraves para o país avançar rumo a outra forma de organização social.

Segundo, a incorporação ou o fortalecimento de elementos da sociedade capitalista na transição socialista não é algo atual e inédito, nem em Cuba, tão pouco no cenário mundial. Na década de 60 o país vivenciou um debate interno entre os defensores do Sistema Orçamentário de Financiamento e os defensores do Cálculo Econômico sobre o papel de elementos da sociedade capitalista no funcionamento da transição socialista. E, na década de 90, o governo promoveu uma reforma que reintroduziu mecanismos de mercado e a propriedade privada no funcionamento da transição para enfrentar a crise econômica que assolou o país após o fim do bloco socialista do leste europeu e o acirramento do bloqueio econômico norte-americano.

Terceiro, tomando como ponto de partida os escritos de Marx (2000) sobre essa fase da sociedade pós-capitalismo, percebe-se a permanência de elementos da sociedade capitalista como vestígios do modo de vida anterior, dado que a nova sociedade é construída sob os escombros da anterior. Embora, ao falar da fase superior da sociedade comunista, ele reafirme o desaparecimento desses vestígios. Ou melhor, que em um processo de transição, aspectos econômicos, sociais, morais e intelectuais da sociedade anterior estão presentes como uma necessidade transitória, mas o aperfeiçoamento dessa sociedade rumo ao comunismo deveria conduzir a uma paulatina supressão dos mesmos ao invés de utilizá-los como elementos essenciais da transição.

Da mesma forma, Che Guevara (2004), ao defender a planificação e o Sistema Orçamentário de Financiamento, também reafirma a permanência de categorias e mecanismos do capitalismo durante a transição socialista, porém defende um modelo de planificação que distorça o funcionamento da lei do valor durante essa etapa até a sua completa abolição com o estabelecimento da sociedade comunista.

Com isso, entende-se que um processo de aperfeiçoamento do socialismo deveria seguir no sentido de reduzir e suprimir os vestígios da sociedade anterior, portanto considerar os “Lineamientos da Política Econômica e Social” como um processo de aperfeiçoamento constitui-se um equívoco. Na verdade, eles representam mais um esforço de Cuba em se manter no processo de transição socialista dada as dificuldades presentes no contexto nacional e internacional. Dito de outra forma, a ampliação dos mecanismos de economia de mercado no interior da transição socialista cubana e a diversificação das formas de propriedade constituem-se uma necessidade momentânea da transição socialista cubana dada a hegemonia mundial do capitalismo, a necessidade de se inserir no comércio internacional e de desenvolver as forças produtivas do país.

Cabe considerar também que um processo de transição de um modo de produção para outro é longo e repleto de percalços que podem levar a avanços e retrocessos, portanto, mais importante do que discutir se Cuba está retornando ou não ao capitalismo a partir das mudanças aprovadas, é analisar como Cuba se mantém nesse processo de transição socialista e identificar e qualificar quais aspectos da sociedade anterior que são necessários na transição socialista cubana e como eles estão e poderão se articular à planificação econômica e a propriedade social dos meios de produção no propósito de construção da nova sociedade.

Conforme apontado na análise realizada, a necessidade de mudanças no modelo econômico e social cubano era, e ainda é, um imperativo para a manutenção da revolução rumo ao desenvolvimento integral da sociedade, que permita alcançar o princípio comunista de cada um segundo a sua capacidade e receba segundo sua necessidade. Nesse momento de debate sobre alternativas ao capitalismo, cabe assinalar a atualidade do pensamento econômico, político, social e ideológico de Ernesto Che Guevara, para quem o comunismo é um fenômeno da consciência, e para que ocorra a transformação da consciência capitalista para uma consciência comunista precisa-se de uma permanente educação coletiva e individual, prática e teórica, onde a massa popular esteja constantemente posicionada em suas trincheiras de defesa da revolução no combate aos valores capitalistas, ao próprio capital e ao imperialismo, afinal quem vai dizer que caminho Cuba seguirá no futuro é o povo cubano que fez a revolução e a mantém até os dias atuais.

6 REFERÊNCIAS

CUBA. Lei de la Reforma Agraria, de 17 de maio de 1959. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución cubana 1959**. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: < <http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2009/08/documentos-revolucion-cubana.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

CUBA. Lei nº 122, de 3 de marzo de 1959. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución cubana 1959**. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: < <http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2009/08/documentos-revolucion-cubana.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

CUBA. Lei nº 135, de 10 de marzo de 1959. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución cubana 1959**. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: < <http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2009/08/documentos-revolucion-cubana.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

CUBA. Lei nº 135, de 10 de marzo de 1959. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución cubana 1959**. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: < <http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2009/08/documentos-revolucion-cubana.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

CUBA. Lei nº 680, de 23 de diciembre de 1959. In: BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución cubana 1959**. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: < <http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2009/08/documentos-revolucion-cubana.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

CAPITULO 1 - Las primeras acciones. El sitio del pueblo cubano CubavsBloqueo. **Trabajos de investigación**. (artículos de investigación). Bloqueo: El asedio econômico. Disponível em: < <http://www.cubavsbloqueo.cu/Portals/0/Bloqueo.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

CARCANHOLO, M. D. Introdução. In: _____. **Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2002. Apresentada como tese de doutorado. Disponível em: < <http://www.eumed.net/tesis-doctorales/mdc/index.htm>>. Acesso em: 20 out. 2012.

CARCANHOLO, M. D.; NAKATANI, P. A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos sessenta. In: JORNADAS DE ECONOMIA CRÍTICA, 10, 2006, Barcelona, **Ponencias por áreas de trabajo**. Disponível em: < <http://www.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/706DiasyNakatani.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

CARCANHOLO, M. D.; NAKATANI, P. Cuba: socialismo de mercado ou planificação socialista?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 6, 2001, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: < <http://www.sep.org.br/artigos?conference=6&title=&author=carcanholo>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, Cuba 1902-2002: Desarrollo económico y política social (I). **Revista Economía y Desarrollo**. La Habana, Año XXXIV, 137 v., n. 2, p.

9-41, 2004. Disponível em: <<http://www.fec.uh.cu/downloads/Revistas/2004/2004-n2.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, Cuba 1902-2002: Desarrollo económico y política social (II). **Revista Economía y Desarrollo**. La Habana, Año XXXV, vol. 138, n° 1, p. 48-82, 2005. Disponível em: <<http://www.fec.uh.cu/downloads/Revistas/2005/2005-n1.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

CARRIAZO MORENO, G.; LUIS RODRÍGUEZ, J. **Erradicación de la pobreza em Cuba**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987.

CASTAÑEDA, R. Importancia del *Proyecto Varela* para Cuba. **ASCE: Cuba in Transition**, Miami, 12 v., p. 14-26, 2002. Disponível em:<<http://www.ascecuba.org/publications/studies/monograph3/castaneda.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

CASTRO RUZ, F. **Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, primer secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y presidente de los Consejos de Estado y de Ministros**. Congreso do Partido Comunista Cubano. 4, 1991, Santiago de Cuba. Disponível em:<<http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/02/Discurso-de-Fidel-inauguracion-del-IVcongreso.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

CASTRO, F. RUZ. Discurso pronunciado por el comandante en jefe Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. In: XI Aniversario del Asalto a los Cuarteles Moncada y "Carlos Manuel de Céspedes". 1993, Santiago de Cuba. **Política y gobierno**, Discursos de Fidel Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em:<<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1993/esp/f260793e.html>> Acesso em: 15 maio 2012.

CASTRO RUZ, F. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba. Aula Magna de la Universidad de La Habana: ato pelo aniversário de 60 anos do ingresso de Fidel Castro à universidade. 2005, La Habana, efectuado en el el 17 de noviembre de 2005. **Política y gobierno**, Discursos de Fidel Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em:<<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2005/esp/f171105e.html>>. Acesso em: 1 out. 2012.

CASTRO RUZ, F. **La historia me absolverá**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007a. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2009/05/la-historia-me-absolvera-fidel-castro.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2011.

CASTRO RUZ, R. Discurso pronunciado por el Primer Vicepresidente. In: Acto del aniversario 54 del asalto al cuartel Moncada. 2007b. Camagüey. **Estamos en el deber de cuestionarnos cuanta cosa hacemos en busca de realizarla cada vez mejor**: Cuba. Rebelión. [S.I.], jul 2007. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=54199>>. Acesso em: 5 set. 2012.

CASTRO RUZ, R. Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. VII. 2008a. La Habana. **Política y gobierno**, Discursos Discursos del Presidente

Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <
<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2008/esp/r240208e.html>>. Acesso em: 5 set.
 2012.

CASTRO RUZ, R. Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Segundo Período de Sesiones de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. 2008b. La Habana. **Política y gobierno**, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <
<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2008/esp/r271208e.html>>. Acesso em: 5 set.
 2012.

CASTRO RUZ, R. Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Tercer Período Ordinario de Sesiones de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. 2009. La Habana. **Política y gobierno**, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <
<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2009/esp/r010809e.html>>. Acesso em: 5 set. 2012.

CASTRO RUZ, R. Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Quinto Período Ordinario de Sesiones de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. 2010a. La Habana. **Política y gobierno**, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <
<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2010/esp/r010810e.html>>. Acesso em: 5 set. 2012.

CASTRO RUZ, R. Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Acto Conmemorativo del Décimo Aniversario del Convenio Integral de Cooperación Cuba-Venezuela. 2010b. La Habana. **Política y gobierno**, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <
<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2010/esp/r081110e.html>>. Acesso em: 5 set.
 2012.

CEPAL - COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y CARIBE. América Latina y el Caribe: **Anuário Estatístico de América Latina y el Caribe 2011**. Disponível em:<
http://www.eclac.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/publicaciones/xml/7/45607/P45607.xml&xsl=/publicaciones/ficha.xml&base=/publicaciones/top_publicaciones.xml>. Acesso em: 30 jun. 2012.

CEPAL - COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y CARIBE. **Disponibilidad actual de las cuentas nacionales em Cuba**. [S.I.; s.n.], 2003. Disponível em: <
<http://ebookbrowse.com/disponibilidad-actual-de-las-cuentas-nacionales-en-cuba-pdf-d177392487>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

CEPAL - COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y CARIBE. **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 1999-2000**. Disponível em:<
<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/4919/P4919.xml&xsl=/tpl/p9f.xml>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CHÁVEZ NEGRÍN, E. El combate contra la pobreza em Cuba. Políticas públicas y estrategias familiares. In: _____. **El combate contra la pobreza em Cuba**. Políticas

públicas y estrategias familiares. CIPS, Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, Ciudad de La Habana, Cuba: 2003. Disponível em: <
<http://sala.clacso.edu.ar/gsd1252/cgi-bin/library>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

CHE GUEVARA, E. **Algunas orientaciones a los nuevos administradores**. In: _____. Retos de la transición socialista em Cuba (1961-1965). 1.ed. México: Editora Ocean Sur, 2009, p. 97-110.

CHE GUEVARA, E. **El Socialismo y el hombre em Cuba**. La Habana: Editora Política, 1988.

CHE GUEVARA, E. Sobre el sistema presupuestario de financiamiento. In: _____. **Obras escogidas**. Santiago del Chile: Editado em digital por Resma, 2004, p. 278-300. Disponível em: <
http://www.4shared.com/office/k-IfwpdW/Che_Guevara_-_Obras_escogidas.html>. Acesso em: 5 jan. 2012.

CHE GUEVARA, E. Tareas Industriales de la Revolución en los años venideros. **Cuba Socialista**, ano II, n. 7, p. 28-46, 1962. Disponível em: <
<http://www.bibliotecarevolucionaria.netii.net/Biblioteca/Teoria/Ernesto%20Che%20Guevara/Ernesto%20Che%20Guevara%20-%20Tareas%20Industriales%20de%20la%20Revoluci%3n%20en%20los%20A%20f%20os%20Venideros.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA CUBANO. 1, 1975, La Habana, **Informe Central de las Tesis e Resoluciones**, [S.I.; s.n.], 1976. Disponível em:<
<http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/02/Informe-Central-I-Congreso-del-PCC.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA CUBANO. 2, 1980, La Habana, **Informe Central de las Tesis e Resoluciones**, [S.I.; s.n.], 1980. Disponível em:<
<http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/01/documentos/informe-central-ii-congreso-del-pcc.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA CUBANO. 3, 1986, La Habana, **Informe Central de las Tesis e Resoluciones**, [S.I.; s.n.], 1986. Disponível em:<
<http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/01/Informe-Central.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

CUBA. Ley n. 77 de 5 de septiembre de 1995, **Ley de la Inversión Extranjera**. Disponível em: <
<http://www.cubaindustria.cu/juridica/ley%2077.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

DÍAZ ACOSTA, J. C. Consumo y distribución normada de alimentos y otros bienes. In: PÉREZ VILLANUEVA, O. E. **Cincuenta años de la economía cubana**. 1. ed. La Habana: Editorial de Ciências Sociais, 2010, p. 333- 362.

DÍAZ VÁZQUEZ, J. A. Gestión y dirección de la economía. In: PÉREZ VILLANUEVA, O. E. **Cincuenta años de la economía cubana**. 1. ed. La Habana: Editorial de Ciências Sociais, 2010, p. 25- 46.

ECURED. In: **Enciclopedia cubana**. [La Habana: s.n., 2010b]. Disponível em: <
http://www.ecured.cu/index.php/Periodo_especial>. Acesso em: 20 ago. 2012.

ECURED. **Enciclopedia cubana**. [La Habana: s.n., 2010a]. Disponível em: <http://www.ecured.cu/index.php/Movimiento_26_de_julio>. Acesso em: 10 set. 2012.

El gobierno cubano aumenta las pensiones y anuncia un paquete de ayuda a la población más pobre. **Rebellion**. [S.I.], 3 de abril de 2005, Cuba. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=13418&titular=el-gobierno-cubano-aumenta-las-pensiones-y-anuncia-un-paquete-de-ayuda-a-la-poblacion->>. Acesso em: 30 set. 2012.

CUBA. Apêndice de la Constitución de la Republica de Cuba. 12 de junho de 1901. In: CLEMENTE VIVANCO, J. **Constitución de la Republica de Cuba comentada**. [S.I.]. Habana: Imprenta y encuadernacion. 1902. Disponível em: <<https://archive.org/stream/constitucindela00vivagoog#page/n8/mode/2up>>. Acesso em: 20 set. 2012.

ESPINA PRIETO, M. P. **Políticas de atención a la pobreza y la desigualdad**: examinando el rol del Estado en la experiencia cubana. Buenos Aires: Consejo Latinoamerica de Ciencias Sociales, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/prieto/03Intro.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2011.

FERRIOL MURUAGA, A. Apertura externa, mercado laboral y política social. **Revista Cuba: investigación económica**, INIE, Ciudad Habana, n. 1, p. 23-54, 2000.

FERRIOL MURUAGA, A. **La reforma económica en Cuba en los noventa**. Disponível em: <<http://economia.uprrp.edu/Reforma%20economica%20en%20Cuba.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2012.

FERRIOL MURUAGA, A.; GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, A. El empleo en Cuba 1980-1996. In: FERRIOL MURUAGA, A.; GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, A.; QUINTANA MENDOZA, D.; PÉREZ IZQUIERDO, V. **Cuba: crisis, ajuste y situación social (1990-1996)**. 1. ed. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1998. p. 21-54.

FERRIOL, A.; THERBORN, G.; CASTIÑEIRAS, R. **Política Social**: el mundo contemporaneo y las experiencias de Cuba y Suecia. La Havana: [s.n.], Instituto Nacional de Investigaciones Económicas, 2004.

FRIEDRICH, E. O socialismo Utópico. In: _____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Edição Soviética. (Segundo a edição alemã de 1891). [S.l.: s.n.]. 1952. Cap. 1. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/cap01.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

FUNG RIVERÓN. T. M. **En torno a las regularidades y particularidades de la revolución socialista en Cuba**. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1982.

GARCÍA ÁLVAREZ, A. La sustitución de importaciones de alimentos en Cuba: una aproximación al caso de las grasas comestibles. . In: SEMINARIO ANUAL SOBRE ECONOMIA CUBANA Y GERENCIA EMPRESARIAL. 2010. La Habana. **Anais...** La Habana: 2010. CD-ROM.

GARCÍA ÁLVAREZ, A.; ANAYA CRUZ, B. Política social en Cuba, nuevo enfoque y programas recientes. **Revista Cuba XXI**: versão digital, [S.I.], LXXVI, maio 2007.

Disponível em: <http://www.nodo50.org/cubasi gloXXI/politica/garciaa_300407.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2011.

HERRERA, R.; NAKATANI, P. A dolarização cubana: elementos de reflexão para uma desdolarização. [S.I]: **Resistir.info**. Disponível em:<http://resistir.info/cuba/dolarizacao_cubana.html>. Acesso em: 20 maio 2012.

ACOSTA, J. As leis de reforma agrária em Cuba e o setor privado no campo. Economia e desenvolvimento, n. 12, 1972, p.99. In: CARRIAZO MORENO, G.; LUIS RODRÍGUEZ, J. **Erradicacion de la pobreza em Cuba**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987. p. 156.

LE RIVEREND, J. **Historia Economica de Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

ECURED. In: **Enciclopedia cubana**. [La Habana: s.n., 2010c]. Disponível em: <http://www.ecured.cu/index.php/Tratado_de_Reciprocidad_Comercial_de_1903>. Acesso em: 20 ago. 2012.

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

MARQUETTI NODARSE, H. Cuba: Proceso de Desdolarización de la Economía. **Boletín Cuatrimestral**: do Centro de Estudios de la Economía Cubana. Ciudad de La Habana, 2005, abr. CD-ROM.

MARREIRO, F. Cuba viveria ‘Choque tremendo’ sem Chaves, diz economista. Entrevista com Pavel Alejandro Vidal. **Folha.com**. [S.I.], mundo, 02 abr. 2012. E-mail.

MARTÍNEZ HEREDIA, F. **Rectificación y profundización del socialismo en Cuba**. Buenos Aires: Dialectica, 1989.

MARTÍNEZ, M. "El mayor enemigo de Cuba no es Estados Unidos ni la disidencia, sino la burocracia": Entrevista com Pedro Martínez Pires. **Deia**, Bilbao, 5 dez. 2011, mundo. Disponível em: <<http://www.deia.com/2011/12/05/mundo/el-mayor-enemigo-de-cuba-no-es-estados-unidos-ni-la-disidencia-sino-la-burocracia>>. Acesso em: 20 set. 2012.

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. Ed. Ridendo Castigat Mores. (Versão eBook). [S.I.]. ebooksbrasil. 2000. Disponível em: http://neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original_gotha.pdf >. Acesso em: 20 jan. 2011.

MARX, K. **Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/marx_karl_para_a_critica_da_filosofia_do_direito_de_hegel.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2012.

MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. Editorial "Avante!", Lisboa: [s.n.], 1997.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo editora, 2004.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Livro I, 1v, 2 v.

MIRANDA PARRONDO, M. Estado, Mercado y Reforma de la Economía Cubana: Alternativas de Política Económica. In: XXII CONGRESO DE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2000, Miami. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2000/MDeMiranda.PDF>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

MONREAL,P.; RÚA, M. **Apertura y reforma de la economía cubana: las transformaciones institucionales (1990-1993)**. Disponível em:<<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/REI/article/viewFile/15397/15852>> Acesso em: 15 maio 2012.

MORALES, E. La corrupción en Cuba: ¿la verdadera contrarrevolución?. **Sinpermiso**. [S.I.], artículos em Web. 2010. Disponível em: <<http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=3450>>. Acesso em: 10 set. 2012.

NOGUERA, A. Estructura social e igualdade em la Cuba atual: La reforma de lós noventa y lós câmbios em la estructura de clases cubana. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, [S.I.], n. 76., p. 45-59, 2004. Disponível em: <http://www.cedla.uva.nl/50_publications/pdf/revista/76RevistaEuropea/76Noguera.pdf>. Acesso em: 18 out. 2011.

NOVA GONZÁLEZ, A. El mercado interno de los alimentos. In: PÉREZ VILLANUEVA, O. E (org). **Reflexiones sobre economía cubana**. 2. ed. La Habana: Editorial de Ciencias Sociais, 2006. p. 215-239.

ONE - OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Series estadísticas 1985-2010**. Ciudad de La Habana. Disponível em:<<http://www.one.cu/series2010.htm>>. Acesso em: 30 set. 2012.

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. **Información sobre el resultado del Debate de los Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución**. [Habana]: [s.n.], 2011. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2011/05/tabloide_debate_lineamientos.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2012.

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. **Proyecto de Lineamientos de la política económica y social del PCC**. [Habana]: [s.n.], [2010]. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2010/11/proyecto-lineamientos-pcc.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2010.

PÉREZ IZQUIERDO, V.; OBERTO CALDERÓN, F.; GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M. Los Trabajadores por Cuenta Propia en Cuba. In: **Revista Cuba Siglo XXI**, n. XLVII, nov., 2004. Disponível em: <http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/pizquierdo1_311004.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

PÉREZ VILLANUEVA, O. E. **Economía y nivel de vida en Cuba: avances y retos**. 2005. Disponível em:<<http://ebookbrowse.com/cuba-everleny-perez-villanueva-economia-nivel-de-vida-cuba-avances-retors-july-2005-mexico-pdf-d202912069>>. Acesso em: 20 maio 2012.

PÉREZ VILLANUEVA, O. E. Estrategia econômica: medio siglo de socialismo. In: PÉREZ VILLANUEVA (Org.). **Cincuenta años de la economía cubana**. 1. ed. La Habana: Editorial de Ciências Sociais, p. 1- 24,2010.

PÉREZ VILLANUEVA, O. E. La inversión extranjera directa em el desarrollo económico. La experiencia cubana. In: PÉREZ VILLANUEVA, O. E (org). **Reflexiones sobre economía cubana**. 2. ed. La Habana: Editorial de Ciencias Sociais, 2006. p. 61-92.

RAFAEL RODRÍGUEZ, C. **Cuba em el tránsito al socialismo 1959-1963**. La Habana, Editora Política, 1979.

SÁNCHEZ-EGOZCUE, J. M.; TRIANA CORDOVÍ, J. Panorama de la economía, transformaciones em curso y retos. In: PÉREZ VILLANUEVA, O. E. **Cincuenta años de la economía cubana**. 1. ed. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 2010, p. 83-152.

SÁNCHEZ EGÓZCUE M.A, J. M. La Dualidad Monetaria. Problemas, Perspectivas. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL LA ECONOMÍA CUBANA: PROBLEMAS, POLÍTICAS, PERSPECTIVAS. 1999, La Habana. **Anais eletrônicos...** Disponível em:< http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/pizquierdo1_311004.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2012.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A. **O Valor do Socialismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SOARES, L. T. **O desastre social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TABLADA PÉREZ, C. **El pensamiento econômico de Ernesto Che Guevara**. Ciudad de La Habana: Casa de las Américas, 1987.

TOGORES GONZÁLEZ, V. Ingresos monetarios de la población, câmbios em la distribución e efectos sobre el nível de vida. In: **15 Años**. Centro de Estudios de la Economía Cubana. [Ciudad Habana]: Editorial Félix Varela, 2003, p. 1-28. Disponível em:< <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/cuba/cips/caudales06/fscommand/65T07.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2012.

TOGORES GONZÁLEZ, V. Los cambios em la estructura socioeconômica cubana. Ingresos, mercados de trabajo y consumo. In: SEMINARIO INTERNACIONAL “EQUITY AND SOCIAL MOBILITY: THEORY AND METHODOLOGY WITH APPLICATIONS TO BOLIVIA, BRAZIL, CUBA AND SOUTH AFRICA”. 2007, Brasilia. **Anais eletrônicos...** Disponível em: < http://www.ipc-undp.org/ems/papers/ENG/Viviana_Togores_Gonzalez.ENG.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

TORRES PÉREZ, R. Las políticas sectoriales em las transformaciones del modelo econômico cubano. In: SEMINARIO ANUAL SOBRE ECONOMIA CUBANA Y GERENCIA EMPRESARIAL. 2012. La Habana. **Ponencias evento 2012**. La Habana: 2012. Disponível em: < <http://www.ceec.uh.cu/sites/default/files/Ricardo.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

TRIANA CORDOVÍ, J. Cuba 2010-2011: del crecimiento posible al desarrollo necesario. In: SEMINARIO ANUAL SOBRE ECONOMIA CUBANA Y GERENCIA EMPRESARIAL. 2011. La Habana. **Anais...** La Habana: Desoft, 2011. CD-ROM.

TRIANA CORDOVÍ, J. Cuba em el 2004. **Boletín Cuatrimestral**: do Centro de Estudios de la Economía Cubana. Ciudad de La Habana, 2004, dez. CD-ROM.

VALDÉS PAZ, J. Cuba em el “Periodo Especial”: de la igualdad a la Equidad. In: TULCHIN, J. S.; BOBEA, L.; ESPINA PRIETO, M. P.; HERNÁNDEZ, R. **Cambios em la sociedad cubana desde los noventa**. Washington, Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2005. cap. 5, p. 87-108. Disponível em:< http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/LAP_cuba_spanish1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

VIDAL ALEJANDRO, P. La dualidad monetaria y la política cambiaria en Cuba. **Boletín Cuatrimestral**: do Centro de Estudios de la Economía Cubana. Ciudad de La Habana, 2007, dez. CD-ROM.

VIDAL ALEJANDRO, P. El salario real y la productividad en Cuba: actualización. **Boletín Cuatrimestral**: do Centro de Estudios de la Economía Cubana. Ciudad de La Habana, 2009a, ago. CD-ROM.

VIDAL ALEJANDRO, P. La política monetaria y la macroeconomía en Cuba: 2008-2009. **Boletín Cuatrimestral**: do Centro de Estudios de la Economía Cubana. Ciudad de La Habana, 2009b, ago. CD-ROM.

VIDAL ALEJANDRO, P. Los cambios estructurales e institucionales. **Boletín Cuatrimestral**: do Centro de Estudios de la Economía Cubana. Ciudad de La Habana, 2010, jan-maio. CD-ROM.

XALMA, C. **Cuba: ¿Hacia donde?**. 1 ed. Barcelona: Icaria Antrazyt, [2007?].